

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
SERVIÇO SOCIAL**

CLAUDETE LÚCIA VIEIRA

**A (RE) PRODUÇÃO DO FENÔMENO “EVASÃO ESCOLAR” NO
BAIRRO DA VITÓRIA – GOIÂNIA (GO)**

GOIÂNIA-GO

2019

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
SERVIÇO SOCIAL**

CLAUDETE LÚCIA VIEIRA

**A (RE) PRODUÇÃO DO FENÔMENO “EVASÃO ESCOLAR” NO
BAIRRO DA VITÓRIA – GOIÂNIA (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dra. Maisa Miralva da Silva.

Linha de Pesquisa Serviço Social e Educação.

Área de concentração: Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais.

GOIÂNIA-GO

2019

V658r Vieira, Claudete Lúcia

A (re) produção do fenômeno "evasão escolar" no Bairro da Vitória - Goiânia (GO) / Claudete Lúcia Vieira.-- 2019.

134 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Goiânia, 2019

Inclui referências: f. 125-133

1. Evasão escolar - Goiânia (GO). 2. Serviço social - Pesquisa - Goiânia (GO). 3. Capitalismo e educação. I.Silva, Maísa Miralva da. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - 2019. III. Título.

CDU: 364.672(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLAUDETE LÚCIA VIEIRA

**A (RE) PRODUÇÃO DO FENÔMENO “EVASÃO ESCOLAR” NO BAIRRO DA
VITÓRIA – GOIÂNIA (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 27 de setembro de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maisa Miralva da Silva
(Presidente)

Prof. Dr. Eduardo Soares de Oliveira
(Membro)

Profa. Dra. Eliane Marques de Menezes Amicucci
(Membro)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, razão superior de minha vida. Deus, “Ser” a quem sou eternamente grata e devedora em virtude das bênçãos recebidas.

Agradeço de maneira especial à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maisa Miralva da Silva, pelo comprometimento e confiança em minha determinação para produzir este trabalho, por toda sua disposição quando requisitada nos momentos e fases que necessitaram de sua ajuda, sempre atenta e com sugestões, às quais me possibilitaram refletir e processar, avançando no campo acadêmico e científico.

Aos educadores, em especial, do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, do Bairro da Vitória, alunos, pais e funcionários, a minha eterna gratidão.

A todos os professores e colegas do Mestrado em Serviço Social, pelos momentos de convivência e compartilhamento de experiências que propiciaram meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos meus amados pais, Bruno José Vieira (*In memoriam*), e Mirtes Neves de Castro Vieira, os quais sempre incentivaram meus estudos e me ensinaram o caminho a trilhar.

À minha família, em especial, à minha irmã Cláudia pelo apoio incondicional e sempre ao meu lado com carinho e atenção, incentivando-me em todos os momentos e compreendendo a minha ausência.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Taxa de evasão escolar do Ensino Fundamental por dependência administrativa (Goiás 2013 – 2017).41
- Gráfico 2.** Distorção idade/série (%) por dependência administrativa e etapa de ensino - Goiás - 2013 e 201742
- Gráfico 3.** Taxa de abandono em percentagem (%) do ensino fundamental por dependência administrativa - Goiás - 2013 a 2017.44

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Bosques e parques da região Noroeste de Goiânia	65
Figura 1. Desocupação de pais no Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus	70
Figura 2. Demonstrativo de Rendimento Escolar Anual – 2017/2	100
Figura 3. Demonstrativo de Rendimento Escolar Anual – 2018/2	101

LISTA DE SIGLAS

AMMA	Agência de Meio Ambiente do Município de Goiânia
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BM	Banco Mundial
CEE-GO	Conselho Estadual de Educação de Goiás
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CORDE	Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRECI	Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação para jovens e adultos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNCAD	Fundação da Criança, do Adulto e da Integração da Pessoa Deficiente
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	índice de desenvolvimento humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IEI	Investimento Estrangeiro Indireto
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEDUCE	Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Esta dissertação resulta de uma pesquisa, cujo objeto foi identificar as razões que determinam a produção e a reprodução do fenômeno “evasão escolar”, no centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, situado no Bairro da Vitória, na região Noroeste de Goiânia. O Brasil, um país capitalista de economia periférica, tem uma pequena porcentagem da população com a maior parte das riquezas, enquanto a maioria passa por severas necessidades humanas. Esse cenário tem provocado o crescente aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais, culturais e educacionais de estudantes e famílias, as quais sobrevivem em situação de exclusão social, agravada com a ausência ou insuficiência de políticas públicas que dificultam assegurar a educação como direito social, pois isso, depende das condições gerais de vida e não só do próprio sistema de Educação. Assim, buscou-se compreender com a pesquisa, que hora se finaliza, como os estudantes em situação de pobreza vivenciam sua trajetória educacional. Nas suas condições de vida, de seu cotidiano e realidade como lidam com os desafios escolares? O que se buscou trazer à reflexão foi em que condições se (re)produzem a evasão escolar, aportando-se à condição de classe e a realidade do desemprego e de outras necessidades que circundam a relação família-escola. As questões levantadas na pesquisa, de natureza qualitativa, buscam apreender, no contexto histórico da realidade social de classe, a relação do fenômeno estudado com as condições de vida das famílias com as quais a pesquisa foi desenvolvida. A partir das informações levantadas, pode-se afirmar que o processo de “evasão escolar” de alunos matriculados em instituições públicas de ensino tem fundamento na lógica da acumulação capitalista, a qual impõe uma condição de desapropriação de bens materiais e econômicos a uma determinada classe, nesse caso, àquela cada vez mais expropriada do núcleo de produção, condenada ao desemprego e subemprego estruturais. Atados a esta condição, comumente, o direito à escola fica interdito e a evasão se põe como concorrente à necessidade de trabalho precoce e em busca mesmo do direito à própria vida.

Palavras-Chave: Evasão Escolar. Questão social. Desigualdades. Capitalismo. Educação e serviço social.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research whose objective was to identify the reasons that determine the production and reproduction of the phenomenon “school dropout”, in the Ismael Silva de Jesus Integral Period Teaching Center, located in Bairro da Vitória, in the Northwest of Goiania. Brazil, a capitalist country with a peripheral economy, has a small percentage of the population with the most wealth, while most have severe human needs. This scenario has caused the growing deepening of the economic, social, cultural and educational inequalities of students and families, which survive in a situation of social exclusion, aggravated by the absence or insufficiency of public policies that make it difficult to ensure education as a social right. , depends on the general conditions of life and not only on the education system itself. Thus, we sought to understand, with the research that time ends, how students in poverty experience their educational trajectory. In your living conditions, in your daily life and reality, how do you deal with school challenges? What was sought to bring to reflection was under what conditions (school) evasion are produced, contributing to the class condition and the reality of unemployment and other needs that surround the family-school relationship. The questions raised in the research, of a qualitative nature, seek to grasp, in the historical context of social class reality, the relationship of the phenomenon studied with the living conditions of the families with which the research was developed. From the information gathered, it can be stated that the process of school “dropout” of students enrolled in public educational institutions is based on the logic of capitalist accumulation, which imposes a condition of expropriation of material and economic goods to a given In this case, the class increasingly expropriated from the nucleus of production, condemned to structural unemployment and underemployment. Tied to this condition, commonly, the right to school is prohibited and dropout competes with the need for early work and even seeking the right to life itself.

KeyWords: School dropout, social issue, inequalities, capitalism, education and social work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I. PLOBLEMATIZAÇÃO DO FENÔMENO EVASÃO ESCOLAR NO AMBIENTE INSTITUCIONALIZADO DE EDUCAÇÃO	18
1.1 O fenômeno “evasão escolar”	18
1.2 As transformações educacionais sob a ótica do capital.....	29
1.3 Evasão escolar: obstáculo imposto ao direito à educação.....	34
1.4 Sistema educacional brasileiro.....	40
1.5 A educação no contexto de um país de economia periférica	44
1.6 Questão social no contexto da educação	47
CAPÍTULO 2. A EVASÃO ESCOLAR COMO FENÔMENO SOCIALMENTE DETERMINADO.....	51
2.1 Evasão escolar e desigualdades sociais.....	51
2.2 Precariedade da educação escolar ou das condições de vida das famílias? ..	56
2.3 Retenção e atraso no processo de aprendizagem.....	60
2.4 Características e realidade da Região Noroeste.....	64
2.5 O Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus.....	68
2.6 Investimento aquém da necessidade na educação	70
CAPÍTULO 3. REALIDADE SÓCIO-ESTUDANTIL E CONTEXTO FAMILIAR DISCENTE: DESAFIOS MUITO ALÉM DA ESCOLA.....	75
3.1 O Direito à educação e realidade socioestudantil: um paradoxo	75
3.2 Razões determinantes da evasão para o gestor/professor.....	83
3.3 A transmissão geracional da relação com a educação no contexto social do estudante	87
3.4 A relação trabalho e educação no contexto da realidade das famílias dos discentes.....	89
3.5 Desafios escolares e o contexto socioestudantil.....	93
3.6 Obstáculos determinantes para as ausências escolares no universo da pesquisa.....	97

3.7 Necessidades apontadas para enfrentar a evasão na perspectiva dos familiares.....	105
3.8 Tempo Livre: o que acontece?.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXO	134

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática educação e o aspecto “evasão escolar” no ensino fundamental de uma escola pública. Analisa os fatores que levaram à evasão escolar no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, no Bairro da Vitória, município de Goiânia, com base nas informações de professores/gestores e mães de alunos faltosos e evadidos da 6ª à 9ª ano, nos anos de 2017 e 2018.

A intenção aqui é esclarecer como o processo de produção e reprodução dos fatores identificados tem se constituído no que se pode chamar de fenômeno social, o qual obstaculiza o direito à educação nessa instituição, no estado de Goiás e no Brasil. A evasão escolar é um tema dinâmico, complexo e absolutamente imerso na realidade capitalista periférica, cuja educação não é priorizada como política pública, circunscrevendo-se, historicamente, aos interesses imediatos do grande capital.

A escolha dessa temática partiu de observações cotidianas no ambiente do meu trabalho, pois sou Servidora da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte em Goiás. Ao longo dessa experiência, ao ouvir relatos de colegas e profissionais da educação, constatei que o fenômeno da evasão é recorrente na região. Como profissional de serviço social, acredito na hipótese de este fenômeno ter como principal determinante as expressões da “questão social”. Assim, o interesse pela pesquisa também nasce da relação do serviço social com a política de educação, cujos objetivos profissionais passam por compreender as razões que determinaram a produção/reprodução da evasão escolar como fenômeno social, nesse caso, no Centro de Ensino em período integral Ismael Silva de Jesus, situado no bairro da Vitória, na região noroeste de Goiânia.

A escolha da mãe como sujeito de pesquisa se deveu ao fato de ser muito comum a existência de famílias monoparentais, chefiadas só por mulheres, além de a informalidade no trabalho prevalecer também entre as pessoas do sexo feminino, o que leva as mulheres a ficarem mais em casa e no cuidado direto com os filhos. Assim, foram entrevistadas 08 (oito) mães de alunos matriculados da 6ª à 9ª ano do ensino fundamental, cujos filhos deixaram a escola, sendo 04 (quatro) evadidos no ano de 2017 e 04 (quatro) dos que mais faltaram no primeiro semestre de 2018.

A pesquisa que resulta nessa dissertação foi de natureza qualitativa e se guiou pelo objetivo de identificar as razões determinantes na produção/reprodução

da “evasão escolar” como fenômeno socialmente determinado numa unidade de ensino. O percurso de pesquisa partiu do estudo da realidade socioeconômica das famílias dos alunos abordados para uma aproximação com os motivos e causas da evasão escolar e faltas dos alunos na instituição de ensino.

Para tanto, levou-se em consideração os históricos de vida das famílias entrevistadas, uma vez que os elementos ali encontrados são determinantes e têm relação direta com as expressões da questão social, a qual:

(...) diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua Gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Para a descrição dos depoimentos, os nomes adotados para os participantes da pesquisa são fictícios, uma vez que, para a explicitação dos resultados do estudo importa não expor as histórias no seu particular, com identificação dos sujeitos, mas a relação dessas situações familiares e dos alunos com o contexto societário, a realidade social de classe e os motivos que se somam com base nas informações obtidas, para a maior aproximação possível da compreensão do fenômeno estudado, isto é, a “evasão escolar”.

A metodologia adotada para levantar os dados aqui analisados foi a pesquisa empírica, com entrevista semiestruturada com as mães, professores e gestores, ligados à instituição de ensino já referenciada anteriormente. A pesquisa bibliográfica e documental também foi explorada, levando-se em conta as produções impressas e virtuais de artigos científicos, dissertações, obras publicadas por autores e pesquisadores da área e áreas afins, bem como documentos da instituição de ensino e da secretaria de educação.

A referência bibliográfica para a fundamentação teórica da investigação abordou, principalmente, os seguintes autores: Almeida, Antunes, Paro, Frigoto, Iamamoto, Silva, Potyara, Marx, Camini, Carraher, Caseiro, Dourado, Fraga, Saviani, Freire, Meksenas, Meneses, Sposati, Vasconcelos, Yasbek, Martins, Leivas, Belving, Araújo, Mota, Neto, Faleiros, dentre outros.

O presente estudo encontra-se disposto em três capítulos. No primeiro, buscou-se problematizar o fenômeno da evasão no ambiente escolar

institucionalizado, em que foi considerado os aspectos mais gerais do sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, buscou-se demonstrar que o sistema educacional é falho na tarefa de garantir o direito da população a uma educação de qualidade. Ainda, são amplas as suas fragilidades em atuar no combate à evasão escolar, ante o descomprometimento crescente do Estado, cada vez mais dependente das relações internacionais e economia mundial, sendo possível admitir que:

(...) efetivamente, a educação parece estar voltada somente para a reprodução do capital, para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho, no processo tremendamente alienante. Em lugar de instrumento de emancipação humana, a escola parece servir apenas como um mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema capitalista. (ALVES e ONITSUKA, 2006, p. 1).

Foram também analisados aspectos da questão social, realidade da educação pública e suas possibilidades, levando-se em conta a atual situação do país.

O segundo capítulo aborda a temática evasão escolar, bem como as desigualdades educacionais na realidade de Goiás como fenômenos socialmente determinados. Neste capítulo, a precariedade da educação pública e o limite da atual cobertura do Estado expõe o não cumprimento do preceito constitucional quanto à primazia da esfera pública em garantir bem-estar social, reduzir as desigualdades sociais e regionais, incluindo a responsabilidade com a educação pública, dentre outras atribuições. A ausência ou o precário serviço no âmbito de políticas públicas, combatíveis com as necessidades coletivas, somada a falta de trabalho e renda de grande parte da população, aumentam os riscos e as ocorrências de exclusão do estudante, filhos de famílias pobres, do espaço educacional. Somado às questões estruturais, o capítulo também apresenta a situação de fechamento de escolas e o atual cenário da educação pública no Estado de Goiás.

O terceiro capítulo analisa a realidade de alunos e familiares com base nas informações por eles fornecidas em entrevistas semiestruturadas. Aqui o esforço foi para explicitar os desafios enfrentados por estas famílias no sentido de assegurarem a educação dos filhos. As dificuldades que passam por necessidades socioeconômicas, capacidade de acompanhar os conteúdos ministrados e a própria relação familiar e suas intercorrências, sobretudo relacionada às condições de pobreza.

Nesse sentido faz-se importante destacar as palavras de Osterne (2001, p. 96) ao afirmar que:

A pobreza, por não se tratar de uma categoria meramente econômica, mas, acima de tudo, política, o entendimento de pobreza comporta, além da privatização de recursos sociais necessários à previsão da subsistência, privações de ordem espiritual, moral e política. Essas dimensões, obviamente presentes nas condições de pobreza, emprestam ainda maior complexidade a sua compreensão como fenômeno social.

Entender o perfil do jovem que evade da escola e identificar os momentos em que esse movimento é mais provável no sistema educacional é primordial para planejar políticas de prevenção e reversão das situações de exclusão dos estudantes do ambiente educacional. Essa análise requer a compreensão de que a evasão não é um ato isolado, unilateral, mas fruto de um processo histórico, estrutural e intrinsecamente associado aos indicadores de renda, de escolaridade da família, de insuficiência de bens e serviços sociais públicos e de qualidade. Essa dissertação se soma a outras produções que se dedicaram à discussão dessa temática e busca trazer informações que instigam a reflexão de uma das principais mazelas de uma sociedade.

CAPÍTULO I

PROBLEMATIZAÇÃO DO FENÔMENO EVASÃO ESCOLAR NO AMBIENTE INSTITUCIONALIZADO DE EDUCAÇÃO

1.1 O fenômeno “evasão escolar”

A evasão escolar existe e é um fenômeno histórico na rede de ensino no contexto da realidade brasileira. Reproduz-se nos marcos do sistema capitalista burguês afetando, principalmente, a classe trabalhadora. O sistema tem como princípio a geração e apropriação desigual da riqueza, que se concentra nas mãos de poucos, resultando em exclusão social. Essa situação contrasta com a realidade do jovem que deve escolher entre estudar ou trabalhar, devido à sua condição financeira, reproduzindo a situação de excluído tanto da educação quanto da padronizada sociedade de consumo.

Sobre exclusão, Araújo (2009, p. 12), *apud* Dupas (2000, p. 20), vai dizer que:

a exclusão social deve ser pensada de forma multidimensional, incluindo uma ideia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania. Essa exclusão relaciona-se a desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas entre outras.

Como se pode entender, a exclusão é uma situação de classe, de origem capitalista no contexto de um país de economia periférica, que privilegia a classe burguesa em detrimento da população como um todo, o que gera desigualdade social, falta de acesso à renda e riqueza. Nesse cenário, a classe trabalhadora é quem paga o preço maior.

Com seus estudos, Araújo (2009) propôs uma sistematização assinalando seis dimensões, tidas por ele como principais para a geração da exclusão educacional e social a partir do dia a dia da realidade dos indivíduos. Assim, demonstrou e ampliou a questão no sentido de desmistificá-la quando relacionada ao sentido do ter.

Araújo (2009, p.15), ressalta as dimensões que contribuem para a caracterização das principais causas da exclusão educacional/escolar. A autora diz que estas dimensões se encontram interligadas, sendo elas:

Do **ESTAR**, ou seja, das redes de pertença social, desde a família, até as redes de vizinhança, aos grupos de convívio e de interação social e à sociedade mais geral;

Do **FAZER**, ou seja, das tarefas realizadas e emprego remunerado (uma vez que a forma dominante de reconhecimento social se assenta na possibilidade de auferir um rendimento traduzível em poder de compra e um estatuto de consumidor ao indivíduo) quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado;

Do **CRIAR**, ou seja, da capacidade de empreender, de assumir iniciativas. De definir, concretizar projetos, de inventar e criar ações quaisquer que elas sejam;

Do **SABER**, ou seja, do acesso à informação (escolar ou não; formal ou informal) necessária à tomada consequente de decisões e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente circundante;

Do **TER**, ou seja, do rendimento, do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios da sociedade, da capacidade aquisitiva concluindo a capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e de consumo. (ARAÚJO, 2009, p.15-16)

As dimensões mencionadas pela autora tratam dos fatores que englobam o poder de consumo e aquisitivo propriamente dito, estes fatores contribuem com o afastamento do aluno no ambiente escolar. Por apresentarem necessidades de aprovação e aceitação perante a sociedade, como ser humano, algumas vezes, o estudante se desliga da escola, procurando outros meios de suprir suas necessidades subjetivas no seu reconhecimento social.

As faces de uma economia globalizada como a que se encontra no Brasil envolvem o sistema de educação e os aspectos econômicos, políticos e culturais da sociedade de forma geral. Significa, desta forma, que toda a vida social passa a ser obtida por condições ou dissoluções de fronteiras, profundas e históricas, com raízes nos centros decisórios. De modo que, para entender a evasão escolar como fenômeno social, econômico, cultural e político, é preciso entender o modelo de “desenvolvimento” adotado no país.

A evasão escolar se encontra intimamente relacionada com a política e a economia social, pois, a partir do surgimento das sociedades tidas como modernas a ideia de desenvolvimento passou se relacionar diretamente com a dimensão econômica, ou seja, sob os olhos da burguesia com a acumulação, produção de riquezas, porém, sempre se ancorando e tendo como referência o progresso técnico-científico atrelado ao consumo de bens. (ARAÚJO, 2009).

Esta análise ressalta a noção de desenvolvimento fundamentada na ideia de que o progresso é realmente intrínseco às sociedades que, historicamente, passou

para as sociedades industriais, assim, assegura uma falsa ideia de que é uma forma de evolucionismo e que toda e qualquer sociedade passará e terá um futuro garantido com qualidade social e de vida. Esta lógica é evidente e mostra que o progresso leva ao desenvolvimento, entendendo abundância como consumo, mas, esquece de ressaltar que não há distribuição. Essa procura por progresso se configura como um objetivo, meta utilitarista e coloca para a economia e, acima de tudo e de todos, esquece a promoção da vida humana. Conseqüentemente cria-se o mito do desenvolvimento econômico. Araújo (2009, p.9) ainda respalda essa ideia dizendo:

Essa noção de desenvolvimento se ancora na ideia de que o progresso é inerente às sociedades agrárias que naturalmente passam para as sociedades industriais — uma forma de evolucionismo que assegura a toda e qualquer sociedade um futuro garantido. A lógica é clara, o progresso leva ao desenvolvimento, entendido como abundância e consumo. Essa busca de progresso é uma meta utilitarista e coloca a economia acima de outros valores e finalidades de promoção da vida humana.

As influências externas sobre a continuação ou não dos estudos; o imediatismo presente, tanto nas camadas populares como em alguns segmentos da classe média, principalmente sobre aquele em que o provedor-pai deixou de vender sua força de trabalho e se tornou empreendedor; a não valorização da cultura escolar pelos pais, os índices de violência que atingem bairros e vizinhanças escolares, aspectos de frustrações juvenis diante de uma prática pedagógica ultrapassada, essas e outras variáveis são responsáveis para que o aluno se afaste da escola, primeiramente, se tornando faltoso, e, posteriormente, abandoná-la.

Nesse contexto, educar e mediar em meio a tantas influências externas que envolve o sistema educacional confere um grande desafio no que tange às práticas pedagógicas a serem utilizadas pelos professores, às quais demandam ajustadas medidas de novas técnicas e métodos a serem utilizadas no ensino contemporâneo.

Assim sendo, o professor deve refletir sobre suas ações, procurando aprimorar suas práticas de ensino, imprimindo uma identidade profissional que venha conscientizar e contribuir com as reais necessidades da educação, uma vez que a educação emancipatória, só poderá acontecer de fato, com a mudança de consciência coletiva. Dessa forma, a prática de ensino deve ser multifacetada e ampliada.

Apesar de muitos se sentirem impotentes diante de tantas provocações e imensurável desgaste físico, mental e outros desafios que a profissão impõe, é

verdadeiro afirmar que alguns profissionais têm se destacado pela superação das dificuldades encontradas e pela dedicação exclusiva e aporte emocional dispensado a estudantes, merecendo todo respeito e admiração.

Na medida em que o professor abrange a totalidade do conhecimento em sua prática educativa para o avanço e conscientização do indivíduo, tende a cooperar com o desenvolvimento humano e social pois,

[...] os aspectos intelectuais, físicos emocionais e sociais são importantes no desenvolvimento e na vida do indivíduo, levando em conta, além disso, que terão de ser objeto de tratamentos coerentes para que se consigam finalidades tão diversas, ter-se-á que ponderar como consequência inevitável, os aspectos metodológicos do ensino, já que destes depende a consecução de muitas dessas finalidades e não de conteúdos estritos do ensino (SACRISTÁN, 2000, p. 41).

Esses aspectos devem ser tratados com reverência, pois, de modo geral, a falta de potencialização no trabalho de conscientização de assuntos que envolvem o conjunto de valores éticos e morais do indivíduo tem direcionado o processo educacional, sob alvo da esfera econômica e burguesa.

A educação, em seu contexto geral, tem servido mais ao mercado e sua economia. Isso se expressa na expansão das escolas técnicas e no objetivo de inserção precoce do estudante no mercado de trabalho. Essa direção orienta-se pela política neoliberal na sua lógica globalizada. Assim, ao priorizar uma educação restrita aos interesses imediatos do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação humana e cidadã, mais genérica, esse modelo favorece a divisão social do trabalho que dicotomiza o fazer e o saber, bem como reproduz a lógica desigual de acesso à riqueza e à renda.

A evasão escolar não atinge apenas o indivíduo que sai da escola, mas a sociedade como um todo, de forma direta e indireta. Uma das formas, por exemplo, é quando esta se vê suscetível à violência e à criminalidade gerada pela desigualdade e exclusão social.

Mariano e Moreno (2017, p. 1) dizem que “A julgar pela quantidade de crianças e adolescentes longe das salas de aula em todo país, o futuro pode ser temeroso. Segundo o próprio Unicef, há 2,8 milhões de brasileiros entre 4 e 17 anos de idade sem estudar”. Logo, há de se conceber que estes dados refletem a situação educacional na contemporaneidade brasileira, possivelmente determinada pelas desigualdades sociais, sendo esta, motivada pela miséria, e degradação de vida dos indivíduos.

Se as expressões da questão social são fatores que podem determinar a evasão, por outro lado, a evasão, por certo, incrementa o potencial e a complexidade das expressões da questão social e suas nuanças para o conjunto da sociedade.

Nisso consiste a estreita relação da profissão de serviço social com a educação, donde se busca também fazer relação da temática abordada com os desafios profissionais do assistente social no âmbito da educação. Esse profissional, no seu cotidiano de trabalho, busca entender e decifrar a realidade, fazendo relação da estrutura com a conjuntura, no seu papel de mediar o acesso da população aos direitos sociais, regulamentados ou não pelo Estado. Em relação à atuação do assistente social na escola, Almeida (2000, p. 2) assinala:

(...) pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

A educação de qualidade não é uma ajuda do Estado para com as pessoas, cidadãos e estudantes, ao contrário, é um direito destes, os quais, ao encontrar dificuldades para se matricular ou mesmo se manter na instituição educacional, devem contar com outras ações e serviços destinados a assegurar suas condições de permanecer e obter êxito na sua trajetória escolar. A educação materializada na unidade escolar é fruto de política nacional, estadual e municipal, cujas articulações políticas entre entes federados são comumente estabelecidas sem a devida corresponsabilização entre eles.

As transformações sociais necessárias ao conjunto da educação no Brasil são, frequentemente, interdidas pelo contexto econômico e político neoliberal, predominante no mundo capitalista, com consequências desastrosas para a América Latina e, principalmente, para o Brasil, Como esclarece LOPES (2006, p. 4).

O ideal neoliberal expresso pelas diretrizes das instituições financeiras internacionais [...] promove o desmonte das políticas sociais, pois o Estado reduz os gastos públicos, prejudicando o ensino público, e causando inúmeros problemas como o desemprego, a fome, condições de vida insalubre, entre outros. Todos estes problemas causados pelo sistema neoliberal comprometem o sistema educacional, prejudicando a sua estrutura socioeconômica e os indivíduos inseridos neste contexto, como os professores, os alunos e seus familiares.

Ao entender que as expressões da questão social consistem em objeto de intervenção profissional do Serviço Social, pode-se depreender que a educação, como política pública, torna-se campo de trabalho dos/as assistentes sociais, sobretudo devido ao processo de empobrecimento populacional, com intensificação das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Isso se agrava, enormemente, diante da falta de investimento suficiente nas políticas sociais, impondo à população um acesso precário e limitado a políticas de qualidade, capazes de ampliar o seu acesso à riqueza socialmente produzida, elevando sua qualidade de vida e evitando fenômenos que levam à sua exclusão social. Sobre o serviço social, Neto e Carvalho (1987, p. 51) afirmam:

[...] o Serviço Social é uma profissão que tem características singulares. Ela não atua sobre uma única necessidade humana (tal como o dentista, o médico, o pedagogo...). Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternizados, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

Nesse sentido, a atuação profissional do Assistente Social encontra-se inteiramente relacionada com as necessidades humanas e sociais existentes, e mais, com todas as possíveis articulações de políticas públicas, sendo elas, a saúde, a assistência social, a habitação, a educação, entre outras, com a intenção de participar do avanço do modelo de qualidade de vida da população e legitimação dos direitos sociais. Colaborando com este enfoque Fraga (2010, p. 10) diz:

Embora não tendo atingido o patamar de “ciência”, o Serviço Social conseguiu se constituir como uma área de produção de conhecimentos, inserida na grande área de Ciências Sociais Aplicadas (assim é identificada nas agências de fomento como CNPq, Capes e Fapergs), isto é, constrói conhecimento científico. O Serviço Social é uma profissão reconhecida na sociedade na medida em que é socialmente necessária e exercida por um grupo social específico, uma categoria profissional que compartilha um sentimento de pertencimento e possui uma identidade profissional.

Portanto, indistintamente, qualquer instituição que atue com a política social deve ser considerada como o lugar, por excelência, de atuação do profissional de Serviço Social, pois o Serviço Social se constitui como uma das áreas que tem o objetivo de investigar, portanto, conhecer a realidade social e propor/planejar ações que façam enfrentamentos das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas no âmbito da sociedade de classes.

A evasão escolar é uma das manifestações reais da chamada questão social, pois ela indica o modelo de sociabilidade do mundo contemporâneo, ou seja, desigual, excludente e ascendente na pobreza cultural, política, educacional e outras facetas da apropriação absolutamente assimétrica das riquezas sociais. Assim sendo, a questão social caracteriza-se como objeto de atuação do Assistente Social.

Conforme ressalta lamamoto (2010, p. 272):

[...] o conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social, que desafiam a cada momento o desempenho profissional.

Assim, entendendo que o serviço social atua sobre as diversas expressões da questão social, lamamoto (2010, p. 27) afirma que esta se encontra inserida no “conjunto das expressões de desigualdade da sociedade capitalista madura”.

Mota (2008) alertando sobre os riscos que o nivelamento de conceitos pode esconder sobre a realidade social de um povo, comunidade, nação e sociedade, mostra a importância do serviço social como prática de conhecimento de problemas sociais. Assim, a autora complementa e aprofunda a crítica ao dizer:

A despeito das raízes da questão social mergulharem nas relações sociais dominantes e vigentes na sociedade capitalista, o uso da expressão como referência das múltiplas manifestações da desigualdade acaba por trair seu significado histórico, uma vez que as manifestações fenomênicas da pobreza terminam por ser apartadas das suas determinações (MOTA: 2008, p. 45).

A autora situa a questão social no núcleo da problemática ao estabelecer um conjunto de questões adequadas, pois assinala e indica as qualidades sociais, econômicas e culturais em que vivem as classes trabalhadoras na sociedade capitalista do mundo moderno, sob o domínio das classes predominantes do poder.

Desse modo, a educação deve ser concebida como sendo o ponto de partida para políticas sociais, as quais foram desenvolvidas a partir das lutas de classes, lugar em que também se encontra a política de educação.

Nas palavras de Martins (2012, p. 35),

[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social.

Com base em Martins (2012, p. 34) entende-se que a política social passa a ser uma conquista significativa para a população, sendo a “educação uma dimensão complexa e importante da vida social”.

Dessa maneira, a instituição escolar é um dos lugares de manifestação das contradições ideológicas burguesas e, ao mesmo tempo, é condição para o desenvolvimento humano, exercício de direitos e cidadania, socialização de conhecimentos e aprendizados. Porém, esta condição só se torna possível quando o meio escolar se constitui instrumento para disseminação de ideias e valores.

A garantia de uma política educacional com investimento necessário e à altura das necessidades do País, que favoreça efetivamente que crianças e jovens tenham acesso à escola, contribuirá para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Brasil. A educação é a principal política que, se constituída sobre princípios e currículos baseados na democracia, no saber universal, nas diversidades culturais e na perspectiva crítica, em contraposição a uma escola meramente tecnicista (cujo objetivo se propõe apenas em produzir e reproduzir o sistema capitalista, nos moldes da chamada “escola sem partido”), será capaz de induzir o desenvolvimento civilizatório e humano do país, para além do capital. Somente na direção de um processo educativo crítico haverá possibilidades de contribuir para produzir valores democráticos, que instituem direitos em lugar de privilégios, que valorizem a vida, a justiça social e as necessidades da classe trabalhadora.

Assim sendo, pode-se dizer que a evasão escolar se caracteriza pelo abandono do aluno matriculado na unidade escolar, fenômeno que pode ocorrer repentina ou paulatinamente. Pais e responsáveis fazem a matrícula de seus filhos em instituições de ensino educacional e, por algum motivo, seus filhos não frequentam as aulas na determinada unidade escolar em que foi matriculado. Esse problema se caracteriza pela constância de falta nas salas de aula até o desligamento involuntário e definitivo do(a) aluno(a) da instituição, levando o aluno, ou não, a se (re)matricular no próximo ano letivo. Esse fenômeno, denominado de evasão escolar, é complexo e pode estar, frequentemente, relacionado às desigualdades sociais.

As famílias de baixa renda, na maioria das vezes, são trabalhadoras informais e suas condições de vida são determinadas por sua situação de trabalho, podendo estas encontrar dificuldades no dia a dia, como bem ressalta M. Silva (2000, p 11):

As condições de vida demonstram, contudo, a incapacidade de políticas e programas dessa natureza em modificar a situação de pobreza dessas famílias. Eles são insuficientes para atender às suas necessidades, para além da biológica. Come-se mal e, em geral, dada à quantidade e qualidade dos produtos da cesta, por uma curta fração de tempo.

De modo que as políticas públicas no Brasil têm se mostrado ineficazes diante dos problemas sociais existentes na sociedade. Corroborando com essa afirmação, Yasbeck (1993, p. 47) alega que:

as políticas sociais, com seus programas e proposições ineficazes, insuficientes e sobrecarregados diante de uma imensa maioria de pobres, vêm se confirmando como instrumentos de pouca efetividade no enfrentamento da pobreza brasileira.

A evasão escolar é, na realidade, fruto de um sistema excludente que afeta, principalmente, os adolescentes e jovens, os quais não têm acesso nem à educação, nem ao trabalho, alcançando níveis crônicos de expressões, assumindo proporções imensuráveis do ponto de vista dos prejuízos civilizatórios. Como se pode constatar com os dados do IBGE, a evasão escolar atinge principalmente adolescentes e jovens, tendo em vista que:

Em 2017, 95,5% das crianças de 6 a 10 anos estavam nos anos iniciais do fundamental, enquanto 85,6% das pessoas de 11 a 14 anos de idade frequentavam os anos finais. Nessa faixa etária, 1,3 milhão de pessoas estavam atrasadas e 113 mil estavam fora da escola. O atraso e a evasão se acentuam na etapa do ensino médio, que idealmente deveria ser cursada por pessoas de 15 a 17 anos. Para essa faixa de idade, a taxa de escolarização foi de 87,2%, porém a taxa ajustada de frequência escolar líquida foi de 68,4%, indicando quase 2 milhões de estudantes atrasados e 1,3 milhão fora da escola. (IBGE, 2018, p. 1).

Para Ferreira (2013), a realidade desumana vivenciada pelo aluno em seu cotidiano, expressa o fracasso das relações sociais. Já na opinião de Dourado (2005, p.5):

[...] todas essas questões se articulam às condições objetivas da população, em um país historicamente demarcado por forte desigualdade social, que se caracteriza pela apresentação de indicadores sociais preocupantes e que, nesse sentido, carece de amplas políticas públicas incluindo, nesse processo, a garantia de otimização nas políticas de acesso, permanência e gestão como qualidade social na educação brasileira.

Faz-se necessário refletir sobre a relação entre evasão e desigualdade social. Em que medida o processo estrutural e reprodutivo do capitalismo periférico será

capaz de transcender ao aparato ideológico burguês no sistema de ensino para enfrentar o processo de exclusão vivido pela classe trabalhadora no âmbito do “direito” à educação como política pública?

Para esta reflexão, importa tomar a educação como meio capaz de modificar a direção do desenvolvimento, da promoção regional e societária de um país, deve-se ambicionar do Estado a primazia nos investimentos educacionais, bem como a valorização do ensino público brasileiro. A classe trabalhadora alicerça-se culturalmente pela aquisição do conhecimento e saber, podendo utilizá-lo em seu favor como instrumento capaz de modificar a condição de submissão e exclusão educacional em que se encontra, exaurindo as tendências e influências da cultura ideológica dominante no ensino, podendo afiançar melhores resultados no que diz respeito ao acesso à educação.

Esse estudo identifica que os fatores do abandono escolar se pautam pelo desempenho acadêmico insuficiente, desmotivação pelos estudos, dificuldades de acesso ao transporte, realidade econômica insuficiente, entre outras. Entretanto, a transposição dessa situação poderá acontecer em um ambiente familiar estável, em que o acesso a recursos sociais e financeiros influenciam de forma significativa a probabilidade de o estudante completar seus estudos (RUMBERGER; LIMA, 2008).

Desse modo, pode-se afirmar que o enfrentamento das expressões da questão social deve ocorrer de forma a se transformar em demanda política. Em outras palavras, não é suficiente reconhecer que a evasão está associada à realidade da pobreza, da miséria e de precárias condições de trabalho e de vida. É preciso ser problematizada em seus dilemas, contradições e complexidade, diante do contexto da crise do Estado social e seu papel na responsabilidade pública de assegurar a reprodução e proteção social da força de trabalho.

O desenvolvimento da miséria que acompanha os trabalhadores brasileiros encontra sustentação no processo de acumulação capitalista. Esse processo condiciona os trabalhadores ao mercado informal, ao subemprego e a uma subalternidade que alimenta a lógica de expropriação de direitos e de riqueza que aprofunda sempre mais a desigualdade. Situação que, paradoxalmente, também fragiliza a luta dos trabalhadores por direitos mais estruturais como a educação e o trabalho, com previdência social.

Com acesso desigual à riqueza socialmente produzida, incluindo ações e serviços no âmbito das políticas sociais, a população de baixa renda fica ainda mais

penalizada, pois já convive diariamente com o desemprego, o subemprego e os baixos salários. Essa realidade intensifica a pauperização no âmbito das relações entre o capital e trabalho, como descreve Marx (1988). A partir desta concepção pode-se asseverar que essa lógica sustenta a sociedade burguesa, reproduzindo o seu projeto de dominação. Como complementa M. Silva (2000, p. 12):

A fragilidade social e econômica em que vivem as famílias, herdada das gerações anteriores, é repassada aos seus descendentes, gerando uma perpetuação dessas condições no âmbito da pobreza estrutural, agravando-se com a situação duradoura de desemprego e subemprego. Constituem parte da “superpopulação relativa”, dentro da lei geral de acumulação capitalista. Nesse contexto, uma boa parte das crianças são obrigadas a lutar por si mesmas e por suas famílias, através do trabalho, para sobreviverem.

Sobrevivendo no mundo capitalista e submissos ao domínio burguês, familiares e, por vezes, alunos de baixa renda, matriculados em instituições de ensino públicas, buscam satisfazer às suas necessidades recorrendo às várias formas de submissão à exploração capitalista. Isso tanto mais ocorre quanto mais mínimo for o Estado para o social.

O objetivo do presente estudo, como já assinalado, consiste em apresentar as razões que determinam a (re) produção da “evasão escolar” como fenômeno social, no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus. Esse fenômeno está associado às raízes históricas e ao contexto socioeconômico, político e ao déficit cultural e educacional, entre outros, que são transmitidos na realidade vivida pelas famílias socialmente alijadas da riqueza do País.

A pesquisa aqui apresentada tem como objeto de análise as razões que determinam a produção (re) produção da “evasão” escolar como fenômeno social no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, situado no Bairro da Vitória, no município de Goiânia-GO. A delimitação dessa pesquisa, tal como registrado anteriormente, se deu no contexto da observação dos processos de “evasão escolar”, decorridas nessa região e escola, desde a perspectiva profissional do serviço social e seu projeto ético-político, cujo compromisso maior é com uma sociedade emancipada. Para tanto, mais do que o conhecimento do cotidiano da classe trabalhadora, por meio da observação, fez-se necessário um conhecimento teoricamente referenciado, a fim de explicitar essa importante expressão da questão social, qual seja, o fenômeno do abandono escolar.

Investigar a relação entre fenômeno e causas que o determinam no contexto de reprodução das desigualdades da sociedade capitalista foi a proposta que origina essa dissertação, em que se constatou a condição de privação material, baixa renda, baixo nível de bem-estar social, e a realidade da pobreza, como base de reprodução do fenômeno evasão escolar. Nessa realidade, os alunos "evadidos" se mostram incapazes de equacionar os obstáculos que a eles se impõem na trajetória educacional e familiar.

Como foi explicitado, os resultados encontrados na pesquisa que resultou nessa dissertação, tiveram como fonte principal dos dados empíricos a escola denominada Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, sediada no Bairro da Vitória, município de Goiânia-GO.

1.2 As transformações educacionais sob a ótica do capital

O sistema educacional brasileiro tem sofrido modificações no âmbito estrutural, que derivam das relações do capital e trabalho com a economia, o que resulta em transformações pedagógicas, consequências para os profissionais da área e para a classe trabalhadora. A organização escolar, tem se configurado como réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica, afetando diretamente os estudantes, profissionais da educação e sociedade como um todo.

As transformações na área educacional podem alterar de várias formas o que já se encontra estatuído, assim sendo, pode afetar menos algumas classes e outras mais, produzindo implicações sociais na sociedade como um todo. Consequentemente, pode ocorrer de as classes de maior poder aquisitivo nem mesmo perceberem de modo significativo as alterações em suas vidas, aliado à educação e suas condições socioeconômicas, porém, quando são envolvidas se sobressaem com menos dificuldades devido às suas condições econômicas.

A ampliação da Educação como ferramenta de instrumentalização do trabalho técnico, fortalecimento da economia interna do país, como tem sido gerida e implementada no Brasil, um país de economia periférica, vem servindo para sustentar e conservar ideais capitalistas, sem garantia, ao contrário, de uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, tais como, educação de qualidade, emprego, salários dignos. Essa acaba sendo uma falácia que, na realidade, no contexto do Brasil de hoje, deverá piorar as condições de vida, pois vive-se o aprofundamento do

desemprego, da concentração de riqueza, do ataque estatal aos direitos sociais, incluindo a educação, favorecendo a ampliação do já significativo fenômeno da evasão escolar, o que torna mais difícil o acesso integral à educação, tecendo aberturas para mais desigualdades sociais nas relações sociais capitalistas.

Ao analisar a questão e se referir sobre as novas formas de relações sociais na sociedade capitalista, Frigotto *et al.* (2005, p. 9) contribui dizendo que:

A noção central para este novo contexto de regressão das relações sociais capitalistas é a de sociedade do conhecimento. Noção que deriva do determinismo tecnológico; ou seja, de tomar-se a ciência e a tecnologia como entidades autônomas, independentes das relações sociais. [...] uma sociedade não mais do proletariado, mas do cognitariado.

A sociedade do “cognitariado” conforme menciona o autor acima, trata do novo conceito dado ao conjunto de trabalhadores da informática e tecnologia numa sociedade globalizada, e tem como analogia o proletariado.

Estudar, adquirir conhecimento e capacidade crítica é um direito universal, humano, por conseguinte, após a Constituição de 1988, o sistema educacional do Brasil passou a consagrar e incorporar este direito social a todos, fixando em lei o direito de que a educação é direito de todo cidadão e dever do Estado e das famílias assegurá-la. A Constituição Federal de 1988, ao se manifestar sobre direitos sociais, propõe assegurar os direitos humanos fundamentais, resguardando a todos os cidadãos o direito à educação sem exceção, definindo em seu artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assegurando essa prerrogativa legal, pode-se observar que a educação, enquanto direito, abrange a todos os seres humanos, independentemente de qualquer outro fator, tais como: cor, raça, sexo e idade, devendo assim, ser garantida pelo Estado e pela família com a coparticipação da sociedade em geral. Neste sentido, a educação deve ser compreendida como direito social, pois, não significa apenas o estudo da leitura escrita e do cálculo, mas também o desenvolvimento das funções mentais e morais da pessoa humana, o que equivale a dizer que é na sociedade que os atributos, capacitações, habilidades e experiências cotidianas irão se desenvolver e se apresentar.

A educação tem por desígnio particular o pleno desenvolvimento do aluno enquanto educando, visa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme preconiza a Constituição Federal Brasileira (1988). Se educação é uma política pública consagrada pelo direito constitucional, sua garantia não se restringe ao acesso, isto é, entrada na instituição. A democratização real deve envolver critérios de qualidade do ensino, promoção e desenvolvimento cultural das pessoas e permanência do aluno no ambiente escolar, até a conclusão das fases de ensino.

As leis que fundamentam as Diretrizes e Bases da Educação, outorgadas pelo Estado intervencionista e sociedade civil, têm sido pautadas em regulamentos que sustentam a atual forma de reprodução educacional, com medidas e propostas liberais de ensino. Os modelos inovadores de ensino, surgidos a partir das transformações educacionais ocorridas no Brasil, preconizadas pela LDB, tais como: educação para jovens e adultos, educação profissional e outros, são amparados em medidas e métodos pragmáticos de ensino, em detrimento do ensino clássico universal, o que, em geral, compromete a educação como um todo, se for considerado um projeto amplo de formação humana, para além da preparação da força de trabalho para as necessidades do mercado.

Percebe-se que algumas propostas pedagógicas liberais, tal como o ensino a distância (EaD), embora também tenha a intenção de inserir o estudante no processo de inclusão educacional, muitas vezes, recebe críticas, por não apresentarem condições de ir além de uma educação tecnicista.

No lugar de uma educação emancipatória, analisando a ausência de liberdade de escolha educacional, sob a concepção liberal, Saviani (2012, p. 47-48) comenta o seguinte:

(...) a educação liberal constitui-se numa forma de educação descomprometida, suficientemente geral para permitir ao indivíduo manipular, em proveito próprio, as mais diversas situações às vezes incompatíveis entre si, adaptando-se, amoldando-se às diferentes circunstâncias com que se defronta. Pode justificar, desse modo, atitudes arbitrárias e mesmo aviltantes do ponto de vista humano.

Em se tratando ainda da concepção do ensino liberal, pode-se constatar que a sociedade de classes tem incitado sustentar a ideia de que o aluno deve ser preparado para papéis sociais de acordo com suas aptidões. Passíveis de provocar

danos no processo democrático de ensino, a educação liberal tem permitido a manipulação da massa pela classe burguesa, como ilustra a ideia do autor.

Pode-se dizer que são vários os motivos que levam os sujeitos a assumirem distintos caminhos. Mesmo diante da garantia de direitos consolidados na legislação, famílias de baixa renda têm encontrado dificuldades para manterem seus filhos em sala de aula, conciliando escola e necessidades socioeconômicas.

Presume-se que as leis elaboradas para a educação devem ser acompanhadas com extrema atenção, pois a apreciação a respeito das políticas públicas voltadas para a educação escolar, explícitas ou tácitas, expressas nos documentos oficiais, devem ser analisadas sob distintas probabilidades devido ao contexto sociopolítico e cultural em que se apresenta ao aluno.

Nos últimos anos, sob a política de ajuste fiscal do Estado, passa a vigorar a Emenda Constitucional 95, aprovada ainda no final de 2016 no governo Temer. Essa Emenda afeta profundamente a educação brasileira, pois impossibilita a ampliação de vagas, a valorização do magistério e a qualificação do sistema como um todo. Além disso, implica redução de outros direitos, os quais reverberam profundamente nas condições de cidadania da maioria da população. O Plano Nacional de Educação (PNE) preconiza ampliar os recursos públicos de 6% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em 10 anos. Essa ampliação está prevista na meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Entretanto, com a vigência desta Emenda, o cumprimento dessa meta está cada vez mais distante, o que amplia o fosso da desigualdade social, econômica, cultural e de classe, já que gera o congelamento dos gastos nas áreas sociais por 20 anos. Isso equivale dizer que, mais uma vez, uma importante lei brasileira será desconsiderada, tornando-se letra morta, sendo este o fim da possibilidade de cumprir o PNE.

A restrição imposta com a limitação de recursos retira a possibilidade real de investir em estratégias estruturantes da política de educação, a começar por um de seus principais atores, os trabalhadores da educação. Advertindo para esta possibilidade, a presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, afirma que:

Os investimentos nos trabalhadores da educação são o maior componente do custo de uma escola. Atingir e congelar as possibilidades de investimento em pessoal significa não apenas comprometer a meta específica de magistério –

o que já seria ruim – como também gerar um efeito cascata na qualidade do atendimento. Portanto a emenda impede a realização da maior parte, se não de todo o pne. (SIC). (GOUVEIA. s/d, p. 1).

Ainda:

[...] a execução do plano passa, em vários dos eixos, por políticas de expansão. Resolver os problemas de acesso à educação infantil, avançar na educação integral no Ensino Fundamental e Médio, universalizar o Ensino Médio e aumentar a oferta de vagas do Ensino Superior são todos elementos que implicam em uma ampliação dos serviços, que, com a emenda, fica impedida. (GOUVEIA. s/d, p. 1).

O que se pode concluir ao se constatar e fazer uma breve análise da Emenda Constitucional 95 é que ela não trouxe nenhum benefício para a área da educação, pelo contrário, ocasionou um entrave no sistema educacional, com graves prejuízos ao seu processo de democratização. O que equivale a dizer que está em marcha um retrocesso do Sistema Nacional de Educação, o qual já é muito aquém da necessidade da Nação, do ponto de vista do seu desenvolvimento civilizatório.

Entender o contexto no qual se encontra a política de educação no país é premissa para um ponto de vista crítico de como a atuação escolar se desenha, no contexto de precarização do trabalho, de encolhimento dos direitos sociais, de avanço do neoliberalismo com desresponsabilização do Estado, com profundas implicações para o que foi plasmado na Lei, no que concerne à escola de qualidade, verdadeiramente democrática, incluindo assistência estudantil.

Os espaços físicos nas escolas públicas e suas condições de estrutura e funcionamento têm provocado desestímulo ao estudante, e isso diz respeito à precariedade do sistema educacional como um todo. Em geral, as instituições escolares públicas apresentam estruturas físicas inadequadas, ao ponto de se tornarem sucateadas, devido ao descaso público e o tempo.

Outra questão é que se encontra relacionada ao desestímulo estudantil é a necessidade de o aluno ir cedo para o mercado de trabalho, dado à sua condição de pobreza, agravada pela acelerada reprodução e ampliação do capital. No entanto,

Os fatores internos quando mencionados, tendem a culpabilizar e responsabilizar os alunos pelo insucesso na aprendizagem. Nesse sentido, a responsabilização da criança pelo seu fracasso na escola, tem como base o pensamento educacional da doutrina liberal, a qual fornece argumento que legitimam e sancionam essa sociedade de classe, e também tentam fazer com que essas pessoas acreditem que o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social (CUNHA, 1997, p. 29).

Para Cunha, o insucesso na aprendizagem se contrapõe à ideologia do mérito, ganhando espaço para sua discussão, aportado na organização social, no contexto familiar e seus determinantes.

Tendo em vista a lógica das transformações educacionais estarem relacionados com a reprodução do capital e suas necessidades, entende-se que o insucesso na aprendizagem e o chamado “fracasso escolar” tem estreita relação com os processos de iniquidades entre o sistema público e privado, as distintas oportunidades e, sobretudo, as intensas desigualdades de condições na esfera da cidadania, além das peculiaridades individuais e necessidades humanas, as quais se distanciam, cada dia mais, do escopo de preocupações de um sistema que menos educa e mais frustra e exclui grande parte dos jovens desse país.

1.3 Evasão escolar: obstáculo imposto ao direito à educação

Atualmente, os estudos que abordam o fenômeno da evasão escolar são discutidos à luz das questões socioeconômicas e ocupa um campo relevante no contexto da educação no país. Tem sido constante tema de debates, reflexões e pesquisas acadêmicas ou institucionais, devido ao grande número de estudantes que abandonam o ensino nas escolas públicas brasileiras, deixando de usufruírem desse importante direito.

Os programas de apoio que se voltam para fortalecer o vínculo educacional dos estudantes com o sistema de ensino, como por exemplo: Apoio à alimentação escolar, Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos, Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica e outros, todos estes têm sido sustentado com valores irrisórios, e a falta de mudanças nos aspectos estruturais não têm conseguido reverter a realidade do ensino público.

Buscar a superação dessa fragilidade vai, certamente, para além da atuação comprometida dos professores na sala de aula, exige investimento público, mobilização social e, sobretudo, um Estado Social. Isto é, um tipo de organização política que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Cabe a este Estado garantir serviços públicos e proteção à população (MAECENARO, 2016, p. 1).

A evasão escolar, que acomete principalmente indivíduos de regiões mais estigmatizadas pela situação de pobreza e desigualdade social, pode ser recorrente, e

para tentar sua diminuição são executadas algumas medidas governamentais, que também parece não obter bons resultados quanto à sua eficácia, sendo elas: a implantação de escola ciclada, inspirada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, criação do programa Bolsa Família, implantação do Plano Desenvolvimento Escolar (PDE) e outras medidas.

Porém, o estudante, ao apresentar ausência de condições básicas para a aprendizagem, em virtude de sua condição de vida e de classe, vivencia a desigualdade social no acesso a outros bens como a cultura, o lazer e outras formas de participação na vida social. Realidade que o põe em “desvantagem”, pois difere de alunos da classe dominante, os quais tem tempo para estudar e dedicar-se à escola e outros tipos de atividades como: teatro, dança, música, entretenimentos, etc. Além de geralmente, contarem com pais mais escolarizados que os de classe com rendas mais baixas.

Considerando as diferenças desses segmentos que representam distintas classes sociais, no contexto escolar, presume-se que a educação pública no Brasil, que é dispensada à classe trabalhadora, tem sido configurada veementemente ao vínculo produtivo e a favor da acumulação capitalista, servindo como estratégica mantenedora dos privilégios da “elite”, pois se volta para a tecnificação, em detrimento de uma formação mais ampla, que não tenha como fim apenas o atendimento das necessidades do mercado.

O problema do abandono escolar no Brasil, o qual afeta sobremaneira as escolas públicas, caso não seja superado a partir de políticas educacionais voltadas para assegurar a permanência dos alunos na escola, pode aumentar de forma crescente a evasão escolar, pois trata-se de um assunto de interesse nacional e que afeta, principalmente, alunos pertencentes às classes trabalhadoras com rendas mais baixas.

Estudo desenvolvido por Meksenas (1998, p.98) aponta que:

Sobre a evasão escolar (...) o mesmo se dá, em virtude de estes serem obrigados a trabalhar para o sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário. (...) enquanto os filhos da classe dominante têm o tempo para estudar e dedicar-se a outras atividades como dança, músicas, língua estrangeira e outras, os filhos da classe dominada mal tem acesso aos cursos noturnos, “sem possibilidade alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento.

Apreender as formas que vão assumindo as relações de trabalho e educação, historicamente, examinando a natureza das contradições que emergem destas

relações, requer pensar a especificidade da escola não só a partir dela mesma, mas também das relações sociais, de trabalho e de produção, estabelecidas no âmbito do sistema de ensino e trabalho na sociedade capitalista.

Para que a educação seja ofertada com qualidade deve-se pensar o sistema educacional como um conjunto dotado de instituições de educação por excelência, assegurando o caráter de pública, com abertura de acesso, permanência e aprendizado de qualidade. Chancelando este ideal, Camini *et al* (2001, p. 67) diz:

Pensar na educação pública de qualidade social “implica providenciar educação escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população” (PNE da sociedade brasileira, 1997, p. 04). Em outras palavras, para que a educação possa merecer o nome de pública, ela deve garantir o acesso, a permanência e o aprendizado para todos.

A educação de qualidade não é favor, não é benesse que o Estado concede ao povo, mas sim um direito legitimado a todos os cidadãos brasileiros, pois é obrigação dos Estados e dos Municípios enquanto entes federados. Afinal, ela consiste em uma devolução em forma de serviço devido ao pagamento de tributos e impostos por todos os brasileiros. Porém o quesito qualidade educacional, quando tratado no âmbito do direito à educação, ainda se mostra sombrio, além de relativo para cada grupo social.

As demandas do desenvolvimento econômico e social do país, remete à população de baixa renda e toda a sociedade para fora da cobertura, amparo e assistência aos mais necessitados, e para justificar a importância da assistência social enquanto componente de seguridade social à população em situação de risco, José Paulo Neto (MPAS, 1998) afirmou, durante sua palestra na II Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, que:

Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social.

Neste sentido vale ressaltar que a seguridade social funciona como um sistema de proteção social que pretende diminuir a desigualdade e a pobreza, sendo fundamental para garantir ao cidadão o bem-estar e a justiça social.

A necessidade de os jovens trabalharem para ajudar na renda familiar e garantir seu próprio sustento, a violência, a falta de transporte escolar, gravidez precoce, entre outros fatores, deve ser encarada como um problema histórico, que perdura nos dias de hoje, e são indicadores que contribuem para a perpetuação do fenômeno da (re) produção da evasão escolar.

Diante da relevância do problema, recorre-se a Almeida (2011, p. 25), que diz:

A escola pública e, mesmo a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada, hoje, por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediada pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos: evasão da cultura e da força do narcotráfico; pulverização das estratégias de sobrevivências das famílias nos programas sociais, a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência como campo educacional com expansão do voluntariado, a gravidez na adolescência tomando formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docente são algumas das muitas expressões da questão social.

Para o Autor, esta situação expressa os problemas contemporâneos, e tem atingido profundamente o sistema de ensino, assinalando que tais condições é um reflexo da sociedade. De tal modo, pode-se apreender que o problema se apresenta multifacetado, considerando todo complexo um conjunto decisivo que interfere no sistema educacional.

Estas situações estão relacionadas com vários aspectos, considerando em sua grande maioria, difíceis de serem superados para milhares de crianças e jovens que se afastam da escola e não conseguem concluir, na maioria das vezes, nem mesmo o ensino fundamental.

Ao discutir a questão da evasão escolar deve-se ter em mente que o cidadão não evade simplesmente porque quer, mas sim, por ser submetido à lógica excludente produzida pelo sistema e pelas conjunturas nas quais a sociedade se encontra vivendo e que vão levando à degradação das condições de vida e trabalho.

Todavia, compreender as relações de poder e os mecanismos de exclusão que se produzem e reproduzem em determinado contexto social e, especificamente, na educação, é imprescindível para alavancar mudanças que possibilitem a superação das condições de subsistência humana em que vivem milhões de brasileiros.

Para que se possa minimizar a exclusão social deve-se efetivar e garantir os direitos sociais em que se encontra afirmação, assim, assegura-se uma direção para que não se perca o rumo dos desdobramentos e, que a partir dela, mostram-se necessários. Consequente, deve-se entender que “as liberdades públicas, os direitos sociais são direitos subjetivos. Entretanto, não são meros poderes de agir – como é típico das liberdades públicas de modo geral – mas sim poderes de exigir. São direitos de crédito”. (FERREIRA, 2006, p. 49-50)

Consequentemente pode-se dizer que os direitos sociais são:

[...] direitos a ações positivas fáticas, que, se o indivíduo tivesse condições financeiras e encontrasse no mercado oferta suficiente, poderia obtê-las de particulares; porém, na ausência destas condições e, considerando a importância destas prestações, cuja outorga ou não-outorga não pode permanecer nas mãos da simples maioria parlamentar, podem ser dirigidas contra o Estado por força de disposição constitucional. (LEIVAS, 2006, p. 89).

Há que se lembrar que, na atual conjuntura política, há flagrantes e contínuos desrespeito à Constituição Federal.

A dimensão dos direitos fundamentais outorga, concede e garante ao indivíduo a “possibilidade de exigir prestações sociais estatais (assistência social, saúde, educação, etc.), explicitando a necessidade de uma transição entre as liberdades formais abstratas para as liberdades materiais concretos por parte do Estado”, o qual encontra fundamento de existência apenas com a devolução de tributos, taxas e impostos, ao devolver em forma de serviços ao cidadão.

A distinção dos direitos sociais encontra dimensão positiva quando não mais se encontra de frente para situações, nas quais o que se busca é evitar a intervenção do Estado na esfera da liberdade individual; mas sim, o que se ambiciona com o reconhecimento dos direitos sociais, não é mais que a garantia de participação do indivíduo no bem-estar social e liberdade plena. Assim, “não se cuida mais, portanto, de liberdade ‘do’ e ‘perante’ o Estado, e sim de liberdade ‘por intermédio’ do Estado”. (SARLET, 2007, p. 55).

Para além de sua efetiva normativa, há que se considerar os aspectos que envolvem a garantia do referido direito, na dimensão da oferta, ou do “tipo de prestação exigível do poder público para sua satisfação em caso de sua oferta regular ou insuficiente” (DUARTE, 2007, p. 693), quando do papel do Estado na

atuação da exigibilidade dos direitos sociais, assim como na qualidade do papel social a que esta tarefa se propõe.

Embora regulamentos importantes da política educacional brasileira posteriores à Constituição Federal de 1988 estabeleçam uma nova função para a escola – a de ser espaço protetivo de direitos de criança e adolescentes – ela ainda funciona como espaço destinado às atividades restritas de escolarização e de reprodução cultural da classe dirigente, cujas práticas e rotinas são baseadas na reprodução de valores que regem a lógica do trabalho, do consumo e do ideal de abundância como sinônimo de prosperidade, funcionando como réplicas de atitudes e valores comportamentais.

O Bairro da Vitória tem sofrido as consequências de uma realidade repleta de desigualdades sociais, boa parte dos alunos sofrem na vida escolar, pois vivem na ausência de direitos sociais, já que a incapacidade de atenderem suas necessidades mais básicas tem prejudicado e impedido o alcance do direito à própria educação, pois, o Estado brasileiro submetido à lógica capitalista não visa em primeiro lugar a educação, mas se apropria dela para sua reprodução. Neste sentido, ensina, treina, apenas para o mercado de trabalho, o que não garante um aumento da qualidade de vida do indivíduo, no domínio da saúde física, mental, psicológica e emocional, e nem da melhoria das condições básicas e suplementares do ser humano. Em desacordo com a direção da educação pública brasileira, Frigotto (1989 p. 246) abrange dizendo que:

Educar para a incorporação de tecnologias a serem transferidas, para vinculação do crédito bancário e, em suma, para a dependência da lógica do capital, não garante o aumento da qualidade de vida, mas o aumento da exploração.

Assim entendendo, acredita-se que a educação enquanto direito social, deve ir muito além da lógica de empregabilidade e do capital. Deve ser garantida pelo Estado e estendida a todas as classes sociais, e, em especial, a classe trabalhadora, uma formação que tenha como princípio, a igualdade e universalidade da educação.

Presume-se que a educação seja um direito de todos, sem que suas características pessoais, condições econômicas impeça esse alcance. No entanto, cabe ao Estado, valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência do estudante na escola, evitando que a evasão aconteça, que o aluno

deixe de frequentar as aulas, garantido, dessa forma, esse importante direito social, qual seja, o direito à educação.

1.4 Sistema educacional brasileiro

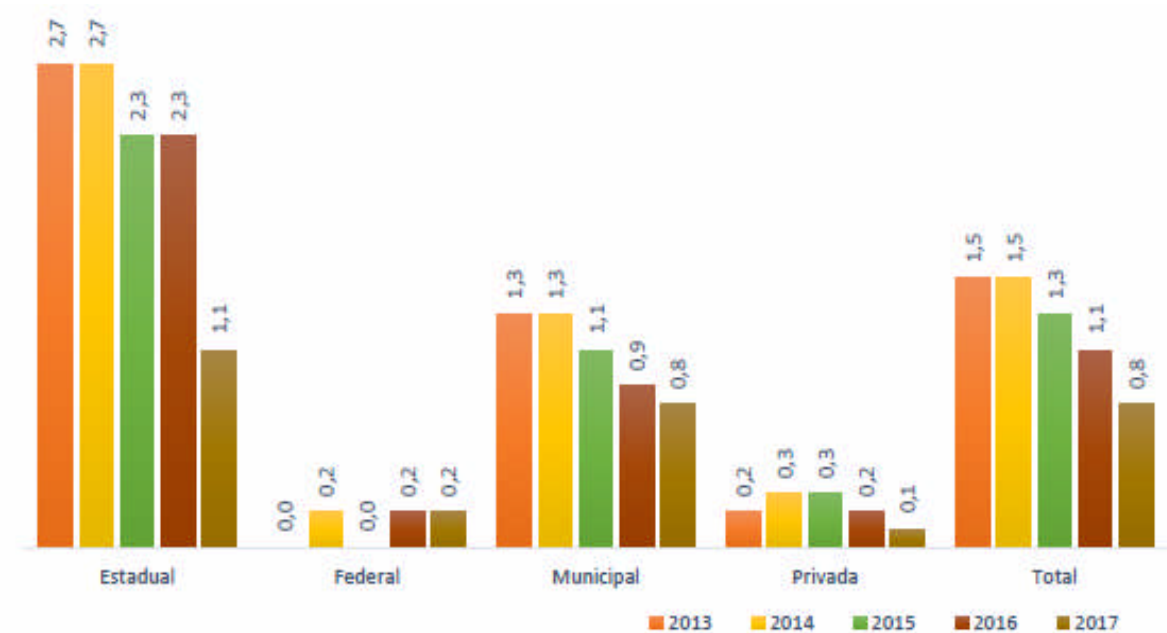
O sistema educacional brasileiro, o qual estabelece: classificação, parâmetros, metas, possibilidades, características, objetivos, dentre outros fatores; supondo se posicionar de forma democrática, ainda não consegue de forma plena garantir a todos os brasileiros e população em geral, uma educação de qualidade. Os indivíduos estudam visando uma melhor probabilidade de ascensão social no que diz respeito a empregos, salários, qualidade de vida, satisfação pessoal e coletiva. Fato relevante é que nem sempre pode ocorrer de conseguirem se matricular em escolas próximas de suas residências por questão de vagas, sendo este, apenas um dos possíveis problemas os quais os estudantes estão sujeitos, podendo também ser um sinal de que as estratégias de acolhimento na área educacional não são efetivadas.

Para efetivar a democratização da educação é necessário que haja engajamento político, social, comprometimento dos órgãos públicos para com o cidadão e população em geral. Destaca-se que o não cumprimento e efetivação desses direitos pelo Governo Federal geram sérias consequências, pois como indica o Relatório de Desenvolvimento (2012) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012) *apud* Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, 2013) o Brasil é um dos três primeiros a liderar o índice de evasão escolar na América Latina, ficando em 3º lugar, atrás apenas da Nicarágua e Guatemala.

O ranking que o Brasil se encontra posicionado é um reflexo do desrespeito à sociedade e gera um problema social, que por sua vez, inviabiliza a concretização do desenvolvimento social e da pessoa humana, problema este que tem gerado a evasão escolar, o qual será o elemento essencial da análise realizada neste trabalho. Assim sendo, trilhará no sentido de encontrar respostas e apontamentos para a referida questão de nível social no campo da educação que atinge alunos, familiares e sociedade em geral, por vezes de forma direta e indireta.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) informa que a educação no âmbito do ensino fundamental II, na esfera estadual, foi o que apresentou maior índice de evasão escolar, chegando a superar as instâncias privada, municipal e federal, como se pode constatar no gráfico abaixo:

Gráfico 1. Taxa de evasão escolar do Ensino Fundamental por dependência administrativa (Goiás 2013 – 2017).



Fonte e elaboração: INEP Censo Escolar da Educação Básica. Instituto Mauro Borges SEGPLAN Goiás. Gerencia de estudos socioeconômicos e especiais 2018.

A evasão escolar se solidificou como um problema sério na área da educação institucionalizada, instigando, portanto, profissionais e sociedade em geral a refletir sobre a necessidade de se buscar o seu real conceito. A função social do Estado frente à sociedade e cidadãos, como sendo um ente de organização social, é assegurar a educação para todos com real possibilidade de acesso a um maior patamar de ensino, com qualidade educacional.

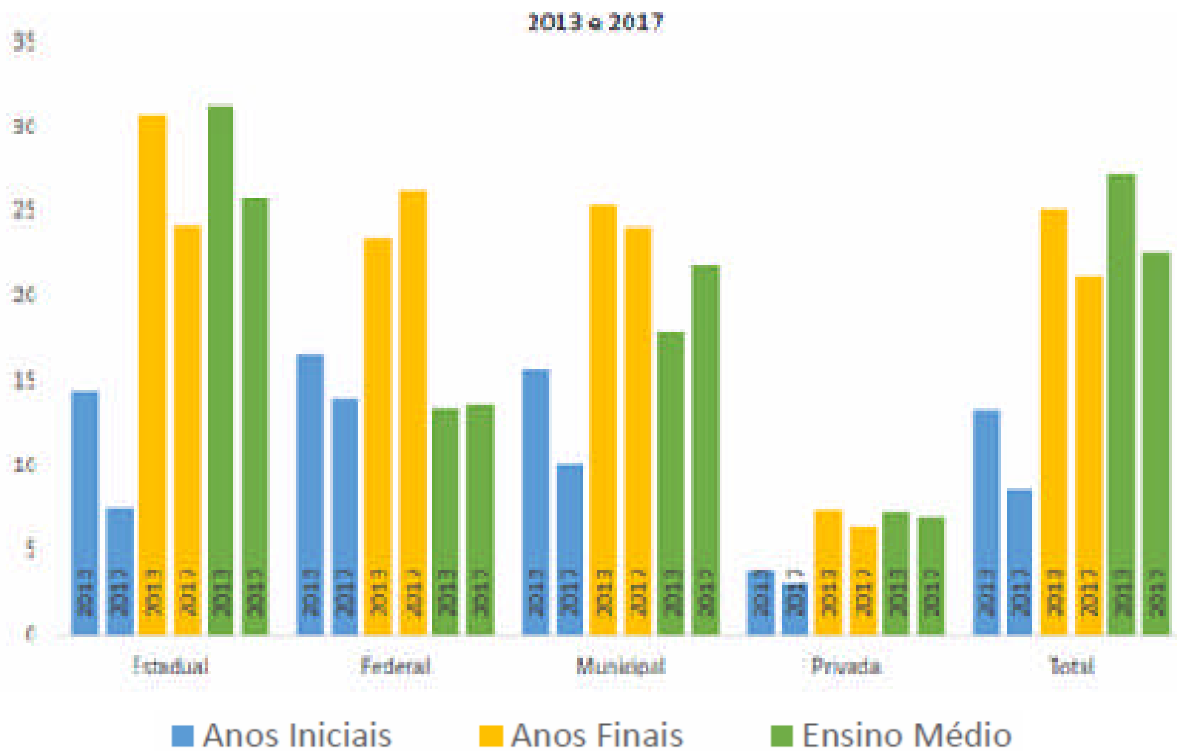
Assim sendo, o problema, debate e discussão social sobre evasão escolar, deve ir além da divulgação de números e estatísticas, antes de tudo, a discussão sobre o assunto, deve propiciar o resgate e a possibilidade real de concretizar uma vida plena para cada cidadão, conhecimentos que atendam às suas necessidades, no mundo contemporâneo, incentivando os alunos a permanecerem em sala de aula, a fim de evitar que as turmas diminuam, que a falta de interesse aumente e a evasão cresça. No entanto, o que se tem percebido ultimamente é que, a temática da evasão escolar permanece, de certa maneira, marginalizada, isto é, distante do cerne das políticas públicas.

O problema da evasão escolar assola a sociedade como um todo. Vários são os fatores que podem redundar na evasão escolar, dentre eles pode-se citar, a

desigualdade social, desestrutura familiar, gravidez precoce, desmotivação, professores mal remunerados e, acima de tudo, descaso político e institucional por parte de gestores públicos e governamentais.

A distorção idade/série, isto é, proporção de alunos com dois anos de atraso em relação à idade adequada da etapa, permitem analisar as condições dos alunos permanecerem nas escolas federais, estaduais, municipais, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2. Distorção idade/série (%) por dependência administrativa e etapa de ensino - Goiás - 2013 e 2017



Fonte e elaboração: Inep/CensoEscolar da Educação. Produção. Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais -2018

Para corrigir as distorções idade/série foram implantados Projetos de Aceleração do Ensino Aprendizagem onde a norma regulamentada pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO), em seu § 4º, informa em que consiste o programa de aceleração, destacando que:

Aceleração é um programa institucional de dimensão coletiva da Unidade Escolar, previsto no PPP e no regimento da escola, destinado aos alunos com defasagem na idade, visando à sua melhor adequação e à obtenção de competências da educação básica em períodos mais célebres, por meio de uso de tempos, espaços e metodologias educacionais apropriadas.

A implantação do Projeto de Aceleração de Ensino e Aprendizagem tem como objetivo maior corrigir as distorções entre idade e série, mas pode levar o aluno ao déficit no aprendizado. Por se tratar de educação inclusiva, este modelo de ensino público pode impor barreiras quanto à totalidade do conhecimento, visto que a flexibilização e restrição de conteúdo, nesse caso, desfavorece o aprendizado na sua integridade, o que gera consequências negativas sob o ponto de vista econômico e social.

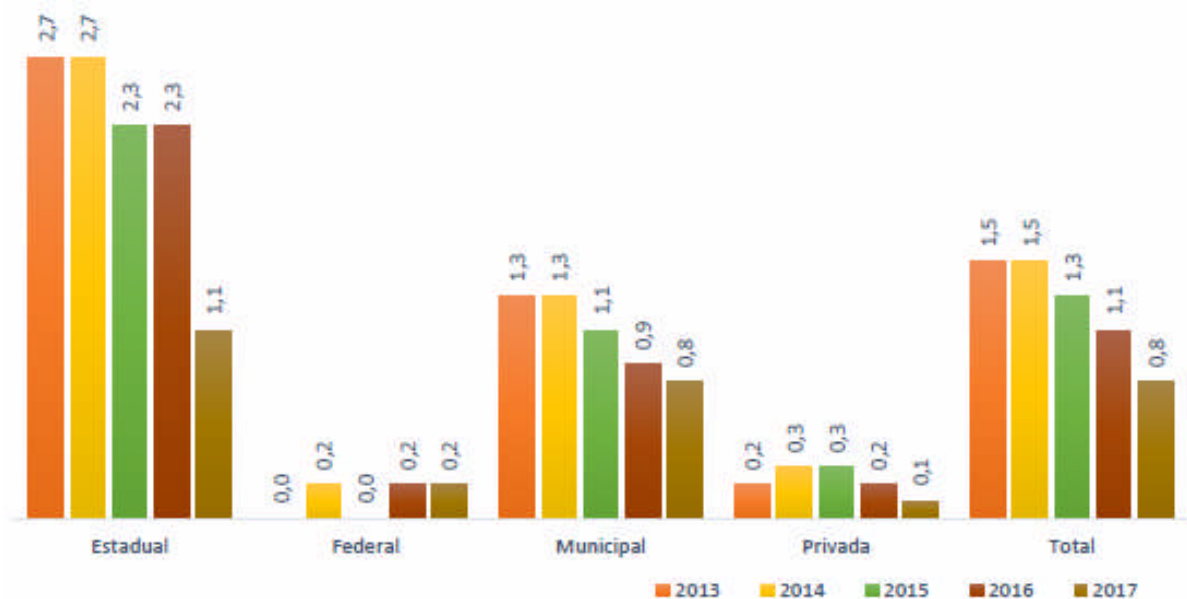
Portanto, é importante salientar que a problemática do ensino-aprendizagem, bem como o atraso escolar, é ajustada com políticas emergenciais de aceleração do aprendizado, às quais parecem não ter nenhum efeito quanto ao êxito do aluno, passando a consistir-se em um grande desafio a ser solucionado pelo estado, quanto a real implantação de políticas a ser fundamentada na efetivação do conhecimento e do saber.

Faz-se necessário ressaltar que não é a suficiente força de vontade do aluno, mas sim, um conjunto de disponibilidades e de acessos sociais para que o aluno possa alcançar aprendizagem em tempo hábil com qualidade educacional.

O enigma da evasão escolar atinge diretamente docentes e gestores da área educacional, pois exige uma postura de desconstrução das “verdades” preestabelecidas sobre o assunto, admitindo, igualmente, uma certa atitude reflexiva perante conhecimentos prévios, para a busca do enfrentamento ao problema. Assim, se faz necessário compreender a circunscrição do tema evasão escolar, relacionando-o às questões e fatores socioculturais, institucionais, econômicos, políticos e sociais.

O tema em questão se compõe de uma conjugação variada de dimensões, as quais se integram ao conflituarem no centro da apontada problemática, portanto, dimensões relacionadas ao abandono escolar não devem ser compreendidas e analisadas de modo isolado, mas de forma conjugada, procurando entender, de fato, quais são os fatores que predispõem e favorecem os estudantes na decisão definitiva para o abandono do ambiente escolar.

Gráfico 3. Taxa de abandono em percentagem (%) do ensino fundamental por dependência administrativa - Goiás - 2013 a 2017.



Fonte: Inep/Censo Escolar da Educação Básica.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2018.

Enfim, a evasão escolar não pode e muito menos deve prescindir de visões e previsões que validam o senso comum, afirmando que as causas consistem apenas na falta de interesse e comprometimento por parte dos alunos e de sua família. A princípio, pode-se afirmar que, no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, onde ocorreu a pesquisa, o fator socioeconômico se estabelece como causa determinante para a evasão escolar.

1.5 A educação no contexto de um país de economia periférica

A educação no contexto de um país de economia periférica, como ocorre no Brasil, passa a ser fruto de uma economia dependente, assumindo, assim, sua dependência na esfera de influência no campo das relações internacionais. Os países periféricos se subordinam na economia mundial para garantirem seu desenvolvimento e, ao se aproximarem dos países centrais, transferem a esses consideráveis valores do seu capital para conseguirem se estabelecer na economia mundial, entretanto, seguem sendo periféricos e explorados.

Como impacto resultante das políticas econômicas, o preço que se paga é alto, pois em condição de subordinação, quem paga são os trabalhadores, os menos escolarizados. Esse preço está na formação de um capitalismo dependente,

subordinando à economia central, na qual a transferência de valor produz sérias e drásticas limitações sociais. Fato este que provoca o atraso do Brasil diante das estatísticas a nível mundial, atingindo o processo educacional, ocasionando déficit na aprendizagem e evasão escolar. Ratificando esse enunciado, pode-se afirmar que:

O Brasil tem a 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud. Um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série. É o que indica o Relatório de Desenvolvimento 2012, divulgado nesta quinta-feira (14) pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (UOL EDUCAÇÃO, 2013, p. 1).

Esta classificação do Brasil encontra aporte nas desigualdades produzidas pelo próprio sistema, funcionando como mecanismo de dominação, dependência e submissão da massa popular. A acumulação interna do país tem como base a produção, a qual encontra alicerce na exploração do trabalhador, mais caro ainda para aqueles que não tem a qualificação exigida pelo mercado.

Para Marini (1973), a produção ao ser desenvolvida sob a forma da internalização do capital estrangeiro, tem ocasionado internamente, uma economia dependente como é o caso do Brasil, acarretando em problemas econômicos e sociais. O processo de industrialização no país, considerado como a principal maneira para resolver a discrepância internacional, tem assinalado pouca efetividade para a resolução das contradições existentes advindas do desenvolvimento econômico, dada à sua complexidade (MARINI, 1973).

Tais modelos de economia dependente do Brasil se caracterizam como economia periférica. Para compreender como o ciclo do capital surge na economia brasileira caracterizada como dependente, deve-se levar em consideração a identificação de quais são, de fato, as origens do capital que está sendo inserido na produção, como também em quais proporções cada um destes fatores do capital é investido, em quais setores se alocam e como se reproduzem.

Salienta-se a existência de certos capitais originários, a saber, o capital privado interno, o Estado e o capital estrangeiro. O primeiro se refere a parcela da mais-valia, isto é, subtração dos gastos improdutivos do capital, o qual retorna ao processo de acumulação no intuito de que possam empregar as forças de interesses ao fator aquisição de meios de produção e força de trabalho, acarretando exploração do trabalhador.

O Estado brasileiro se tornou dependente e quem paga o preço são os brasileiros, sobretudo os mais pobres e destituídos de educação escolarizada, uma vez que as peculiaridades do capitalismo dependente, desenvolvem os meios que podem explicar os condicionantes e sustentáculos da dependência do capital estrangeiro, tornando-se elos de intermediação das relações centro-periferia. Como adverte Marini, (1973, p. 138-139) “é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado”.

Seguindo a lógica do capital internacional, é possível afirmar que os impostos diretos e impostos indiretos sobre o capital, como também sobre os trabalhadores quando investem em algo, até mesmo em alimentação e bens básicos, transferem involuntariamente, boa parte de seus salários ao Estado.

Logo, para Marini (1973), o Estado se utiliza do processo direto de exploração da mais-valia por meio das empresas estatais e de transferência da mais-valia ao capital privado para que, assim, seja possível alavancar seu investimento. Além dos referidos fatores, pode-se compreender como sendo pertencentes a este circuito, às aplicações as quais são designadas à educação e saúde, fontes cruciais, essenciais, para a reprodução nefasta do capital. Dessa forma, a particularidade do capital estrangeiro enquanto fonte de investimento se fundamenta no ponto crucial, ou seja, finaliza o ciclo do capital na economia dependente, no caso do Brasil, por exemplo, parte do seu capital é transferida aos capitalistas das economias centrais, países considerados desenvolvidos, de primeiro mundo, independentes.

Na opinião de Marini (1973), mesmo que o subimperialismo conserve semelhança com o imperialismo, apesar de se mostrarem na mesma fase do capitalismo, as categorias são iniciadas a partir de óticas de análise distintas, chegando assim, a resultados inevitavelmente divergentes, de modo que a analogia não impede o desenvolvimento da categoria subimperialismo, pois, esta se encontra se referindo ao processo de acumulação do capital, como também, de sua reprodução no que consiste uma formação econômica e social dependente, como é o caso do Brasil.

Nesse contexto, entende-se que a submissão do Brasil, frente aos países centrais que o coloca em desvantagem, não pode ser atribuída como sendo de responsabilidade dos brasileiros, a princípio que o histórico de evasão escolar, enquanto problema social, pode ter sua gênese, na forma peculiar de dependência

econômica e financeira, bem como na negação de políticas públicas educacionais e de direitos sociais.

Mesmo não medindo esforços para atingir lugares de destaque no ranking de classificação entre países, o Brasil não tem conquistado grandes espaços nos parâmetros socioeconômicos e internacional, degradando, ainda mais, o processo educacional, às condições de vida e de trabalho.

A estrutura escolar deve ser digna de consideração, em primeiro lugar, pelo próprio Estado, quanto à implantação de políticas para a elevação do patamar de ensino, porém, a realidade experimentada a partir do nefasto sistema reprodutivo, inviabiliza o direito à educação.

Como se pode perceber, a educação no Brasil é tida como bem de consumo a ser adquirido no mercado, pois o processo de penetração dos fundos financeiros na educação resultaram no rápido crescimento das instituições privadas de ensino, adotando estratégias e implantação de gestão mais institucionalizada, com pujantes formas de controle social.

Imprimindo a esta atividade (...), de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil. Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas, daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria (TONET, 2003^a, p.39 *apud* MACENO, 2011, p.153).

Neste sentido, Antunes (2001, p. 19), ressalta que o neoliberalismo busca privilegiar “a reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias”, fato intimamente relacionado e em sintonia com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional e outros, o que leva a compreender que a dependência econômica do Brasil, ao achar-se atrelada ao capital estrangeiro, tem impedido e dificultado os resultados no âmbito de uma educação gratuita e de qualidade.

1.6 Questão social no contexto da educação

A evasão escolar se caracteriza como uma expressão da questão social, conforme compreendida no âmbito da pesquisa realizada na unidade escolar Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, para tanto, a interrupção do aluno no seu percurso enquanto estudante da instituição escolar gera prejuízos tanto

para si próprios como também para a sociedade em geral, podendo assim, tornar-se num trabalhador desqualificado, além de contribuir para o aprofundamento da desigualdade social.

Conseqüentemente, o trabalhador desqualificado será ainda mais mal remunerado, quando não desempregado, e parte do exército de reserva que não conseguirá vender a sua força de trabalho, permanecerá excluído do sistema de produção e com precário acesso às políticas públicas de acesso às necessidades básicas.

Ampliando essa questão, Faleiros (1996, p. 8) adverte para o fato de que as políticas públicas:

[...] ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento de riqueza ou dos direitos do cidadão. Toda essa diversidade de pontos de vista torna difícil abordar o tema em questão, já que as políticas públicas não podem ser reduzidas a um único enfoque.

Como as políticas públicas não estão reduzidas apenas em um único prisma, conforme explicação de Faleiros, devem ser questionadas, visando a uma maior reflexão e debates, discutindo sobre os princípios e concepções da política de educação ofertada pelo Estado, para melhoria das condições de vida e de trabalho, caso contrário, a educação no país servirá apenas como veículo de reprodução do modelo de engenharia do capital, produzindo um ciclo vicioso, o qual tem reinado e perpetuado através de gerações

Portanto, deve-se entender que a evasão escolar consiste em ser um reflexo claro, ainda não superado pelas escolas públicas e, em especial, no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus. Percebe-se, portanto, que para atender ao propósito de investigar o tema e problema da evasão escolar, faz-se necessária uma abertura analítica, conjuntural, com uma capacidade profunda para decifrar e discernir o contexto social e de elite que se apresenta o Brasil e que sufoca as famílias de trabalhadores com baixa renda.

A questão social, resultante de histórica desigualdade social, permite a perpetuação das desigualdades por meio da manutenção da exclusão social, impedindo que cidadãos e boa parte da sociedade tenham acesso ao conhecimento com qualidade. Sendo a pobreza um fenômeno crescente, a questão social vai

interferir no avanço da qualidade de ensino, prejudicando a classe trabalhadora, mas garantindo o sistema como é, na forma mais acentuada da lógica do capitalismo.

Dentre os diversos problemas que atinge a educação pública, pode-se dizer que a redução de matrículas é um fator que tem chamado a atenção dos especialistas e pode estar relacionado também com a evasão escolar. Marques, ao entrevistar a Superintendente Estadual de Educação de Alagoas, Maridalva Campos, assevera que:

A redução de 8,42% no número de matrículas, de acordo com a superintendente, pode ou não estar relacionada à evasão. “Mudança de endereço, de cidade ou de estado podem explicar a redução. O fato é que as reduções são um fenômeno nacional, reconhece”. (MARQUES, 2015, p.1).

Como refere a Superintendente, a redução de matrículas pode incidir numa causa da evasão escolar, antes de tudo, manifestada na instituição escolar. É na instituição escolar que as crianças, a partir dos anos iniciais de suas vidas, adolescentes e jovens passam a maior parte de seu tempo, até mesmo, em certos casos, períodos duradouros de suas vidas. É no interior da instituição que iniciam suas relações sociais com pessoas diferentes de suas famílias, é nela que começam a criar e desenvolver expectativas de vidas, aprendizagem, conhecimentos, como também muitas de suas dificuldades e frustrações.

Assim, pode-se entender a escola como um espaço social em que se reflete diversas situações provocadas a partir do modo de vida em sociedade, como por exemplo, desigualdades sociais, exploração de trabalhadores e outras, que se ampliam e multiplicam pelas dificuldades apresentadas no mundo contemporâneo. Neste sentido, faz-se necessário buscar nas palavras de Yamamoto (2004, p. 87):

[...] cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores da possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação a oferta de força de trabalho.

Assim entendendo, a evasão escolar pode ser compreendida pela relação com o aumento do desemprego, reduções de políticas de promoção do ensino, queda na qualidade de vida dos estudantes, ausência de recursos materiais e baixo nível de bem-estar social, entre outros fatores, como foi constatado na pesquisa.

Enfim, deve-se assinalar que as intercessões nas manifestações da questão social, com ênfase nas políticas sociais, devem ser intermediadas com programas e projetos assistenciais, necessitando ser constantemente implementadas pelo governo. Deve ser garantida a primazia popular, a fim de que se possa diminuir os problemas sociais, ao invés do Estado promover as necessidades do capital, deve assegurar o princípio de igualdade.

CAPÍTULO 2

A EVASÃO ESCOLAR COMO FENÔMENO SOCIALMENTE DETERMINADO

2.1 Evasão escolar e desigualdades sociais

Deve-se entender o fenômeno evasão escolar como sendo uma das formas de expressão da questão social na realidade da educação pública, esta resulta da ausência de políticas públicas de redistribuição de renda, as quais não buscam entender e acompanhar as reais necessidades e carências das famílias e das regiões mais vulneráveis. Como ressalta Araújo e Flores (2016, p. 177):

Temos, portanto, que, para que a redistribuição de renda no nível interpessoal acarrete redistribuição automática de recursos entre regiões, é preciso assumir a premissa irreal de que todos os outros potenciais fatores que incidem sobre a pobreza permanecem estáveis no tempo. Nem mesmo a centralização do gasto de uma dada política social é capaz de garantir seu efeito redistributivo entre regiões, uma vez que fatores exógenos podem impedir que estes fluxos redistributivos sigam a distribuição da necessidade no território.

Embora a adoção de políticas de redistribuição de renda no nível interpessoal seja importante para suavizar as tendências de extrema pobreza, estes ganhos em bem-estar nem sempre reduzem mecanicamente as disparidades entre as regiões, visto que, os fatores exógenos tendem a influenciar no resultado e sua eficácia. Deve-se ter como premissa, um estudo detalhado para que a distribuição de renda seja compatibilizada às reais necessidades de cada região, pois como indicam os autores acima, os fatores que incidem sobre a pobreza nem sempre permanecem estáveis o tempo todo.

A pobreza de uma determinada região está acoplada aos fatores exógenos, necessidades regionais e populacionais, economia, forma de gestão pública, assim, deve-se entender que, cotidianamente, as necessidades surgem e a ausência de investimento em políticas públicas e sociais, conseqüentemente, contribui com o alargamento das desigualdades entre classes, obstaculizando o desenvolvimento humano e da sociedade em geral.

Pode-se considerar que a instrução é essencial para a conquista do desenvolvimento socioeconômico de um país, e que uma grande parte da população

ainda é privada da educação escolar, sem acesso a informações elementares, por viverem numa sociedade onde nem todas as pessoas têm oportunidades educacionais. Assim, pode-se entender que parte da sociedade não usufrui do direito ao livre acesso ao conhecimento educacional, público, gratuito e de qualidade, pois os investimentos na área são poucos e nem sempre levam em consideração especificidades regionais.

Todavia, faz-se necessário compreender que a centralização de poder expressa nas diversas relações sociais são conferidas nas formas de gestões, sendo dotadas de propriedades que imprimem a nefasta condição de exclusão estudantil, processando, dessa forma, múltiplos problemas de ordem econômica e social.

As desigualdades, pobreza e outros infortúnios econômicos e sociais, repassados pela cultura educacional brasileira, são frutos de um sistema político educacional que se fundamenta na expansão de uma proposta pedagógica carente, sem que haja financiamento e planejamento para garanti-lo, o que dificulta na prevenção da evasão escolar.

Conhecer a realidade educacional, promover políticas públicas educacionais que beneficiem uma escola de qualidade, bem como agenciar assistência social para prover as necessidades das camadas de menor renda da sociedade, se torna imprescindível para originar mudanças na inclusão educacional e na superação do distanciamento entre as classes sociais.

Neste sentido, pode-se afirmar que:

[...] a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação [...] como um todo, com o objetivo de assegurar que todos [...] possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas [...] bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25).

De acordo com os princípios de Mittler, a inclusão requer acolher todos os indivíduos, sem exceção, independentemente de cor, raça e classe social. Perpassa pelo atendimento das necessidades de todos os seres, em especial, dos que se encontram à margem da sociedade.

Ao entender o contexto de exploração do trabalho na sociedade capitalista, a qual se encontra relacionado com a desigualdade social e evasão escolar, pode-se perceber e compreender quão ardilosa é a herança política que envolve a gestão

pública educacional e interesse do Estado. Portanto, deve-se entender que não poderá haver avanços e nem desenvolvimento educacional caso não haja sistemática alteração nas relações de poder e de classe, pois, estas são as circunstâncias as quais produzem desigualdade social e evasão escolar tanto no contexto nacional quanto estadual.

Quanto à concepção da funcionalidade da educação, Coelho (2012, p. 77) ainda certifica que:

A educação, a escola e a universidade são significativas e inseparáveis do presente e do futuro da humanidade, da sociedade e das pessoas; enfim, imprescindíveis à continuidade da existência humana. À medida que ficam presas às necessidades e interesses do Estado, de grupos e partes, elas se autodestroem, perdem sua razão de ser e legitimidade histórico-social. Devem ser pensadas e assumidas por todos, pois dizem respeito à vida coletiva.

Em se tratando da evasão escolar deve-se entender que esta tem se deparado com circunstâncias de natureza sociais, geográficas, econômicas, socioculturais e outras, o que justifica dizer que o aluno que reside em zona rural e áreas periféricas dos grandes centros urbanos encontram dificuldades para se manter estudando. Problema este, que foge dos aspectos internos da escola, e que foi evidenciado em campo com o depoimento de alguns pais, ao afirmarem que a infrequência de seus filhos, alunos e ex-alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, deve-se em grande parte à distância entre suas casas e a unidade de ensino.

As relações sociais dominantes e vigentes no Estado tem dificultado a implantação e o funcionamento de uma escola real, ideal quanto à sua função social crítica e reflexiva. Sendo assim, deve-se admitir que a educação tem se reproduzido muito mais como instrumento de dominação e perpetuação da divisão de classes, tornando-se muito distante de um projeto de escola igualitária para as camadas populares, o que limita as suas perspectivas na direção da formação crítica, para além da reprodução da força de trabalho.

Sua importância deve-se à criação de uma sociedade menos desigual, pois a educação não deve ser considerada simplesmente como um direito social, deve, no entanto, ser um instrumento de erradicação da pobreza, das desigualdades sociais extremas, de injustiças e contribuir para uma vida digna e de melhor qualidade para todos.

Para ambicionar as expectativas nos meandros do lucro e do capital, o Estado ressurgirá com alternativas estratégicas, tendo em vista as reformas trabalhistas, reforma previdenciária, aumento de impostos, etc., como reveses para ampliar suas receitas, que certamente afetarão diretamente trabalhadores, estudantes e sociedade em geral, permitindo a exploração e reprodução das desigualdades sociais em escalas inéditas na história.

O que se pode compreender das relações estudantis e evasão escolar é que o poder público não investe nas demandas exigidas para uma suposta modificação na estrutura educacional, tendo em vista, que a elevação do desemprego, a desestrutura no campo social e a heterogeneidade entre classes continuarão prosperando, devido à ineficácia na distribuição de renda aos mais desprovidos de bens materiais. Neste sentido, faz-se importante pontuar, com a contribuição de Mézáros (2018) que o corte brutal dos gastos sociais com políticas públicas e manutenção de programas e benefícios sociais, associado ao crescimento do desemprego, tem provocado a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora tanto dos países desenvolvidos como dos países subdesenvolvidos. Pode-se observar nas palavras de Mézáros que o Estado tem como alternativa ímpar sempre ordenar que se façam cortes nas políticas públicas e na área social.

Resgatando os fundamentos em que incide a evasão escolar, deve-se considerar que o aluno ao se matricular na unidade escolar, logo, passa a interagir com o sistema educacional e diante do processo de exclusão que o sistema lhe obriga a vivenciar, muitas vezes, não lhe é permitido permanecer no sistema educacional ou mesmo criar alternativas que possam desviar do processo evasivo que o cerca.

Em muitas ocasiões, estudantes e familiares se veem necessitados da intervenção do Estado que não os alcança e nem propicia o favorecimento das políticas de promoção e permanência na escola, tais como: acesso ao transporte escolar, materiais didáticos, alimentação, cuidados com a saúde, etc. Conseqüentemente, um dos fundamentos do fenômeno evasão escolar pode ser compreendido pela ausência de dispositivos para acolher e apoiar o aluno na instituição escolar.

Tendo em vista a configuração da desigualdade social e a ausência de propostas educacionais robustas e universalistas pelo Estado, deve-se considerar que, quanto mais existir políticas de apoio ao estudante, mais chances ele poderá ter para permanecer no ambiente escolar. Assim sendo, pode-se dizer que quanto

maior for o investimento (direitos/condições de frequentar, permanecer e ter êxito escolar) recebidos pelo aluno, maior poderá ser a sua integração com a instituição escolar e menor será a possibilidade do surgimento do fator evasão escolar.

Completando essa ideia, Koloustian e Ferrari (1994) *apud* Gomes e Pereira (2005, p. 4) dizem que “por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial”. Portanto, a ideia de permanência do estudante na instituição escolar se encontra interligada pelo seu acesso às condições de atendimento de suas necessidades humanas, sociais, econômicas, locomoção, educacional e presença do Estado com políticas educacionais adequadas e compromissadas com os direitos da população.

Assim entendendo, quanto maior for a desigualdade, a pobreza, a desagregação, maiores serão os riscos para evasão escolar, o que resultará em uma maior probabilidade de exclusão do estudante na escola, podendo essa questão ser melhor compreendida com a fala de dona Romilda, ao ser questionada sobre o que deveria necessariamente ser feito para que as crianças não parassem de estudar, respondendo que seria necessário mais investimentos nas escolas e na política social em geral.

Na concepção de Almeida (1996), a evasão escolar consiste em ser uma questão definida como social crônica, minada no ensino institucionalizado brasileiro, carente de políticas públicas voltadas para o social, em particular para área da educação, o que afeta diretamente as famílias pobres, vulneráveis, as quais não possuem condições para manterem seus filhos na escola, mesmo sendo ela pública.

Levando-se em conta as necessidades de assistência e a variação entre estados, municípios e regiões, pode-se dizer que a região Noroeste de Goiânia tem sofrido as consequências de uma realidade repleta de desigualdades sociais, onde boa parte dos alunos sofre com a vida escolar, pois vive na ausência de políticas públicas sociais e educacionais, que sejam capazes de atender às suas necessidades mais básicas.

A localização geográfica, o nível socioeconômico e sociocultural das famílias dos estudantes matriculados, são fatores que se encontram associados à evasão escolar, a princípio, esses obstáculos têm se relacionado diretamente com as dificuldades que os estudantes têm enfrentado para estarem frequentando a unidade de ensino.

Como aponta Abramovay (2002, p. 71), são vários os efeitos que levam o estudante à evasão escolar, como por exemplo:

[...] os efeitos da pobreza e da exclusão social; das desigualdades sociais; da ausência de laços afetivos familiares e nas sociedade; da transição repentina da infância à vida adulta; do não acesso à saúde, educação, lazer, trabalho, cultura e alimentação; da ausência do mínimo necessário para a sobrevivência; da inserção imatura no mercado de trabalho; da falta de previsão de ingresso no mercado formal de trabalho; da admissão em trabalhos desqualificados; da exploração em trabalho infantil; da ausência de projetos futuros; “do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas.

Enfim, as condições de vida desses indivíduos afetam com intensidade a situação de carência e inferioridade, não apenas com relação à dimensão material, mas especificamente moral, pois como enfatizam Abramovay *et al* (2002, p. 102), “as pessoas, desde muito jovens, percebem-se como inferiores, incapazes, desvalorizadas, sem o reconhecimento social mínimo que as façam crer em seu próprio potencial como ser humano”.

2.2 Precariedade da educação escolar ou das condições de vida das famílias?

Diante do modelo de ensino público, o qual se coloca face aos interesses particulares do Estado capitalista e da sociedade burguesa, a educação pública tem estado em condições de incertezas quanto às suas possibilidades no presente e no futuro.

O modelo de gestão pública educacional administrado pela classe dirigente, ou seja, pelas elites, não tem viabilizado uma prática educativa voltada para o avanço do indivíduo, libertação e emancipação humana, assinalando a existência de situações precárias de aprendizado ao aluno. Nessa perspectiva educacional, Paro (2002) tem se questionado sobre qual é o propósito, e prerrogativa do Estado, assinalando que este se encontra em processo de colapso, ao observar a carência de políticas públicas voltada para a educação nos últimos anos, assinalando que:

É preciso perguntar se escola não seria mais do que um local para onde afluem crianças e jovens carentes de saber, que são acomodados em edifícios com condições precárias de funcionamento (com falta de material de toda ordem, com salas numerosas, que agridem um mínimo de bom senso pedagógico) e são atendidos por funcionários e professores com salários cada vez mais aviltados (que mal lhes permitem sobreviver, quanto mais exercer com competência suas funções). Em outras palavras, para

entender o que há por trás do discurso oficial, é preciso indagar a respeito do que é que o Estado está oferecendo na quantidade da qual ele tanto se vangloria (PARO, 2002, p.92).

Ainda, pode-se ressaltar, através de observação, que a hipertrofia estatal acentuada pelo regime totalitário tem se colocado como adversário da democracia, tornando-se nítido o propósito de controle e de minimização da interferência do Estado no desempenho das funções sociais, o que resulta em um processo de degradação das condições de vida, do direito à educação e outros mais, acentuando-se as desigualdades em escala global.

Para eliminar as carências da instituição escolar como também dos alunos, a escola deve ter à disposição, e de forma plena, o apoio do poder público, aquisição de recursos, serviços de qualidade que abrangem investimentos no campo educacional. Assim, determina a meta 7 do Plano Nacional de Educação, a qual consiste em fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais, conforme o Índice de Desenvolvimento para a Educação Básica Ideb. (Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014, p. 1).

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	

Deve-se pontuar que o sistema educacional de ensino se encontra submetido ao controle burocrático e centralizador do Estado, com preceitos sancionadas pelo Estado mínimo, com limitações em investimentos nos programas sociais. Essas tendências chamadas de “liberais” deixam de assegurar a cidadania e direitos básicos da população, de modo a aumentar a pobreza e a miséria no Brasil.

“De acordo com o levantamento realizado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE, o índice de pobreza no Brasil aumentou em 11.2% de 2016 para 2017”, o que leva também o aumento das desigualdades sociais. Child Fund Brasil. s.d, p. 1).

Dado às tendências liberais no Brasil, pode-se dizer que a classe trabalhadora tem sido a mais prejudicada. Isso porque a:

[...] desqualificação de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados. (ANTUNES, 1997, p. 52)

As tendências liberais no Brasil, no contexto da precarização da educação, também têm influenciado na nova forma de contratação dos professores docentes, levando-se em conta, o aumento da quantidade de contratos temporários e a terceirização dos trabalhadores da educação.

Os referidos contratos de trabalho dos professores da rede de ensino pública, segundo a lógica empresarial capitalista, devem possuir por excelência o mesmo resultado final vislumbrado pela ideologia liberal, pois como tudo indica a intenção é a de preconizar por meio da flexibilização do trabalho, a partir de organizações não governamentais, neste caso também, o trabalho docente, haja vista que nesta conjuntura, empresas podem adotar esta prática de contrato que permite a desoneração por parte dos empregadores.

O Estado tem desempenhado um papel de destaque, em todo esse processo de transformação, por se aproximar do pensamento liberal e garantir a defesa da liberdade. Relacionando esse aspecto diretamente com a inflexão da força de trabalho, pode-se dizer que essas mudanças têm como fundamento as transformações tecnológicas que ocorreram no processo produtivo, o que significa uma saída para ganhos e lucros de grupos organizados. Conseqüentemente, pode-se dizer que a educação, a ser fundamentada na ideologia liberal, com a implementação de cursos voltados para o ensino técnico e profissional, tem dificultado a empreitada dos docentes, nos meandros de um processo educacional transformador e emancipatório.

Como a conjuntura envolve a precariedade da educação em nível nacional, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo traz referência a respeito da questão:

Vivemos na rede estadual de ensino um quadro de desvalorização dos profissionais do magistério, formas precárias de contratação de professores, más condições de trabalho, composição inadequada de jornada de trabalho, adoecimento profissional, superlotação de salas de aula e outros fatores que provocam a falta de professores e interferem na qualidade da educação pública. (APEOESP, 2012, p. 3).

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, no contexto da desvalorização dos profissionais da educação, traz à luz o que a classe trabalhadora docente tem passado com o descaso público.

Como se deve entender, as mais danosas alterações no ensino devem-se à expansão da ideologia liberal, atingindo diretamente a classe trabalhadora, pois esta tem sido a mais prejudicada. Ampliando ainda esta discussão, pode-se dizer que muitas das modificações introduzidas por organismos internacionais¹ trouxeram resultados negativos para o ensino, atribuído esse aspecto à perda da autonomia dos países periféricos nos centros decisórios e gestão pública. Essas modificações têm interferido diretamente no âmbito educacional, uma das áreas mais importantes para a democratização de um país.

Seguindo a lógica dos negócios, do mercado e da globalização, os cursos de formação também passam a aperfeiçoar docentes, carentes de subsídios elementares fundamentados na dialética e na reflexão, garantindo o funcionamento e o controle do sistema, o que implica nos resultados esperados para a educação.

Nesse sentido, Coelho (2013, p. 90) diz o seguinte:

Professores assim formados em geral tendem a ser mais flexíveis e polivalentes, (...) e levando-os a incorporar em suas ideias e prática a lógica e o esquema de funcionamento da mídia e das empresas(...) é limitar e empobrecer a formação de professores e, conseqüentemente, da escola básica. À medida que são esquecidos e deixados de lado aspectos fundamentais, dos processos formativos, a naturalização das ideias e práticas avança, sem questionamento.

Complementando a ideia do autor e nessa mesma perspectiva de raciocínio, é passível admitir que os professores também podem se tornar vítimas do sistema de ensino, pela influência da própria formação profissional a qual tem como princípio o pensamento liberal, no entanto, responsabilizar os docentes e alunos pelo fracasso escolar é uma forma de mascarar a inconsistência própria do sistema de ensino, conseqüentemente, a falta de investimentos na educação, nas políticas públicas que tanto tem influenciado para o aumento das desigualdades sociais, fato que culmina no processo de “abandono escolar”.

¹ Por organismos internacionais deve-se entender um complexo de grupos empresariais, Banco, p ex, Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e outros mais.

2.3 Retenção e atraso no processo de aprendizagem

O fator retenção na educação escolar consiste no fato de um estudante não ter conseguido êxito na aprendizagem desde que iniciou seus estudos, alguns por não terem tido a possibilidade nem mesmo que distante para ser iniciado na educação escolarizada ainda na tenra idade, outros, por abandono devido a razões que fogem do seu controle e possibilidades de superar a causa. Contudo, deve-se atentar para o fato de que o atraso escolar não se desenvolve sozinho, mas por motivos que se relacionam com as expressões das questões sociais, como a pobreza, desigualdade social, dificuldades no acesso ao transporte escolar, e outras.

Seguindo o mesmo raciocínio, atrelado ao conhecimento que se tem de uma sociedade que vive sob a condição de desigualdade social, logo, pode-se perceber com mais nitidez e consciência a realidade instaurada no campo da educação. Neste contexto, deve-se entender e buscar medidas que possam erradicar a situação e informação publicada pelo UNICEF em agosto de 2018, onde expõe que “7 milhões de estudantes brasileiros têm dois ou mais anos de atraso escolar²”, (REIS, 2018, p. 01). Fato este que se alarga com uma sociedade desigual, como é o caso do Brasil.

O histórico de luta vivenciada pelas dificuldades agravadas como enfrentamento da pobreza, insegurança de vida e outras mais, tem provocado desestímulo e incapacidade do aluno de se manter no ambiente escolar, fato este observado na pesquisa empírica, pois estes aspectos tiveram grande influência para que estudantes deixassem de frequentar as aulas.

Percebe-se que o investimento em educação tem sido inversamente proporcional ao crescimento dos recursos do Estado, o que é permitido afirmar que a ausência do Estado no sistema de educação nacional tornar-se visível, acentuando o atraso na aprendizagem, desenvolvimento econômico e social.

Acrescenta Silva (2000) que, a evasão é sinônimo de fracasso escolar, pois configura-se em um processo em que os alunos têm reprimidas todas as suas expectativas, trazendo consigo a sensação de frustração e insucesso, não se limitando apenas ao aluno, refletindo também na família, na escola e na sociedade.

² A informação é de estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-7-milhoes-de-estudantes-brasileiros-tem-dois-ou-mais-anos-atraso-escolar/> Acesso em: 03 fevereiro 2018.

Lesky (2006) relaciona a não frequência do alunado diretamente com questões externas e ao seu contexto social, entretanto, busca salientar também que, o não acolhimento institucional pode estar ligado aos processos interescolares, podendo existir mecanismos e ações administrativas, políticos e de organizações no interior da escola e da sala de aula que, por vezes, passam despercebidos, mas não se pode dizer que sejam fatores independentes do Estado, dos problemas se manifestando como questão social.

Quanto às políticas de incentivo para a permanência de alunos na sala de aula, necessário se faz comentar a respeito das condições que se impõe às famílias, para que se garanta o Bolsa Família. A princípio, as sanções, subentendidas como punições e cortes do benefício e, que estão previstas no Programa Bolsa Família são entendidas como medidas degradantes e injustas. “A aplicação da lei, informando o número de faltas do trimestre e que ultrapassou o permitido, neste caso, é percebida [...] como punição aos já desfavorecidos” (LENSKY, 2006, p. 84).

O Estado, ao desenvolver tal estratégia, para garantir a permanência do aluno na unidade de ensino e no programa Bolsa Família, pode predispor ainda mais o aluno à evasão escolar, levando-o ao preconceito, penalizando sobremaneira a família com mais baixo nível socioeconômico, situação esta naturalizada no cenário educacional brasileiro e que pode levar ao entendimento de que essas condições que o sistema impõe às famílias para permanência no Bolsa família, contribuem ainda mais para favorecer o problema do atraso escolar.

Das oito famílias entrevistadas, apenas 03 (três) são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. As outras apresentaram a falta dele como um dos motivos de insatisfações apresentadas, por não alcançarem esse “importante benefício”.

A não frequência do aluno na escola, numa concepção conservadora, é usada como argumento estatal para justificar o não aprendizado do aluno que, por diversos fatores externos, dentre eles, a ausência de condições financeiras e de políticas públicas, lhe impede de progredir nos estudos, asseverando, ainda mais, suas más condições de aprendizado.

Lesky (2006) assinala ainda um outro aspecto deste cenário educacional, o do “resgate dos infrequentes”, o que significa dizer que, de forma generalizada, o Estado, por intermédio de seus órgãos interligados e subordinados, na tentativa de localizar alunos estigmatizados pelo insucesso escolar, entrega o problema ao

conselho tutelar da região, atribuindo o problema como se a responsabilidade fosse somente do aluno e de seus familiares.

Conforme informou o diretor da unidade de ensino onde foi realizada a pesquisa, se o aluno falta mais de uma semana sem justificativa, o caso é levado para o Conselho Tutelar para serem tomadas as devidas providências, além de apurar o que está acontecendo. Isso acontece, se o aluno é menor de idade; quando este é maior de idade, o Estado considera um assunto pessoal.

Na maioria das vezes se torna fácil culpar o aluno pelo atraso escolar, no entanto, o desafio de diminuir os índices de evasão está posto para o Estado, no seu papel de planejar, implantar e avaliar os indicadores no âmbito das políticas públicas, inclusive àquelas transversais à educação como a saúde, a assistência social, a moradia, o transporte e outras, extremamente relacionadas às possibilidades (ou não) de permanência e êxito na escola. A responsabilidade é, portanto, do ente que gere o fundo público, o Estado, além da sociedade e de seus representantes.

Com relação a possibilidade prática de assegurarem o direito à permanência do aluno no ambiente educacional institucionalizado, Lensky (2006) acentua que o ambiente escolar deve se encontrar atualizado, em harmonia com a legislação que vige no período, época e apropriação de recursos, levando em conta que na sociedade contemporânea as aceleradas modificações no mundo da tecnologia passou a reger uma sociedade virtual, onde as tendências da comunicação, informatização, redes sociais interligadas mundialmente, penetram os muros escolares, o que amplia os desafios impostos na tentativa de posicionar uma instituição educacional institucionalizada como sinônimo de conquista e de cunho democrático.

De acordo com Patto (1999), a análise sobre o fenômeno da evasão, o qual gera retenção escolar, deve ser contextualizada a partir de sua historicidade, o que significa dizer que se deve observar os determinantes do problema da evasão escolar na essência. Se considerarmos que a sociedade é marcada por desigualdades sociais e assimetrias diversas, deduziremos, por consequência, que o Estado ao apresentar limites estruturais no horizonte de efetivação dos direitos sociais e educacionais provoca o atraso no processo de ensino e aprendizagem.

Como se pode perceber, a educação carece de investimento, empenho, políticas públicas eficientes e eficazes, aliadas a um Estado forte, para que, assim, o aluno tome gosto pela cultura, pois os alunos que tem melhores condições para se manterem estudando podem corresponder mais aos estudos e elevar o seu potencial.

Conseqüentemente, as possíveis políticas devem abranger também a carreira docente, que por vezes, trabalham à margem da valorização profissional. Ao analisar o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA³), Vieira (2014, s/p) ressalta que:

Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, sigla em inglês), divulgados no final de 2013, mostraram que os países com melhor desempenho na educação são aqueles que fazem a carreira docente atrativa aos mais talentosos jovens que saem do ensino médio. Não é o nosso caso.

Muito se houve dizer que, a melhoria na educação escolarizada se concretiza com a compra de um número maior de livros, contratação e valorização de professores, distribuição de alimentos, transporte escolar eficiente, o que é verdade. O problema está no pouco que isso se materializa nas instituições escolares para que se possa mudar os indicadores negativos da educação.

A ausência do transporte foi considerada como fator decisivo para a evasão e retenção escolar no universo da pesquisa devido às dificuldades enfrentadas para acessar o transporte na região. Muitos deles, nem mesmo possuem acesso e condições financeiras para recorrerem a esses serviços. Como acena Remígio; Martin (2011, p. 01):

No mês da volta às aulas, o caminho é de obstáculos para boa parte dos 4,9 milhões de estudantes da rede pública brasileira que dependem de transporte escolar. Veículos sem manutenção, ônibus que quebram e viagens longas que cobrem mais de uma região desestimulam os estudantes. Entre os alunos, a viagem é acompanhada por uma incerteza: a frequência nas aulas. A precariedade do serviço é apontada pela União Nacional dos Dirigentes de Educação (Undime) como fator determinante para a evasão escolar.

Como indica a União Nacional dos Dirigentes de Educação (Undime), as condições de acesso ao transporte escolar da rede pública brasileira são precárias, sendo mais deficiente ainda, as condições de transporte na região Noroeste de Goiânia.

A explicação difundida pela mídia é a de que muitos problemas na área da educação ocorrem de forma isolada, e o poder público não possui responsabilidade neste caso, embora os infortúnios que atingem famílias que vivem à margem do emprego de carteira assinada e desemprego estejam diretamente associados às

³ Este programa avalia o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências.

desigualdades sociais e a evasão escolar, fato este, evidenciado na pesquisa empírica.

2.4 Características e realidade da Região Noroeste

A Região Noroeste de Goiânia, na capital de Goiás, encontra-se localizada à margem da Avenida Perimetral Norte, Nordeste, perpassa o Rio Meia Ponte, faz divisa com a Rodovia GO-070, a qual incisa de forma relevante as áreas de chácaras, se unindo, por fim, ao traçado entre os municípios de Goiânia e Goianira.

Os cursos d'água da região encontrados são delineados com a figura dos córregos Fundo, Brejinho, Caveira, Capim, Limeira e São Domingos. Todos estes córregos imprimem grande importância para a região, possuem função altamente relevante no que tange ao abastecimento de água de outras regiões da cidade.

A Região Noroeste de Goiânia segue a altimetria da cidade pouco acima de 670m. Observação também importante, consiste no fato de que a proximidade da contextura urbana se consolida com os cursos d'água. Algumas das drenagens sustentam o intenso processo de assoreamento de suas margens. (Prefeitura municipal de Goiânia, 2019, p. 01).

A área verde da Região Noroeste é privilegiada pela natureza, pois possui um porte considerável, havendo mais de vinte parques. De acordo com dados da Agência de Meio Ambiente do Município de Goiânia (AMMA), a Região Noroeste é a que possui a maior quantidade de bosques e parques da cidade e todos são regulamentados por decretos, como se pode constatar na tabela abaixo.

Tabela 1. Bosques e parques da região Noroeste de Goiânia

Bosque/Parque	Localização	Infra-estrutura	Área (m ²)
Bosque Boa Vista	Bairro Boa Vista;	Pista de caminhada, parque infantil, estação de ginástica.	17.894,50
Bosque do Pama	Bairro Floresta;	Presença de ocupações irregulares; área não urbanizada;	58.240,00
Bosque Estrela D'Alva I	Setor Estrela D'alva	Parque infantil	266.599,70
Bosque Estrela D'Alva II	Setor Estrela D'Alva	Presença de ocupações irregulares, área não urbanizada;	45.300,30
Morro da Cascalheira	Jardim Curitiba	Área não urbanizada;	161.375,45
Parque Linear Curitiba	Jardim Curitiba	Área não urbanizada;	314.138
Parque Boa Vista	Bairro Boa Vista	Presença de ocupações irregulares, área não urbanizada;	100.739,09
Parque Otávio Lúcio	Residencial Brisas da Mata	Cercado em todo o perímetro, pista de caminhada, estação de ginástica, campo de futebol;	267.475,14
Parque Privê Norte	Setor Residencial Privê Norte	Área não urbanizada, presença de processos erosivos;	9.376,17
Parque Recanto do Bosque I	Recanto do Bosque	Presença de ocupação irregular, área não urbanizada;	131.669,35
Parque Recanto do Bosque II	Recanto do Bosque	Área não urbanizada, presença de processos erosivos e ocupações irregulares;	24.266,47
Reserva do Bairro Floresta I	Bairro São Carlos	Presença de ocupações irregulares;	696.201,28
Reserva do Bairro Floresta II	Bairro Floresta	Área não urbanizada;	64.580,00
Reserva São Carlos	Bairro Boa Vista	Área não urbanizada, presença de ocupações irregulares;	168.703,00
Parque Ciro Palmerston Muniz	Setor Alto do Vale	Pista de caminhada, estação de ginástica, parque infantil;	79.300,10
Parque Curitiba	Jardim Curitiba	Pista de caminhada, prédio da administração e parque Infantil. Implantado em 2004;	392.212,24
Parque Curitiba IV	Setor Residencial Prive Norte	Presença de ocupações irregulares, área não urbanizada;	256.884,14
Parque Fonte Nova	Jardim Fonte Nova	Lago artificial. Implantado em 2008;	76.420,99
Parque Helou	Jardim Helou	Área não urbanizada;	10.360,38
Parque das Hortências	Jardim das Hortências;	Área não urbanizada;	10.871,17
Parque Mansões Paraíso	Setor Mansões Paraíso	Área não urbanizada;	22.993,07
Parque Morada do Sol	Morada do Sol	Área não urbanizada;	4.340,91
Reserva São Domingos	Bairro São Domingos	Área não urbanizada;	445.605,05
Reserva Vitória	Bairro Floresta	Área não urbanizada;	71.734,00
Parque Nova Esperança	Jardim Nova Esperança	Área não urbanizada em fase de implantação;	32.900,68

Parque Otávio Lúcio	Residencial Brisas da Mata	Cercado em todo o perímetro, pista de caminhada, estação de ginástica, campo de futebol;	267.475,14
Parque Privê Norte	Setor Residencial Privê Norte	Área não urbanizada, presença de processos erosivos;	9.376,17
Parque Recanto do Bosque I	Recanto do Bosque	Presença de ocupação irregular, área não urbanizada;	131.669,35
Parque Recanto do Bosque II	Recanto do Bosque	Área não urbanizada, presença de processos erosivos e ocupações irregulares;	24.266,47
Reserva do Bairro Floresta I	Bairro São Carlos	Presença de ocupações irregulares;	696.201,28
Reserva do Bairro Floresta II	Bairro Floresta	Área não urbanizada;	64.580,00
Reserva São Carlos	Bairro Boa Vista	Área não urbanizada, presença de ocupações irregulares;	168.703,00

Fonte: Dados colhidos da AMMA (2015).
Tabela elaborada pela autora

Após abordar particularidades da região Noroeste, ainda se faz relevante assinalar outras informações a respeito da região. Como revela Moysés (2004, p. 315),

[...] Região Noroeste, ao longo da década de 1980, concentrou-se o maior bolsão de miséria da cidade de Goiânia. Segundo dados do censo de 1991, 7,2% da população de Goiânia moravam na região, ou seja, aproximadamente 66.450 pessoas. Desse total, 72,4% (48.107 pessoas) foram assentadas em loteamentos promovidos pelo poder público e 22,8% (15.179) conquistaram o direito de morar através da luta coletiva pela posse da terra. Apenas 4,8% (3.164 pessoas) moravam em loteamentos que, de alguma forma, haviam sido parcelados clandestinamente.

Como se pode constatar através de dados obtidos pelo autor, a conjuntura em que surgiu o bairro da Vitória, contou com a participação de uma população caracterizada como pobre, inclusive uma de suas principais propostas de luta consistia na luta pela moradia.

Com o referido enfoque, o autor ainda conclui sobre o aspecto da Região Noroeste na década de 1990:

A Região Noroeste de Goiânia, nos anos 90, teve configuração espacial diferente da que tivera nos anos 80. A diferença ficou no tamanho e na forma de crescimento da região. Atualmente, conta com 28 bairros, entre regulares, clandestinos, e irregulares [...]. Dentre esses bairros, destacamos o que denominamos de núcleo duro da segregação, quais sejam: Vila Finsocial, Vila Mutirão (I, II, III), Jardim Curitiba (I, II, III, IV), Fazenda São Domingos (Bairro da Vitória, Bairro São Carlos, Bairro Floresta, Bairro São Domingos, Bairro Boa Vista), Conjunto Jardim Primavera, todos implantados pelo governo estadual. Constituem também o núcleo os loteamentos particulares de chácaras, tais como Estrela Dalva, Parque Tremendão e

Morada do Sol, todas parceladas clandestinamente em lotes urbanos por seus proprietários e agora já regularizadas (MOYSÉS, 2004, p. 226-227, grifos do autor).

No processo de edificação do bairro da Vitória, o comércio da região experimentou uma fase de fortalecimento, porém ainda não se diversificando em variedades e ramos. Embalados pelas lutas coletivas e com objetivos claros a respeito da socialização, cidadania e benefícios sociais para serem atendidos diante da ação estatal, como regularização oficializada pelo poder público para assentamentos urbanos, outros bairros foram surgindo nas adjacências da Região Noroeste, fato ocorrido com maior destaque após a década de 90.

Acentua-se que no ano de 2002 houve ampliação de políticas sociais e de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, um expressivo programa, que de alguma forma tem sido reconhecido como uma das ações fundamentais de governo para a contribuição do combate à fome, a miséria, e complementação de renda. Sobre esse aspecto Cassini (2011, p. 22) diz:

As políticas sociais do governo Lula, através de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, constituem uma tentativa de minimizar os efeitos da pobreza. Visam proporcionar, a milhares de famílias brasileiras, que possam ter condições de aumentar seus rendimentos (por vezes, trata-se, na verdade, da única renda de que dispõem) para a aquisição de bens de consumo.

Os programas de transferência de renda e os programas de habitação foram importantes para a fase triunfo. A melhoria no poder aquisitivo das famílias permitiu não só reformas nas casas, mas também a aquisição da casa própria e, conseqüentemente, abandono dos aluguéis, uma vez que a carência ou falta de moradia permite extrair aluguéis elevados. Com o Programa Minha Casa Minha Vida⁴, muitas famílias que não possuíam moradia própria nas fases anteriores tiveram a oportunidade de adquiri-las.

Como informa Cruz (*et al*, 2017, p. 204),

de acordo com o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI), entre 2009 e 2010, quase dobrou a quantidade de condomínios horizontais em Goiânia [...], a média do metro quadrado de casas em condomínios horizontais goianienses chegou a R\$ 2.127,34, em novembro de 2010 a Região Noroeste apresentou o metro quadrado mais barato do estudo.

⁴ O Programa foi criado pela Lei Federal 11.977 de 7 de julho de 2009 e modificado pela Lei n. 12.424 de 2011.

Levando-se em consideração os dados acima, há de se conceber que o aumento da quantidade de condomínios no período entre 2009 e 2010 tem sua gênese na abertura e ampliação dos programas habitacionais, o que veio proporcionar a população, de um modo em geral, melhorias na qualidade de vida.

Considerando-se, ainda, a fase que caracteriza as condições de moradia da população da região Noroeste, Cruz (2015, p. 83) assinala que:

[...] a fase é marcada também pela carência de infraestruturas urbanas básicas, e conforme o Diário Oficial no. 4.264, em seu sétimo artigo, assegura que sejam reafirmados a Lei n.º 7.222/93 e o Decreto Municipal n.º 1.326, de 13 de abril de 2005, que definem um prazo máximo de dois anos, após a aprovação do loteamento, para a implantação de uma infraestrutura: rede de energia elétrica, rede de distribuição e abastecimento de água potável, abertura das ruas, demarcação de lotes, quadras e áreas públicas, obras de escoamento e galeria de água pluvial, nivelamento, terraplanagem e obra de pavimentação asfáltica.

Como se observa, a regulamentação de leis e decretos para aprovação de infraestrutura na região proporcionaram mais condições dignas de moradia e trouxeram mais conforto para a população e, mesmo tendo havido avanços no que diz respeito à infraestrutura urbana para a região Noroeste de Goiânia, pode-se perceber que ainda há muito o que se fazer pelos moradores da região.

2.5 O Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus

O Bairro da Vitória, onde se localiza o Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, teve sua formação originada em uma antiga Fazenda denominada de São Domingos. Sua primeira projeção foi planejada em forma de lotes, porém, não logrou êxito para aprovação oficial e aval do poder público.

A conjuntura em que surgiu o Bairro da Vitória contou com a participação de uma população caracterizada como pobre, inclusive, uma de suas propostas consistia na luta pela moradia. Com a especulação imobiliária proliferando em Goiânia nos anos 2000, a militância popular do bairro se uniu e em parceria com outros adjacentes, por meio de reivindicações, lutas e promessas políticas, conseguiram ser contempladas com benefícios em forma de projetos e serviços de infraestrutura.

Conforme informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo 2010, neste período o setor já contava com energia elétrica, água sanitária, linha telefônica, asfalto, transporte público, ambulatórios e clínicas destinadas ao

tratamento básico de saúde, comércio popular em geral, escolas e outras instituições destinadas a suprir as carências de uma população residencial.

O Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus encontra-se localizado à rua a-07, esquina com rua a- 30, quadra 31, área III do Bairro da Vitória, região Noroeste de Goiânia.

A instituição foi fundada em 14 de agosto de 1994, sob autorização para funcionamento sancionada pela lei nº 13.050 de 18/04/97, no governo do Sr. Iris Rezende Machado (SEDUCE, 2017, p. 8). A edificação foi construída em uma área de 7.106m² doada pelo governador em exercício Sr. Agenor Rodrigues de Rezende.

A unidade de ensino recebeu este nome em homenagem a um “Militante do PCB, Ismael Silva de Jesus que era estudante secundarista do Colégio Pedro Gomes, em Goiânia” que lutou tendo como ideais políticos a democracia. (COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS/sd, p. 1).

Ismael Silva de Jesus foi um estudante que lutou contra a Ditadura Militar, tinha como objetivo atender as necessidades do Bairro da Vitória, e hoje recebe também alunos advindos de bairros vizinhos. A unidade de ensino funciona nos três períodos, matutino, vespertino e noturno, estes estão distribuídos em ensino fundamental de 6º ao 9º ano e educação para jovens e adultos (EJA), tendo hoje um total de 720 alunos matriculados.

De acordo com os dados do Projeto Político Pedagógico de 2017, o Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus conta com o apoio de 75 servidores sendo: 44 professores, 12 funcionários administrativos, além dos pais e membros do Conselho Escolar (SEDUCE, 2017).

A unidade de ensino tem um histórico de militância de estudantes, pais de alunos, moradores do bairro e comunidade em geral, em prol de uma educação pública, democrática, gratuita, laica e de qualidade. Essa afirmativa pode ser constatada através de relatos da manchete do jornal O Popular, ao mostrar a desocupação de pais no Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus, os quais permaneciam ocupados desde o dia 17 de dezembro de 2015.

Figura 1. Desocupação de pais no Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus



Fonte: Gomes, Domício. Jornal O Popular, (25/01/2016)

Como se pode comprovar, a comunidade em favor da política educacional e com claras e objetivas reivindicações inseridas na conjuntura da realidade do Bairro, por vezes, se encontra em conflito com o Estado, política governamental estabelecida, polícia e especuladores. Assim expressam Leijoto e Melo (2016, p. 1):

O Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus, no Bairro da Vitória, Região Noroeste de Goiânia, foi desocupado na manhã desta segunda-feira (25) em uma situação de conflito que teria envolvendo manifestantes que estavam na unidade ocupada e pais que eram contra a permanência da escola fechada para as aulas. Há denúncia dos manifestantes de que no grupo de pais havia policiais à paisana, mas o governo nega. Manifestantes também afirmam que foram agredidos por policiais militares. O colégio estava ocupado desde o dia 17 de dezembro.

Como foi retratado acima, a população, alunos e moradores do Bairro da Vitória se uniram, defendendo com veemência a educação pública, protestando contra a implantação das Organizações Sociais (OSs) na educação. (SANTANA, 2016, p. 1)

2.6 Investimento aquém da necessidade na educação

Mais investimentos e planejamento educacional, mais avanços e promoção da educação são as chaves para que o Brasil possa progredir, facilitando o

crescimento econômico e o desenvolvimento social. Sabe-se que quanto mais investimentos aplicados na educação, melhor será a qualidade do ensino.

A educação como sendo uma prática social, deve ocorrer de forma que viabilize o ensino e a aprendizagem, a possibilidade de compreender a realidade e intervir sobre ela, de certo que o investimento na educação poderá contribuir para a transformação de uma sociedade.

O discernimento de que a educação é fundamental para o avanço da sociedade, se torna visível motivo pelo qual leva qualquer pacote ideológico ou partido político a levantar essa bandeira. Nessa perspectiva, a educação se torna essencial para o desenvolvimento econômico, político e social. No entanto, para que isso ocorra de forma efetiva, haverá necessidade da existência de maiores investimentos em políticas públicas e educacionais voltadas para a classe social com menor poder aquisitivo.

Algumas pesquisas têm demonstrado que o investimento em educação no Brasil é baixo e insuficiente, se materializando como um problema sério para o direito à educação, sobretudo de qualidade. O valor médio anual gasto por aluno no Brasil, como se pode observar na exposição abaixo, são inexpressivos.

A organização *Education at a Glance 2017*, *apud* Calçada *et al* (2018, p. 1), assinalou em um estudo sobre médias mundiais e diferenças com relação aos gastos sobre educação, que a média dos países membros filiados à organização era de US\$ 10.759 (dez mil e setecentos e cinquenta e nove dólares) anuais ou R\$ 40.097 (quarenta mil e noventa e sete reais) por aluno, valor este, levando-se em consideração toda a complexidade relacionada a níveis de educação, ou seja, partindo da Educação Infantil até a conclusão do curso Superior.

Com base na referida informação da organização, obtém-se que o Brasil teve um gasto de pouco mais da metade de US\$ 5.610 (cinco mil e seiscentos e dez dólares) anuais o que consistia em R\$ 20.784, (vinte mil, setecentos e oitenta e quatro reais) por aluno. Ainda, pode-se dizer a partir da informação de Fernandes (2017) sobre indicadores da educação, que o Brasil teve um gasto anual aproximadamente de US\$ 3,8 (três mil e oitocentos dólares) equivalente a R\$ 14.079,00 (quatorze mil e setenta e nove reais) gastos por cada aluno matriculado no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, ou seja, até a 5ª série/6º ano. Fato este que deixa o Brasil atrás dos países com investimento de US\$ 8,7 (oito mil e setecentos dólares), equivalente a R\$ 32.238,00 (trinta e dois mil e duzentos e trinta e oito reais), conforme a média

deduzida a partir dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Como se pode perceber, os investimentos gastos em educação no Brasil são baixos quando comparados com os países membros filiados à organização.

No Estado de Goiás, pode-se dizer que a falta de políticas para promover os investimentos na educação também tem trazido consequências imensuráveis para os estudantes, pois o momento é de cortes e retração.

Para economizar recursos, o governo anuncia o fechamento de 18 (dezoito) escolas no estado de Goiás. Escolas que serão reordenadas, de acordo com a informação da SEDUCE *apud* Velasco (2019, p. 1):

1. Cepi Euclides Serafim De Lima – Uruana
2. Colégio Estadual São Francisco – São Francisco de Goiás
3. Cepi Jardim Das Aroeiras – Goiânia
4. Cepi Eunice Weaver – Goiânia
5. Instituto De Educação De Goiás – Goiânia
6. Cepi Dona Mariana Rassi – Goiânia
7. Escola Estadual Elias Nasser – Caiapônia
8. Colégio Estadual Auristela L Machado – Campos Verdes
9. Colégio Estadual São Geraldo – Santa Terezinha de Goiás
10. Colégio Estadual Sta Terezinha – Santa Terezinha de Goiás
11. Escola Estadual Olavo Costa Campos – Heitorai
12. Cepi José Pedro De Faria – Itapuranga
13. Cepi José Dilma Maciel – Montes cLaros de Goiás
14. Escola Estadual Desmbargador Mario Caiado – Itapirapuã
15. Escola Estadual Prª Neide Reis – Luziânia
16. Cepi José Costa Paranhos – Ipameri
17. Colégio Estadual Dom Bosco – Ipameri
18. Escola Estadual Ladislau Alves de Souza – São Simão

Segundo a matéria jornalística de Velasco (2019, p. 1), a Secretária de Educação do Estado de Goiás, Fátima Gavioli, anuncia que o fechamento de algumas unidades faz parte de uma estratégia para que as escolas que estão funcionando muito abaixo de sua capacidade máxima não gerem mais os custos como se estivessem lotadas. Anuncia, ainda, que tudo isso que está sendo feito é justamente para que todo o povo goiano entenda que existe seriedade na aplicação de recursos.

Como se vê, o fechamento de algumas escolas significa mais um dos desmontes de determinadas políticas educacionais que vêm sendo destruída e que prejudica principalmente a classe trabalhadora, aquela que em sua maioria, depende da escola pública e de fácil acesso.

No contexto neoliberal, os investimentos na educação serão sempre modestos, fato este, que propiciará a permanência da instaurada desigualdade

social que afeta brasileiros e sociedade em geral, assim sendo, o processo de exploração do trabalhador se mantém inabalável, haja vista, que a estrutura política promovida pelo Estado, ao influenciar cada vez mais o sistema educacional, tem provocado desajustes no ensino.

Portanto, a educação com predicados não chega aos menos favorecidos, não está pautada em investimentos. Logo, educação de qualidade e com investimento contínuo será concedida apenas àqueles que realmente possuem meios para assegurá-la, assim se mantendo, a educação não se assentirá como um direito de fato, haja vista, que não está direcionada para a classe dos que se encontram em processo de exclusão, admitindo assim, que o poder público não se esforça para garantir esse direito social a todos.

Permanecendo nesse raciocínio, pode-se compreender que o neoliberalismo tratou de espaçar a educação em grande escala para a seara mercadológica, privada, absorvendo assim, somente aqueles que por ela podem pagar. A esse respeito, Gentili (1996, p. 20-21) diz:

A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o *interpreneur*, o consumidor.

Na concepção de Gentili, a educação abrangida na doutrina liberal, na ciência do empreendedorismo e do mercado, inviabiliza a possibilidade de ser assegurada como um direito de “fato”, visto que o mercado não é capaz de gerar igualdades. Ao privatizar a educação, os cidadãos deixam de ser portadores de direito para tornarem-se clientes, sem a garantia de uma educação gratuita, de boa qualidade e socialmente referenciada, prejudicando ainda mais aqueles que por ela não pode pagar.

Sendo o objetivo do neoliberalismo, o lucro sempre, então, a meta da educação pública se relaciona com a qualificação para o trabalho, no sentido de servir apenas às próprias carências do mercado, assegurando sempre a lucratividade. Do contrário, a educação deverá ser voltada para a humanização, ética e emancipação, tornando, assim, o cidadão autônomo, crítico, reflexivo e ativo.

Neste sentido Freire (2000, p.36-37) afirma que:

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe, ou pior, fora da ética, entre nós, homens e mulheres, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando.

Para Freire, a educação focada apenas na formação técnica não poderá prover o desenvolvimento do cidadão em sua totalidade, dessa forma, será limitada e não contribuirá com o seu papel, que é o de promoção do homem e emancipação social.

No entanto, pode-se dizer que as transformações educacionais, de fato, só poderão ocorrer quando as políticas públicas deixarem de ser ficção para se tornar realidade, de forma que o comprometimento do Estado deverá ir além, garantindo verbas necessárias para execução de metas e programas educacionais com parâmetros nacionais para oferta educacional, priorizando a educação para que se alcance o padrão de qualidade.

Enfim, para que a educação se efetive como um dos elementos de cidadania, é necessária implementação, investimentos, vontade política e recursos adequados, ou seja, instituições de ensino que estejam organizadas e preparadas para esse trabalho educativo para além do capital e que deixe de favorecer unicamente os interesses da classe burguesa.

CAPÍTULO 3

REALIDADE SÓCIO-ESTUDANTIL E CONTEXTO FAMILIAR DISCENTE: DESAFIOS MUITO ALÉM DA ESCOLA

3.1 O Direito à educação e realidade socioestudantil: um paradoxo

As condições estudantis dos alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus se encontram diretamente integradas com a realidade socioeconômica das famílias as quais são precárias e longe do necessário para garantir tudo que necessitam no campo da cidadania. Assim, implantar e ampliar as políticas de permanência de estudantes de baixa renda nas instituições escolares devem seguir entre as prioridades de Governo, isto é, quando se tem o objetivo de investir na educação e enfrentar as desigualdades sociais, com suas nuances regionais. Buscar o desenvolvimento, sobretudo, social, pela educação, não é só indispensável para a cidadania, com democratização do acesso e permanência do aluno no ambiente escolar, mas também e sobremaneira, para agir preventivamente na evasão de alunos em situação de pobreza.

Os alunos recebidos pela unidade de ensino acima referenciada possuem um histórico de vida carregado de privações materiais, experimentados de forma intimidante, devido à pobreza e às desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista.

Os maiores problemas evidenciados com alunos na pesquisa, em sua maior parte, são advindos da falta de transporte escolar, baixa renda familiar, ausência de creches na região, desemprego, subemprego e outros. Conforme adverte Gomes e Pereira (2004, p. 359)

A gravidade do quadro de pobreza e miséria, no Brasil, constitui permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, na área de atuação junto da família, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. O Estado deve assegurar direitos e propiciar condições para a efetiva participação da família no desenvolvimento de seus filhos, porém os investimentos públicos brasileiros, na área social, estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia.

O Estado tem subjugado suas ações de proteção social à política de economia nacional, impondo uma distribuição de renda ainda pior, o que contribui

para ampliar os já elevados níveis de pobreza. Nessa conjuntura, todas as parcas conquistas no campo do direito social estão ameaçadas e já foram afetadas por redução de investimento e reforma. De modo que o Brasil, cada vez mais, se distancia do que foi preconizado pelo chamado Estado de Bem-Estar Social. Não se vê preocupação de assegurar nem o que historicamente foi preocupação do Estado liberal, o mínimo social no campo da cidadania. Caminha-se para o liberalismo extremo, com restrição máxima de acesso até ao mínimo de dignidade e cidadania.

As condições sociais de vida vão redesenhando os papéis e as estruturas familiares das crianças e jovens estudantes. De acordo com um dos professores do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, senhor Leonardo (2018), os alunos recebidos pela instituição possuem vários conflitos relacionados à própria condição familiar. Relata que, às vezes, o pai ou a mãe tem a guarda, mas muitas vezes quem cuida é um tio ou uma tia, e essa guarda não é muito bem definida, não havendo definição de quem de fato é responsável pelo aluno. Muitas vezes, no fim de semana, sabe-se que esses alunos vão para a casa da avó, tia, tio, pai, mãe etc. E, por ser muito longe o lugar para onde vão, essas crianças não são devolvidas para o seu responsável. Por isso, muitos faltam, principalmente na segunda-feira. Às vezes a criança vai para a casa do pai ou da avó passar o final de semana, em outra cidade, e o responsável por ela não consegue trazê-la de volta. Nesse caso, esses estudantes voltam a frequentar aula uma ou mais semanas depois.

Ainda relata o professor, que existem famílias de alunos oriundas de outras cidades e regiões, as quais, periodicamente, precisam viajar e levam as crianças em período de aulas, por não terem com quem deixá-las e, às vezes, demoram meses para retornar, ficando uma lacuna impossível de cobrir.

Para o professor Leonardo (2018), a criança sem um responsável, de fato, por ela, passa a ficar em meio a uma situação confusa, fato que lhe desfavorece por não ter uma dedicada atenção por parte de uma pessoa que possa lhe assistir. Neste caso, ao comunicar e exigir a presença de um dos responsáveis na escola, o aluno diz: “Ah! Eu tenho a guarda, mas quem manda é a minha mãe”, nestes casos, muitos pais, assinalam não terem consciência do que está acontecendo com os filhos. O professor continua: “Aqui nessa região a maioria delas são criadas pelas avós”.

Partindo da premissa de que a família é uma base importante para o desenvolvimento de qualquer ser humano, vale salientar que, ela não se define

somente por laços de sangue, mas, principalmente, por laços afetivos. Compreende-se família como um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, ou por estratégia de sobrevivência, sendo, muitas vezes, nessas relações que os seres humanos tendem a tornarem-se mais afetivos e receptivos. Por família, atualmente, pode-se entender uma série de arranjos nas relações entre pessoas ligadas por laços de afinidade. Dentre elas, podem ser citados os diferentes tipos de família: Família Nuclear – constituída pelo pai, mãe e pelos filhos; Família Extensa – sendo considerada como família nuclear, porém, se estende atingindo parentes sanguíneos, tais como: tio, avós, primos, etc., que residem em uma mesma casa; Família Monoparental - caracterizada quando na família existe a figura de apenas um dos genitores, sendo esse tipo de família muito comum na realidade atual; Família Homoafetiva – constituídas por uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo; Família Recompuesta – formada quando um dos membros do casal, ou os dois, possui filhos de vínculos anteriores, mais os filhos da atual relação. Na pesquisa foram encontradas 02 (duas) famílias recompostas e 01 (uma) monoparental. Como se refere Kaloustian e Ferrari (1994, p. 12)

É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

Concordando com a fala dos autores, apreende-se que a família tem importância fundamental no desenvolvimento e caráter do indivíduo, garantia da sobrevivência, proteção integral, trajetória de vida e educacional, sendo ela indispensável para o aporte ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes, independente do arranjo familiar.

O ambiente familiar é um local onde se espera existir harmonia, afetos, proteção e todos os tipos de apoio necessário na resolução de conflitos e problemas de qualquer natureza. No entanto, a realidade de inúmeras famílias não alcança as condições necessárias para que possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos enquanto no âmbito da proteção social, em sua maioria, são denegados.

Por não disporem de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, muitas famílias são alijadas das mínimas condições socioeconômicas, sofrendo constantemente o processo da exclusão social, resultando na desagregação, rearranjo ou diluição do grupo na condição de parentes ou responsáveis.

A gravidade do quadro da pobreza e miséria no Brasil constitui permanente preocupação das escolas brasileiras que tentam implementar a política de educação no contexto de extrema desigualdade, de fragilidade no papel das famílias, de ausência ou insuficiência absoluta de recursos, entre outras dificuldades que se relacionam diretamente às dificuldades do bairro, da sociedade e do Estado. Segundo Carvalho (2005, p.96):

Vive-se no Brasil hoje um verdadeiro “apartheid” entre ricos e pobres. Não se percebe, mas este “apartheid” é notório, especialmente, nas regiões metropolitanas, onde a maioria da população vive confinada em cortiços, favelas e casas precárias das periferias, excluídos não apenas do acesso a bens e serviços, mas também do usufruto da própria cidade. A pequena população rica vive em bairros que são verdadeiros condomínios fechados com todos os bens e serviços disponíveis.

Esse Apartheid social reflete na discrepância aos pobres, aos negros, e gera discriminação racial e segregação populacional, pois o abismo existente entre ricos e pobres impede o alcance da qualidade de vida nas mesmas condições de igualdades.

Em se tratando da escola pesquisada, uma professora, Ana (2018), alega que no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, ocorre o fato de crianças serem filhas de pais separados e, por morarem, às vezes, com outro membro da família, apresentam dificuldades de estarem frequentando às aulas, sendo que nos finais de semana a situação fica mais tensa devido às provas de bloco serem aplicadas na segunda-feira e eles faltarem muito. “Tem dia que eles vão para a casa do pai, o pai não traz, vão para a mãe a mãe não traz, alguma coisa acontece, eles não aparecem”.

Diante disso, fica claro que esses alunos trazem um histórico de vida assinalado por dificuldades econômicas, o que faz com que, muitas vezes, tenham que conviver com outros membros da família, que não os pais. Nesse caso, algumas crianças apresentam impossibilidades para estarem frequentando as aulas pelo fato de aumentar a distância entre casa e escola e, conforme dizem seus responsáveis, não possuem dinheiro para pagar o transporte coletivo ou os pais não dispõem de tempo para levá-los à unidade de ensino e as crianças não podem ir sozinhas.

Inseridos nessas condições objetivas de precárias condições de vida, pode-se afirmar que a realidade escolar desses estudantes se encontra diretamente associada com os aspectos sociais, culturais e econômicos. O que significa dizer que a vida nos bairros mais carentes dificulta o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, interferindo negativamente em sua trajetória educativa e de vida, desencadeando distintos prejuízos estudantis e de vida, pois todas as necessidades coletivas se acumulam em um conjunto de necessidades não atendidas pelas políticas públicas ou pelas próprias condições da família.

Ao tratar das relações das condições de vida e de aprendizado de crianças pobres, Snyders (1977) *apud* Medeiros (1986, p. 26) esclarece que:

As condições de vidas geram um impacto nas condições de aprendizagem das crianças pobres; se assim não fosse, estaria negando todas as condições materiais adversas e concretas às quais aquelas crianças são submetidas. Estaria negando, em consequência, a mobilização em torno de reivindicações por melhores condições de vida pelas camadas populares.

Partindo dessa lógica, presume-se que as crianças que se encontram em situação de pobreza, tendem a apresentar dificuldades no aprendizado, dentre outros infortúnios, uma vez que a falta de perspectiva diante da ausência de um projeto que vislumbre a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres impõe às famílias dos estudantes da região analisada, uma batalha austera frente à luta pela sobrevivência, o que pode implicar na permanência desses alunos em sala de aula.

Os professores fazem uma associação do trabalho com o problema da evasão escolar na unidade de ensino. Para eles, o fato de alguns estudantes terem de trabalhar mais cedo para ajudar os pais em casa, frequentemente, geram consequências imensuráveis a eles. O baixo nível de escolaridade das famílias entrevistadas reflete diretamente quanto a ocupação destas aos piores postos de trabalho no mercado, o que influencia na renda familiar. Assim, a evasão escolar pode ser considerada como fruto de um complexo de problemas estruturais.

Como retrata o professor da unidade de ensino, o senhor Antônio, vários são os motivos que levam os alunos a faltarem às aulas. Os mais identificados, em sua opinião, é o fato de crianças ficarem em casa para cuidar dos irmãos mais novos. Refere que a escola tem um público, onde o pai e a mãe geralmente elegem os filhos mais velhos que estão na escola para cuidar dos irmãos caçulas, assim, este fato é atribuído como um dos principais motivos para que o estudante falte às aulas.

Também alerta para a questão do trabalho doméstico. Refere-se a vários alunos que já faltaram às aulas, para atenderem a demanda do pai ou da mãe em casa, ou até no próprio trabalho dos pais, quando esses necessitam.

A estrutura que particulariza as relações pelo parentesco entre pais e irmãos implica laços de alianças e vínculos de dependência econômica e financeira entre os membros da família, o que pode justificar o fato de estudantes de classe com baixa renda terem de tomar responsabilidade dos pais, enquanto esses estão trabalhando para o sustento da família. Os mais pobres comumente apresentam como estratégia a busca a recorrência dos filhos mais velhos para o atendimento das suas demandas quando necessitam.

Um outro motivo justificado para a ausência de alguns estudantes no recinto escolar, na opinião do diretor, consiste no fato destes morarem com os avós e estes não possuem condições financeiras para pagar o transporte e levá-los até a unidade escolar. Conforme ainda relata, a unidade de ensino recebe alunos do Bairro da Vitória, Bairro São Carlos, Jardim Curitiba e adjacências, assim, o aluno que mora no setor Triunfo, por vezes, se encontra com dificuldades financeiras para pagar o transporte escolar, o que se cogita como motivo para faltarem às aulas.

Os elementos definidos como políticas adequadas para o enfrentamento de desafios no ensino público e na educação do país, em conformação com os discursos e debates realizados na Conferência Nacional de Educação em 2010, ficaram destacados assim:

[...] Urge aumentar os valores aplicados, por aluno, destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública, para fazer face aos inúmeros desafios, tais como: a remuneração condigna dos profissionais da educação; a formação continuada e adequada dos trabalhadores em educação; a oferta correspondente à demanda por transporte escolar; a correção da relação de alunos por sala de aula; a oferta de insumos, essenciais a uma boa relação de ensino-aprendizagem nas escolas da educação básica. (DAVIES, 2010, p. 333. Art. 226).

A educação básica, mesmo sendo de responsabilidade majoritária dos estados e dos municípios, e embora tendo a participação da União na complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) enquanto políticas supletivas e redistributivas para a educação, ainda assim, as dificuldades educacionais permanecem, carecendo de maior apoio financeiro e efetivo da União. Percebe-se, no entanto, que, mesmo que a

descentralização de recursos educacionais ganhe centralidade, o transporte escolar ainda não se acha presente no cenário da educação brasileira.

Um outro motivo para a evasão escolar, na opinião do diretor, seria ainda, o fato de certos alunos deixarem de ir para a escola e irem para outro lugar, omitindo o ocorrido para seus pais. Conforme expõe em sua fala, já aconteceu alguns casos de o aluno chegar na porta da escola e depois ir para outro lugar, a escola fez a constatação através da chamada, ligou para os pais e estes nem sabiam que seus filhos não permaneciam na escola. “Nesse caso, é chamado imediatamente o conselho tutelar”, assim diz o diretor.

Constantemente, observou-se a existência de preconceitos sociais e julgamentos morais dessas famílias, que englobam a culpabilização da mãe e/ou do pai, responsabilizando-os pela “tragédia social” em que vivem, no entanto, deve-se atentar para o fato de que isso é uma injustiça social e não uma decisão deliberadamente individual. Ela, em si, pode dificultar o convívio saudável da família, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar. Nesse sentido, é imperioso afirmar que, a vida familiar para ser solidificada e estável depende de condições materiais para a sustentação e a manutenção de seus vínculos. Sobre esse aspecto, faz-se importante trazer o comentário de Vicente, (2005, p. 55) ao levar em consideração que:

As milhares de famílias sem-terra, sem casa, sem trabalho, sem alimento, enfrentam situações diárias que ameaçam não só seus corpos – território último do despossuído – mas, simultaneamente, seus vínculos e subjetividades.

Quanto à menção que se faz, a respeito dos julgamentos e injustiças sociais, Vicente (2005, p. 53), ainda diz que, quando uma mãe pobre, em pleno puerpério, entrega seu bebê para salvá-lo da fome, o discurso do senso comum diz que ela “deu” sua criança. Nunca se ouve dizer que ela “perdeu” o filho. Porém, é imprescindível refletir sobre os aspectos sociais e o processo que reproduz as desigualdades entre as classes, as quais destroem não só as famílias, mas a sociedade como um todo. Desta maneira, compreender a significação de família, com base em um conceito mais amplo e relacionado com as condições de classe social da sociedade capitalista, exige ir além dos limites que o problema aparenta ter situando-o no seu contexto social.

As políticas públicas de enfrentamento da pobreza não alcançam o arcabouço de necessidades das regiões de expressivas vulnerabilidades, e nem contribuem efetivamente para que famílias garantam a educação aos seus filhos. Assim, pode-se incidir que julgamentos argumentativos como inconsequência, ausência de responsabilidade familiar e outros atribuídos e designados à questão, não servem para contextualizar a real condição desses indivíduos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) em seu art. 4º, atribui à “família, além da comunidade, sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos, referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação” e outros direitos, no entanto, este ideal se encontra distante da realidade de muitas crianças e o processo de exclusão social, dificulta a garantia desses direitos, pois a família não pode dar o que não tem. Logo, a sociedade também não consegue e o Estado falha.

A injustiça social, conferida pelas condições de vida dessas famílias, impõe obstáculo para efetivar a educação de qualidade, o que permite dizer que favorece às incertezas quanto a estabilidade no âmbito educacional, contribuindo, ao mesmo tempo, para a existência da desagregação familiar. De tal modo, a família encontra barreiras no que diz respeito ao cumprimento de satisfações e de suas definidas tarefas básicas referentes à socialização, amparo e cuidado com as crianças e adolescentes/jovens, em idade escolar.

Atribuindo esses fatores às improbabilidades familiares, pode-se afirmar que as condições socioeconômicas em que se encontram os alunos se constituem como fator determinante para a evasão escolar na unidade de ensino pesquisada. A situação de pobreza que designa tal condições de vida aos estudantes, filhos de famílias de baixa renda, distancia-os da possibilidade de usufruírem de um percurso escolar exitoso.

São diversos os motivos que levam os estudantes a faltarem às aulas, estando estes, na maioria das vezes, relacionados com a situação de pobreza, às necessidades humanas não atendidas e desapropriação material. Nessa direção, pode-se entender que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social. (Yazbeck, 2003).

Diante dos fatores observados, percebe-se que as necessidades imediatas não atendidas se encontram relacionadas com a infrequência de jovens matriculados na unidade escolar, as quais podem também ser causa de

desmotivação e baixo rendimento escolar, uma vez que o ensino para essa camada social pode não significar mais possibilidade de elevação econômica e social.

3.2 Razões determinantes da evasão para o gestor/professor

Pode-se apreender que os mais prováveis motivos que originam problemas de natureza educacional, normalmente são constatados na vida escolar de crianças pertencentes à classe trabalhadora de mais baixa renda. Consequentemente, há de se conceber, que as prováveis causas que originam problemas escolares, afetando diretamente os alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, se encontram relacionadas diretamente com o ambiente sociofamiliar desfavorável. Neste ponto, deve-se ressaltar que crianças pertencentes ao núcleo familiar com déficit cultural e econômico apresentam maior predisposição para o abandono escolar, motivo que pode estar também relacionado com a ausência de estímulos e hábitos de leitura, uma vez que, ao apresentarem desinteresse diante dos estudos, podem reproduzi-los historicamente, repassando, por conseguinte, de pais para filhos. (PATTO, 1996).

Quanto ao aspecto da não frequência do aluno à unidade escolar, de acordo com o professor Leonardo, até dois anos atrás havia uma estratégia sem a participação direta de funcionários da escola. À medida em que o professor colocava falta para o aluno, essa falta era lançada no sistema, a secretaria da educação identificava a quantidade de falta e, a partir de 4 faltas ao mês, a secretaria entrava em contato com a família para tentar entender o porquê estava acontecendo aquela ausência do aluno.

Conforme o professor Leonardo, grande parte das famílias através dessa ligação telefônica procuravam a escola para justificar o que estava acontecendo, e isso diminuía bastante a evasão e a ausência do aluno na escola, até porque eram questionadas e lembradas quanto aos requisitos e regras dos benefícios sociais do governo federal e estadual, e esses benefícios poderiam ser cortados mediante a falta do aluno e da presença da família no acompanhamento desse aluno.

Como se pode perceber, a necessidade econômica dessas famílias e o pauperismo é grande e, com isso, tendem a sujeitar-se às imposições de autoridades, procurando a escola para justificar a ausência das crianças, uma vez que os benefícios sociais, como o Bolsa Família e outros benefícios podem ser cortados como forma de punição.

Por se constatar que o fenômeno da evasão possa ter relação com a questão social, pode-se entender que:

[...] o risco de a criança não permanecer na unidade de ensino e garantir o sucesso no processo do ensino aprendizagem é grande, pelo fato de estar fora de controle e vontade de seus entes e familiares estarem realizando esse direito, devido às condições econômicas dessas famílias que exclui o indivíduo não só da educação, mas da segurança, da justiça e da cidadania. (DUPAS, 2000, p. 20 *apud* ARAÚJO, 2009, p. 12).

O professor Leonardo (2018) afirma que, quando a Secretaria de Educação entrava em contato com esses alunos, a família já via de uma forma diferente porque não era mais a escola que estava entrando em contato com o aluno e sim a própria Secretaria de Educação, e que isso resolvia bastante esse tipo de problema. Nessa perspectiva, faz-se necessário um parêntese para destacar a importância da intervenção do serviço social. Esta no sentido de mediar o acesso dessas crianças à educação, objetivando fortalecer os laços entre aluno/escola e fazer valer esse fundamental direito social, regulamentado em Lei, qual seja, o direito à educação.

De acordo com a professora Ana, do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, não existe muita evasão escolar, é raro acontecer, mas quando acontece o problema é mais ou menos o mesmo, a criança está morando com o pai, de repente tem algum problema com a madrasta ou vice-versa, eles acabam indo morar em outro lugar e, devido a isso, não conseguem vaga em outra unidade de ensino, ficando sem estudar, sendo esse é um grande problema. Esta condição, vivenciada por um amplo contingente de estudantes em situação de pobreza, tende a agravar-se diante das configurações familiares e do tipo de envolvimento que seus responsáveis estabelecem com a sua vida escolar.

Para a professora Jane, a escola de tempo integral facilita muito a vida dos pais e responsáveis pelos alunos, visto que esses pais podem ir para o seu trabalho e deixarem seus filhos na unidade de ensino, o que significa dizer que a escola de tempo integral pode servir como estratégia e alternativa para que os pais ou as famílias possam trabalhar com tranquilidade, na certeza que os filhos possam estar mais seguros, motivo pelo qual os índices de evasão escolar nessas unidades de ensino, nessas instituições, em geral, são inferiores ao de uma escola normal.

A referida professora também diz que um dos principais motivos para que haja evasão escolar é a distância entre a casa e escola, somada à falta de transporte

acessível, e que, na maioria das vezes, os pais carecem de dinheiro para pagarem a passagem de ônibus para seus filhos.

A docente Nice (2018) contribui com a sua opinião dizendo que a falta de apoio familiar é grande, e o que acontece na unidade de ensino, geralmente, é que os pais por terem muitos filhos, os mais velhos acabam tendo que assumir a responsabilidade de cuidar dos irmãos. Conforme entende a professora, os pais, por possuírem má condições financeiras, acabam não tendo um acompanhamento de perto com os filhos, com isso, os filhos podem se “desencaminhar”, largando os estudos sem o consentimento dos mesmos.

As dificuldades comuns das famílias dos alunos matriculados no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, conforme referenciada pelos professores, têm como maior causa a falta de recursos financeiros, como já foi mencionado. Aspectos relacionados ao fator financeiro, ausência de renda, desemprego, subemprego e, principalmente, à luta pela sobrevivência, acabam privando as famílias de baixa renda do acompanhamento dos filhos e, muito deles, em decorrência das privações do dia a dia, tem seu trajeto acadêmico escolar interrompido. Dada a complexidade do problema, Almeida (2011, p.25) completa dizendo que:

A escola pública e, mesmo a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada, hoje, por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito intensa e complexa: a juventude seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediada pelo consumo, a ampliação das modalidades, e a precoce utilização das drogas pelos alunos: evasão da cultura e da força do narcotráfico, pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais, a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica, a desprofissionalização da assistência como campo educacional com expansão do voluntariado, a gravidez na adolescência tomando formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docente são algumas das muitas expressões da questão social.

Diante das situações apresentadas, é possível afirmar que o poder público precisa pautar suas políticas sociais na ideia de erradicação da pobreza, pois se percebe que as atenções hoje voltadas a estas famílias são extremamente conservadoras, inerciais, só justificáveis no contexto da cultura dominante.

Quanto à questão da evasão escolar, o Sr. Antônio (2018), diretor da unidade de ensino, explica que o Estado de Goiás vem desde 2011 corrigindo esse fluxo e

que em sua primeira gestão como gestor, no ano de 2011 a evasão na escola chegava aos níveis de 35 a 40%, e já no ano de 2017 a escola já tinha 100% de alunos frequentando sem evasão, repetindo esse fluxo em 2018. Assim diz o diretor:

[...] como é que se corrige isso, primeiro a gente conseguiu um telefone só para ligar para os pais, então o processo é o seguinte, o aluno faltou o pai é notificado, seu filho faltou, qual é o motivo? Tendo três faltas seguidas o pai é chamado na escola para saber o motivo e se ele faltou mais de uma semana sem justificativa, a gente leva para o conselho tutelar para que possam tomar medidas e saber o que está acontecendo. Este procedimento é feito mês a mês, por exemplo tem um aluno que foi embora e não pegou a transferência, foi para outro estado, nós não sabíamos se ele tinha evadido a escola, na verdade ele não tinha evadido ele tinha transferido para outro lugar. Nós então ligamos para o pai e o pai veio buscar a transferência. Há alguns alunos que mudam de escola para outro setor, para outro bairro, às pressas, e não pegam a transferência, mas em geral, na Escola de Tempo Integral a evasão é muito baixa, e é assim que a escola faz.

Embora a evasão na unidade escolar tenha diminuído consideravelmente, conforme relata o diretor, não é seguro afirmar que não houve evasão escolar, considerando, nesse caso que, mesmo que o aluno não tenha se afastado da instituição de ensino no ano de 2017, a pesquisa empírica realizada demonstra que a desistência e o afastamento de alguns alunos aconteceram no ano seguinte, aspecto este comprovado através do relato de pais que disseram que seus filhos pegaram a transferência na escola no ano de 2017, mas no ano seguinte, em 2018, não se encontravam matriculados em nenhuma instituição de ensino.

A evasão escolar é um desafio a ser enfrentado nas escolas brasileiras e tem ferido o direito à educação da criança e do adolescente, direito este garantido pela Constituição Federal. Embora, o Estatuto da Criança e do Adolescente explicita o dever da escola em comunicar ao Conselho Tutelar sobre a evasão escolar e repetência dos alunos, como orienta em seu artigo 56, a tomada de atitude das escolas no sentido de informar aos órgãos competentes e pais, não lhes garante de fato o direito concebido em lei, como também, a permanência da criança e do adolescente matriculados em ambiente escolar, uma vez que os fatores responsáveis pela evasão escolar se relacionam com os determinantes sociais.

Foram identificados fatores muito determinantes na análise da evasão dos dados da pesquisa em campo, tais como: doença em família, dificuldades de acesso à unidade de ensino, violência no entorno da escola, déficit socioeconômico e cultural, dentre outros fatores que estão ligados às questões externas ao ambiente escolar e merecem análise dentro de um contexto social mais amplo. Nesse sentido,

Vasconcellos (1995), defende que os fatores externos ao ambiente escolar, tais como a ausência de condições social da família e outros, são determinantes para o aprendizado do aluno.

Seguindo a linha da desarticulação e limite dos benefícios sociais colocada para determinadas classes, regiões e bairros desfavorecidos, a compreensão do esforço pessoal, na concepção da burguesia, tem tentando ofuscar a falta de compromisso diante da sociedade.

Apesar dos dispositivos legais, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal e outros, garantirem por lei o direito à educação, entende-se que esse direito não tem sido assegurado a todos os indivíduos, principalmente aos estudantes de baixa renda, podendo-se perceber que a evasão escolar configura-se em um desafio ainda a ser enfrentado em várias instituições de ensino.

3.3 A transmissão geracional da relação com a educação no contexto social do estudante

O baixo grau de escolaridade dos responsáveis pelos alunos, nesse caso, das mães, com as quais foram realizadas as entrevistas, tem justificado a transmissão geracional do frágil vínculo com a educação na realidade socioestudantil dos alunos do Centro de Ensino em Período Ismael Silva de Jesus. Constatou-se que, das oito mães entrevistadas, apenas uma delas possui o ensino médio completo, e outra incompleto, prevalecendo o restante com apenas o ensino fundamental incompleto.

Percebe-se que nas famílias pobres, tende a se repetir esse ciclo educacional, o que pode interferir no avanço e no prosseguimento dos estudos dos filhos. Estando os progenitores em desvantagens sociocultural, e de conhecimento. Certamente não se dispõem de meios para ajudarem a promover os filhos, por serem incapazes de transmitir o que não receberam. Embora isso ocorra com frequência, admite-se que há situações em que mesmo que o aluno não encontre condições favoráveis para permanecer estudando, ainda assim, conseguem superar as barreiras e obstáculos, sobressaindo-se.

Comprovando essa hipótese, com relação às exceções que podem ocorrer durante o percurso da vida estudantil, pode se destacar a recém-formada engenheira Thatiane Lima Gomes, 26, que:

[...] conseguiu quebrar essa lógica e faz parte dos 14,9% dos brasileiros graduados cujos pais deixaram a escola antes da 8ª série. Ela terminou a graduação em engenharia de materiais da Poli-USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) em julho deste ano. (BEZERRA e MARTINS, 2017, p. 01).

De modo geral, a educação dos pais contribui de forma significativa com o desenvolvimento intelectual dos filhos, haja vista que, os filhos ao encontrarem apoio em casa podem dispor de mais estímulos, motivação, determinação e condições financeiras favoráveis para obterem êxito, sobressaindo com mais facilidade nos estudos.

Ao relatarem a respeito das oportunidades no âmbito educacional, observou-se que existe uma grande semelhança em relação às entrevistadas quanto aos enfrentamentos e dificuldades encontradas para continuarem os estudos, devido ao fato de terem que trabalhar mais cedo para ajudarem às famílias. Como explica dona Maria, ao morar na roça, o pai não a deixava ir para a escola, por isso, parou de estudar na terceira série do ensino fundamental.

Vários foram os motivos que as levaram a desistirem de estudar: distância, dificuldades financeiras, trabalho precoce e outros motivos. No entanto, o que tem em comum entre elas é que nenhuma retornou os estudos. A improbabilidade dessas pessoas continuarem com os estudos está presente na maioria das famílias pobres, o que as impedem no avanço educacional pela própria condição de vida imposta. As influências externas, o imediatismo presente nas necessidades do cotidiano, fazem com que muitos se afastem da escola, abandonando-a definitivamente.

Ao entrevistar essas mães percebeu-se que todas demonstraram muito pesar por não terem tido a oportunidade de continuarem os estudos, assim relata Dona Florinda: “hoje a gente sofre com tanta dificuldade na vida porque não temos estudo, às vezes passamos tanta dificuldade financeira e necessidade porque não tenho estudo, e hoje tudo precisa de estudo, né?”.

Todos os indivíduos têm uma história singular e parte da identidade de cada sujeito está relacionada à estrutura de sua família, a qual se constitui através do legado de convivência, ou seja, do que é transmitido de pais para os filhos, tais como os valores, crenças, cultura etc., fenômeno este, entendido como transgeracionalidade, e que se perpetua na história de vida das pessoas, de algum modo, na constituição do ser social.

Pesquisas institucionais brasileiras têm mostrado que pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos, o que significa dizer que o nível de escolarização dos pais é decisivo para o nível educacional dos seus filhos. Assim entendendo, pode-se atribuir também esse fator como sendo o responsável pela transmissão do frágil vínculo da educação aos alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus. Nesse sentido, faz-se necessário apreender a dinâmica familiar como sendo fundamental para conhecer as gerações anteriores e, também, para entender como se caracteriza a dinâmica familiar da última geração (FALCKE e WAGNER, 2005).

3.4 A relação trabalho e educação no contexto da realidade das famílias dos discentes

Constata-se na pesquisa que a profissão exercida pelas famílias dos discentes está diretamente associada ao nível de escolaridade, uma vez que se encontram em condições de trabalho informais, sendo que a maior parte delas está exercendo profissões, as quais não exigem um grau mais elevado nos estudos, ou seja, doméstica, costureira, do lar, etc., e outras estão desempregadas. Seus cônjuges também exercem profissões que não exigem muito conhecimento e estudo, um exemplo deles é o seu Pedro, companheiro de dona Maria, que trabalha como pedreiro em uma construção civil.

Conforme relatam, as rendas familiares não dão para suprir as necessidades da família, fato contado por dona Socorro: “sempre que chega no final do mês falta alguma coisa para as crianças e para casa, é difícil, a gente tenta tampar um lado, mas sempre acaba descobrindo o outro, mas a realidade é essa”. Relata também ter perdido, há pouco tempo o benefício bolsa família e que isso está fazendo muita falta.

De acordo com os critérios exigidos, para ser beneficiário do Programa Bolsa Família é necessário ter renda mensal de até R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por pessoa, estando em situação de pobreza extrema, e R\$ 85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) à R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por pessoa, no caso de Bolsa Família regular. Apesar de pouco representar como fator de renda, o programa objetiva a diminuição do ciclo da miséria entre gerações de brasileiros e diminuição da desigualdade social. Nesse sentido, considera-se de grande importância para o complemento da renda familiar.

A análise e entendimento quanto a formulação de políticas públicas no âmbito social é fundamental para apreender os problemas enfrentados atualmente pelo ensino, no entanto, deve-se compreender que a formulação das políticas públicas educacionais está ligada aos interesses de classes, que por sua vez, não tem compromisso com o ensino de qualidade para todos e nem promove ações que determinam regras que tem como foco principal a inclusão social.

No entendimento de Belving e Boschetti (2011, p.51)

[...] as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Para agravar ainda mais a situação, vive-se na atual conjuntura, o desmonte das principais conquistas de políticas públicas, uma das maiores aquisições democráticas, cujas principais implicações estão voltadas aos cortes e diminuição dos benefícios sociais e da seguridade social aos usuários carentes da população, ocasionando ainda mais, a criminalização da pobreza.

No caso de dona Florinda, pode-se dizer que esta experimenta as consequências de uma realidade mais austera, por ser doente e sofrer de arritmia cardíaca, não pode trabalhar para ajudar o marido. De acordo com ela, falta até o básico em casa: arroz, feijão, carne e, até mesmo, verdura para comer. Assim menciona:

Às vezes comemos só o arroz e o feijão, então a gente não tem condição de dar nem um sorvete para as crianças, quantas vezes já fui no supermercado e minha filha pede: mãe, bota um sorvete na caixa. Minha filha, se “botá” não compra o arroz e o feijão de você comer no mês.

A deficiência nutricional que acomete crianças de baixa renda, pode levá-las ao déficit no aprendizado, sendo que, normalmente, essas crianças são privadas de uma nutrição mais adequada ao seu desenvolvimento. Além disso, pela privação e carência financeira, não é possível extrapolar ao básico, o que significa não ter acesso, por exemplo a uma sobremesa, como doces, sorvetes e outros.

A falta de condições para criar os filhos com mais dignidade impõe limites na relação com a educação e, por conseguinte, ao aprendizado, o que pode interferir na continuidade dos estudos. Ademais, as políticas sociais, ainda que compensatórias

e não estruturais, não são suficientes para enfrentar a questão. Assim sendo, faz-se pertinente a análise de Yasbeck (1993, p. 47) ao dizer que:

[...] as políticas sociais, com seus programas e proposições ineficientes, insuficientes e sobrecarregados diante de uma imensa maioria de pobres, vem se confirmando como instrumento de pouca efetividade no enfrentamento da pobreza brasileira.

Dona Rosa, mãe do aluno Lucas, enfrenta uma batalha diária exaustiva, por ser doméstica, passadeira, lavadeira e trabalhar em vários lugares. Também argumenta que o que recebe ainda não dá para suprir as necessidades da família. O que não é diferente do que acontece com dona Divina, pois, a mãe relata que pelo fato de o marido ganhar pouco, necessita recorrer a outras alternativas, como a de vender tapetes e pano de prato fora de casa para ajudar nas despesas do lar. Por ter cursado apenas a 6^o série do ensino fundamental incompleto, alega ter dificuldades para arrumar emprego.

Pesquisa publicada na Revista Veja em 2015 mostra que 13,7% dos adultos, que não concluíram o ensino médio ficaram desempregados, caindo em nível para 53% entre pessoas que possuem diplomas. Estudos lançados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que a taxa de desemprego entre pessoas que não concluíram o ensino médio é quase o triplo da taxa entre pessoas que terminaram o ensino superior.

Observa-se que a questão do desemprego, subemprego e a pobreza, estão também associados ao baixo nível de escolaridade das famílias pesquisadas. O pauperismo também tem relação com as condições de empregabilidade, o que, por sua vez, se determina por múltiplas razões, entre as quais, a qualificação profissional, escassa entre as famílias, cujos filhos abandonam a escola. Percebe-se que a condição de classe com o processo de transmissão geracional da pobreza nas suas múltiplas dimensões afeta sobremaneira, o vínculo das crianças e jovens com a escola.

Dona Luci, embora seja costureira e possa trabalhar como autônoma, alega estar sem labor porque não tem condições de pagar alguém para ficar com a filha e necessita, urgentemente, de uma vaga na creche, para que possa buscar trabalho, pois, atualmente só o marido arca com as despesas como aluguel, alimentação, água, energia e outras que surgem no dia a dia.

A necessidade de dona Luci se assemelha com a de outras mães, as quais precisam contar com o direito a uma vaga na creche no bairro para poder deixar sua filha e buscar trabalho. A mãe possui 04 (quatro) filhos e a mais nova está com apenas 21 dias. Alega estar passando por muitas dificuldades, pois não tem, no momento, como ajudar o marido. Alega ter grandes precisões, incluindo contar com uma creche, visto que a filha mais velha, muitas vezes, precisa ficar em casa para ajudar a olhar os irmãos, levando-a a faltar às aulas por esse motivo.

Para as famílias em situação de pobreza, marcadas pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. No entendimento de Gomes (2003) *apud* Gomes e Pereira (2004, p. 359):

Quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação.

Nessa mesma direção, Marx faz sua crítica ao observar que para as famílias em situação de pobreza,

(...) o lar há de ser onde o teto for mais barato; em áreas onde a política sanitária dá menos fruto, é mais lamentável o sistema de esgoto, menor o tráfego, máximas as imundícies públicas, mais miserável ou pior os suprimentos de água, em cidades, com maior falta de luz e ar. (MARX, 1996, p. 286).

Como descreve Marx, os mais necessitados não dispõem de meios e nem condições financeiras para acessar, de forma digna, à moradia, o que favorece a expansão das favelas, cortiços e construções em lugares de risco. Naturalmente, essa condição imposta marginaliza os grupos de indivíduos que já se encontram socialmente excluídos.

Vivendo em circunstância que os obrigam a permanecerem à margem e com restrição de direitos, como o de moradia digna, é correto afirmar que os alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus encontram-se na ausência de condições dignas de vida, direitos que os impõem limites para potencializar o seu desenvolvimento, no que diz respeito aos aspectos educacionais.

3.5 Desafios escolares e o contexto socioestudantil

No processo de busca pelo entendimento, no que tange os desafios para frequentarem a unidade escolar, pode-se dizer que os maiores entraves para os estudantes frequentarem às aulas são: dificuldades no acesso ao transporte, dificuldade de aprendizagem, mudança de endereço das famílias e ausência de creche na região, pois na carência da mesma, os filhos mais velhos tendem a faltarem às aulas para cuidar dos irmãos.

No caso de dona Romilda, esta mãe atribui como uma das dificuldades enfrentadas na vida escolar do filho a mudança de endereço. Como é pastora, se transfere muito e, devido a este fato, o filho também tem que se transferir de escola. Hoje estão morando no bairro São Carlos, setor adjacente ao bairro da Vitória, onde está localizado o Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus.

Segundo dona Maria, seu filho falta se for preciso ir ao médico, ou por algum outro motivo que justifique sua ausência, mas que o filho quase não falta à escola, porque não deixa que o filho se ausente da unidade de ensino por motivos banais. “Eu num gosto que ele pára de ir, porque... não tem assim... um caso de faltar à escola pra ficar em casa à toa não”, expõe a mãe de Thiago. Na entrevista, percebe-se uma certa timidez da mãe ao falar das faltas do filho. Acredita-se que isso se deve ao fato de a mesma ser beneficiária do Programa Bolsa Família⁵, e para que tenham direito ao benefício é exigida a condicionalidade da frequência escolar, isto é, a presença dos filhos na escola.

Mesmo que o programa tenha como foco garantir a essas famílias o direito à alimentação, o acesso à educação e à saúde, o benefício não se apresenta como um referencial para a mudança da qualidade de vida, até mesmo pelos valores pagos. E, ainda que possa ter impacto no que diz respeito a frequência escolar dos alunos, em termos de desempenho ou rendimento escolar, nada tem comprovado uma significativa contribuição, haja vista que, o valor pago é pouco para gerar maiores acessos a direitos, como também o Programa não atua estruturalmente para reverter a situação de pobreza extrema em que as famílias vivem, são ações compensatórias que, sozinhas, quase não geram mudanças. Embora, garantir o mínimo já seja um começo importante para o início das grandes mudanças que a

⁵ O Bolsa família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade socioeconômica. (MARCONATO, 2018, p. 31).

realidade brasileira carece. Porém, outras ações precisam ser coadjuvantes de um programa da envergadura deste.

Diante das realidades de vida aqui apresentadas, é necessário dizer que as políticas sociais ainda estão longe de alcançar as necessidades múltiplas que envolvem as condições de vida das classes mais pobres da sociedade. Assim, os estudantes pertencentes a essas classes se veem sem condições de superar as adversidades encontradas no dia a dia e acabam abandonando os estudos. Como assinala Oliveira (1999, p. 60):

Os jovens e adultos constitui-se excluídos da escola (...). Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem, envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de "não-criança", a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Dona Socorro assinala como problema mais grave a questão do transporte. A mãe tem que deixar seus filhos na escola em um horário mais cedo para conseguir chegar a tempo no seu local de trabalho. Então os filhos sempre ficam do lado de fora, expostos a vários tipos de riscos, relata ser esta a maior dificuldade. Dona Socorro mora no setor JK 2, em um lugar de difícil acesso.

Os moradores do Residencial JK vivem em situação de total precariedade em relação à infraestrutura. Conforme relata a entrevistada, a ocupação do loteamento foi feita de forma irregular e, devido ao bairro não ter transporte que atenda à região, seus filhos enfrentam muitas dificuldades para chegarem até a unidade de ensino, sendo uma delas, a de levantarem muito cedo e ficarem expostos aos vários tipos de riscos antes de adentrarem à Unidade Escolar, pois ainda são crianças.

De acordo com informações coletadas do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (2012, p. 01) a área ocupada consistia em ser um loteamento da região Noroeste de Goiânia que se encontrava sob a responsabilidade da Sociedade Habitacional Norte, evento este que teve início em 2005. Conforme informou o jornal, e relato de famílias entrevistadas, o bairro ainda carece de regularização fundiária.

A regularização da área não é um processo simples, pois, ao que indicam os dados do Ministério Público de Goiás, além das irregularidades técnicas, os responsáveis pelo loteamento têm envolvimento de longo prazo com a especulação imobiliária em Goiás. Assim, há evidente exploração do mercado imobiliário para

com as pessoas com situação de pobreza, evidenciando um processo histórico diante do sonho da necessidade de ter casa própria.

Para dona Florinda, a situação é mais difícil ainda, não hesitando em dizer: “não temos transporte para minha filha e minha filha anda mais de 5 km a pé, eu tenho que *levá*, volto pra casa e torno *buscá*, e volto com ela pra casa quase 5 km de pé”. Não tem ônibus no bairro, não tem transporte para a filha ir estudar e o dia em que adoece ou que está chovendo, também não tem como ir à aula. Então, de acordo com a explicação da mãe, às vezes, a filha perde aula por esses motivos.

Acordar de madrugada, sujeitar-se ao frio e a chuva e, na maioria das vezes, enfrentar lama, poeira e distância, não é uma tarefa nada fácil para quem estuda em regiões afastadas, como é o caso de Sueli, filha de dona Florinda. Esse fato foi por mim evidenciado ao entrar em contato com mãe e filha, fui até o local onde moram realizar a pesquisa. Constatei tamanha dificuldade no acesso à educação dos filhos, pois o local, longe, é considerado como zona rural e, no campo, onde atravessam várias vezes ao dia, há risco para as crianças, por ser lugar de difícil acesso e servir de pasto para alimentação de gados criados na região.

A desigualdade social, a falta de oportunidades e a negação de direitos fundamentais para uma vida digna são tão grande que, às vezes, fica impossível o acesso e permanência na escola, ainda que ela seja a única alternativa para sonhar e ter um projeto de vida, quando nos referimos às crianças, adolescentes e jovens de famílias em situação de pobreza. Ao levar em consideração a trajetória e as dificuldades que muitos estudantes enfrentam para chegarem a sala de aula, devido à distância entre as escolas e residências, ficam mais claros os motivos pelos quais muitos desistem dos estudos.

O direito ao transporte escolar é assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 54. Tem como objetivo promover o acesso do aluno às escolas, condição básica para garantir a educação, porém, o que se percebe é que isso não acontece na prática, pois, além de não terem transporte escolar satisfatório, alguns bairros, como é o caso do JK, situado na região Noroeste de Goiânia, não possuem transporte coletivo urbano, muito menos escolar, isso, em si, impede o acesso regular à escola.

A situação socioeconômica de dona Rosa também impõe limites para que sua filha frequente às aulas. Ela tem que sair para trabalhar muito cedo, deixando a filha na responsabilidade de outras pessoas, contando com o apoio delas para levar sua filha à escola.

Como se pode perceber, as dificuldades enfrentadas pelas famílias entrevistadas são várias e ocorrem por motivos adversos. Ao retratar a relação de problemas com a infrequência do aluno na escola, Marchesi (2006 p. 15) comenta que:

[...] a trajetória educacional do aluno se encontra diretamente relacionada ao modelo de sociedade no qual este se encontra inserido. Em outras palavras, o conhecimento das características sociais do aluno, poderá levar a compreender, porque surgem riscos de evasão escolar.

Marchesi, em sua discussão, sugere que para compreender os motivos que arrastam alunos para evasão escolar, carece de passar pelo labirinto do conhecimento das características sociais e suas particularidades.

Um outro problema narrado por outra mãe deve-se à dificuldade que a filha enfrenta no processo ensino-aprendizagem, pelo fato de a mesma não saber a ler e nem escrever. Sugere haver falta de compreensão por parte dos professores e, por isso, a filha sente-se constrangida. Acredita a mãe que, um pouco dessa dificuldade tenha a ver com o fato de sua filha ter feito a primeira fase do ensino fundamental em uma escola municipal. Alude a mãe que, o sistema de avaliação das escolas municipais é mais brando, e que a filha era aprovada sem condições para se promover de série.

Alguns jovens tem um histórico escolar marcado pelo insucesso e, muitas vezes, sentindo-se desmotivados, consideram a continuação dos estudos como uma realidade impossível, deixando o sistema educacional e, ainda, sem qualificação necessária para ingressar no mundo do trabalho, ocupando os empregos menos remunerados, quando não enfrentando a situação do desemprego. A baixa escolaridade diminui a chance para o ingresso no mercado de trabalho.

Como se percebe, são grandes as carências dos indivíduos que são obrigados a conviver com a miséria, violência e ausência de direitos fundamentais. De fato,

Infelizmente o que se sente, dia a dia com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigidos por mitos que forças sociais poderosas criam para ele, que se voltando contra ele, o destroem e aniquilam. É o homem tragicamente assustado temendo a convivência autêntica e até duvidando de sua possibilidade. (FREIRE, 2003, p. 53).

No caso de dona Divina, o fato de ter a necessidade de, muitas vezes, sair para resolver as coisas, a filha precisa ficar com os irmãos em casa. Na tentativa de aumentar a renda vai para outros setores vender pano de prato, tapete de retalho, os quais ela mesma confecciona. Porém, ao sair, não poderia deixar as crianças sozinhas, mas essa é uma realidade para muitas famílias de baixa renda. Essa situação requer a existência de mais creches na região, capazes de atender a essas demandas, favorecendo a permanência de todos os irmãos na escola, desde a mais tenra idade.

O baixo grau de escolaridade, as más condições de trabalho e subemprego a que estão sujeitas as famílias pobres em uma sociedade capitalista, faz do emprego informal a única possibilidade de tentarem garantir renda. Nas condições socioeconômicas em que estão inseridos, preocupados com a busca pela sobrevivência, a escola deixa de ser prioridade na vida desses indivíduos, o que nos leva a entender o ato desses fatores, os quais dificultam a permanência da criança na escola e o acesso ao direito à educação.

Ao se buscar compreender o fenômeno histórico da evasão escolar, fazendo relação de suas nuances com as expressões da questão social, buscou-se fazer relação com o papel do profissional de serviço social na escola. Sobre a atuação do assistente social na escola, o CFESS (2001, p. 12) assinala que:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletiriam na melhoria de suas condições de enfrentamento da vida escolar. Afirma Sylvia Terra em seu parecer (...), que o assistente social tem, entre outras, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, objetivando saná-los ou atenuá-los.

3.6 Obstáculos determinantes para as ausências escolares no universo da pesquisa

O estudo que dá origem a esta dissertação revelou, com base nos depoimentos das mães, a existência de vários obstáculos no percurso escolar dos

seus filhos, prejudicando e/ou afetando a permanência deles na instituição. Como exemplo, pode-se trazer o caso de Daniel, matriculado no 6º ano do ano de 2018, o aluno nasceu com um tumor na cabeça e isso atrapalhou muito e, ainda que seja considerado, hoje, curado, continua sem frequentar às aulas. Assim diz dona Romilda: “a gente peleja todos os dias, mostra que a escola é fundamental, que não tem como viver sem estudar, mas mesmo assim, tem dia que ele não quer ir”.

Tornar a escola prazerosa é um desafio para os professores e profissionais da educação, com certa contribuição também da família. É preciso estabelecer o valor cultural da escola e seu papel na sociedade. A prática escolar, no dia a dia, precisa fazer sentido na vida daqueles que a frequentam. Quando isso não é um valor para a família, seu apoio será pequeno, quando a escola também não consegue fortalecer esse vínculo, de forma a ser mais prazerosa e importante na vida dos estudantes, nada irá convergir para manter os estudantes na escola, pois as dificuldades que enfrentam exigem uma resiliência maior que suas condições reais e objetivas. Mais do que isso, o universo da educação impõe, nas suas necessidades mesmo, maior valorização do magistério, pois, só assim, as partes serão estimuladas e motivadas ao potencial dessa ferramenta de desenvolvimento pessoal, social, humano, cultural e econômico que é a política de educação.

Para a mãe, dona Maria, (2018), muitos faltam porque precisam trabalhar para ajudar os pais, e outros é porque não querem ir mesmo e os pais não cobram e deixam quieto, então, começam a ir para o caminho “mais fácil”, largando os estudos. Dessa forma, diz a entrevistada: “Tem um menino aqui de frente mesmo, que ele quase num vai e a mãe num importa muito, as vezes num quer ir e a mãe deixa, num quer ir pra escola a mãe num importa assim de por pra ir, num insiste, é isso”. No caso do filho de dona Maria, ele não gosta muito de frequentar às aulas, mas ela insiste, segundo ela.

A escolarização dos pais é decisiva para a condução educacional dos filhos. Os pais que não possuem nível de escolaridade mais elevado, seus filhos dificilmente conseguirão alcançar um diploma universitário, fator este, que pode ter relação com a falta de comprometimento de alguns pais, no que diz respeito ao acompanhamento educacional dos filhos e com a reprodução dessa condição de vida, pois não aprenderam a valorizar a educação, dado a sua própria trajetória de vida.

Concordando com esse apontamento, Bezerra e Martins (2017) asseveram que:

[...] a escolaridade dos pais é decisiva para garantir o diploma dos filhos: 69% dos filhos cujos pais terminaram o ensino superior seguiram o mesmo caminho. Na outra ponta, entre pais que nunca foram à escola, a chance de um brasileiro alcançar um diploma universitário é de apenas 4,6%.


A ausência do filho na unidade de ensino também pode ser atribuída ao cansaço da família e da criança, conforme retrata a fala de dona Socorro:

[...] a gente tem a correria do dia a dia, do trabalho e, às vezes, a criança fala: mãe, hoje eu não vou porque eu tô cansada, e o pai e a mãe também tá cansado do dia a dia. fala então tá, cê fica hoje ou, as vezes, pelo motivo de não ter o transporte, aí as vezes acontece de você não poder ir *de a pé* ou tá chovendo.

A história de luta para a sobrevivência das famílias, fragilizam-as diante da sua realidade social e dos enfrentamentos de grandes problemas, reproduzindo a realidade educacional em que se encontram inseridos. Isso acaba não favorecendo uma postura mais rígida para com os filhos, quanto a exigência deles para frequentarem às aulas no dia a dia.

No documento oficial, que vem logo a seguir, emitido pelo Centro de Ensino em período Integral Ismael Silva de Jesus, não consta nenhum caso de abandono escolar no ano de 2017, no entanto, os resultados da pesquisa apontaram que, embora o aluno tenha solicitado a sua transferência na referida unidade de ensino, conforme demonstra o documento, ainda pode-se dizer que houve evasão escolar no referido ano, podendo ser que esta evasão seja desconhecida por funcionários da escola. Como se pode compreender, este documento, abaixo, intitulado Demonstrativo de Rendimento Escolar Anual, mostra uma condição aparente da realidade a respeito do processo evasão escolar, podendo dificultar os investimentos de projetos e programas destinados à prevenção, caso a verdade a respeito da evasão escolar, não seja bem esclarecida.

Figura 2. Demonstrativo de Rendimento Escolar Anual – 2017/2


 ESTADO DE GOIÁS
 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 52037550 - CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL ISMAEL SILVA DE JESUS

Demonstrativo de Rendimento Escolar Anual - Matutino

Data da Impressão: 08/02/2019 Página 1 Ano Letivo/Semestre: 2017/2

Série	Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano						Matrícula Final	Índice		
	Número de Alunos							Aprovação %	Reprovação %	Abandono %
	Matrícula Inicial	Adm. após Mat. Inicial	Transferidos	Abandono	Aprovados	Reprovados				
6º Ano	80	-	11	-	69	-	69	100,0	-	-
7º Ano	116	8	36	-	88	-	88	100,0	-	-
8º Ano	149	8	50	-	107	-	107	100,0	-	-
9º Ano	73	1	27	-	47	-	47	100,0	-	-
Crescer Juntos I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crescer Juntos II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crescer Juntos RE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	418	17	124	-	311	-	311	100,0	-	-

Matrícula Inicial (Referência): 02/08/2017

LEGENDA:

Matrícula Final = (Aprovados + Reprovados)

Aprovados = (Aprovados + Progressão Parcial)

Índice de Aprovação = $[\text{Aprovados}/(\text{Matrícula Inicial} + \text{Admitidos} - \text{Transferidos})] \times 100$ Índice de Reprovação = $[\text{Reprovados}/(\text{Matrícula Inicial} + \text{Admitidos} - \text{Transferidos})] \times 100$ Índice de Abandono = $[\text{Abandono}/(\text{Matrícula Inicial} + \text{Admitidos} - \text{Transferidos})] \times 100$

CEPI. ISMAEL DE JESUS
 LEI DE CRIAÇÃO Nº 13.050 DE 18/04/07
 Rua A-07 C/ Rua A-30 S/N Qd. 31 Área-III
 Bairro da Vitória - CEP: 74.001-070
 Goiânia-Goiás


Marta Lucia da Silva Dias de Oliveira
 Secretária(a) Port. nº 3390/2018

Fonte: Centro de Ensino em período Integral Ismael Silva de Jesus

Figura 3. Demonstrativo de Rendimento Escolar Anual – 2018/2

ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE 52037550 - CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL ISMAEL SILVA DE JESUS										
Demonstrativo de Rendimento Escolar Anual - Matutino										
Data da Impressão: 08/02/2019			Ano Letivo/Semestre: 2018/2				Página 1			
Série	Número de Alunos						Matrícula Final	Índice		
	Matrícula Inicial	Adm. após Mat. Inicial	Transferidos	Abandono	Aprovados	Reprovados		Aprovação %	Reprovação %	Abandono %
6º Ano	125	-	22	-	103	-	103	100,0	-	-
7º Ano	116	-	29	-	87	-	87	100,0	-	-
8º Ano	117	-	40	-	77	-	77	100,0	-	-
9º Ano	127	-	37	-	90	-	90	100,0	-	-
Crescer Juntos I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crescer Juntos II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crescer Juntos RE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	485	-	128	-	357	-	357	100,0	-	-

Matrícula Inicial (Referência): 31/12/2018

LEGENDA:


Matrícula Final = (Aprovados + Reprovados)

Aprovados = (Aprovados + Progressão Parcial)

Índice de Aprovação = [Aprovados/(Matrícula Inicial + Admitidos - Transferidos)] X 100

Índice de Reprovação = [Reprovados/(Matrícula Inicial + Admitidos - Transferidos)] X 100

Índice de Abandono = [Abandono/(Matrícula Inicial + Admitidos - Transferidos)] X 100


 Ativar
Acesse

Fonte: Centro de Ensino em período Integral Ismael Silva de Jesus

À medida em que as famílias carentes encontram dificuldades para obterem serviços e benefícios educacionais, mais distante fica a possibilidade, na prática, para que alcancem uma melhoria na sua qualidade de vida com garantia do acesso à educação para os filhos.

A senhora Socorro, mãe de uma aluna, enfrenta as mesmas dificuldades de outras famílias que moram no residencial JK 2, a de não poder contar com transporte coletivo, pois não existe linha de ônibus que serve à região: “às vezes, vai para a escola, o carro passa e joga lama, as crianças voltam sujas, com o pezinho sujo, então, quando tá chovendo tem que ficar em casa, período de chuva é complicado, tem muitas dificuldades, inúmeras”, descreve a mãe.

As famílias entrevistadas, moradoras do Residencial JK, relatam ter medo de deixar as crianças irem para a escola sozinhas, medo que aconteça alguma coisa de ruim com elas, pelo fato de a unidade de ensino ser muito distante de suas casas e pela violência instaurada na região. Apela para as autoridades dizendo que precisam com urgência de um “transporte” na região, torna-se o maior obstáculo de famílias como a de Socorro, para que seus filhos possam frequentar às aulas.

Outra entrevistada, a Florinda, reclama da falta de estrutura no bairro, falta de oportunidades por ser pobre, por não ter condições financeiras e viver suscetível à

marginalidade e ao crime. Faz um apelo, no sentido de que reivindicações de políticas priorizem as crianças de rua, para que elas, futuramente, possam crescer em um ambiente saudável, sem conhecer o mundo do crime e das drogas: “essas crianças que se encontram nas ruas, têm sonho e direito a uma vida digna, e, muitas vezes, é jogada a própria sorte. Desamparada, anda pelas ruas sem poder realizar seus desejos e de serem reconhecidas”, assim reclama a entrevistada. Diferentemente do que aduz o artigo 227 da Constituição Federal, muitas crianças, por serem pobres, não têm vida digna, educação, alimentação, e muitas são privadas dos próprios laços familiares. Trata-se, pois, de uma questão social que precisa ser encarada pelos representantes governamentais com mais responsabilidade e seriedade.

Um dos principais motivos que fez com que Lucas, filho de dona Rosa, faltasse as aulas, foi o fato da necessidade de a mãe ter que levantar muito cedo. Tem que estar no serviço às 7 horas, pois, trabalha muito longe. Conforme relata, saía para trabalhar e deixava seu filho acordado, então, às vezes ele deitava e acabava adormecendo novamente.

Outro fato justificado pela mãe é que o filho não gostava do colégio em que estudava, ele reclamava que a alimentação era pouca e chegava em casa no fim da tarde com muita fome.

Importante se faz ressaltar que na escola de Tempo Integral o aluno permanece o dia todo e precisa ser bem alimentado, e que as dificuldades econômicas experimentadas pelas crianças podem ser tão grandes que, não são raras as vezes em que as crianças e adolescentes, buscam frequentar a escola com a intenção de matar a sua fome.

As expressões que definem as desigualdades sociais no mundo capitalista afetam severamente as condições de vida de distintos grupos sociais, em especial, daqueles em que a pobreza vai muito além da privação de políticas públicas, tais como: saúde, educação, previdência social, habitação e lazer, e chegam mesmo na fome, pois não conseguem garantir regularmente, na quantidade necessária, e de forma balanceada, a própria alimentação.

Além da falta/ausência de políticas públicas, pode-se dizer que os problemas educacionais estão ligados a diversos fatores. Porém, o que se configura nessa conjuntura, ainda mais complexa, para os aspectos econômicos, sociais, estruturais e outras, vão além das possibilidades da família.

Quanto ao processo de aprendizagem, presume-se que este fenômeno pode ser mais complexo ainda, de formas que podem associar-se também a outros fatores como: emocionais, cognitivos, orgânicos, culturais e sociais. Nessa direção, Fernandez (1991, p. 61), diz que:

Se pensarmos no problema da aprendizagem como só derivado do organismo ou só da inteligência, para sua cura não haverá necessidade de recorrer à família. No âmbito das relações da família com as questões sociais, os fatores econômicos e políticos se soam a uma cultura desfavorável em termos acadêmicos, trazendo desvantagens quanto à promoção e continuação dos estudos, de alunos das escolas públicas.

Ampliando a questão, admite-se também que a dificuldade de aprendizado, não se restringe apenas no interesse do aluno pelos estudos ou pelo empenho e comprometimento de sua família, mas num complexo de fatores que envolvem questões associadas aos estímulos que recebem de seu meio social.

Lucas, filho de dona Rosa, foi transferido do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus no ano de 2017, para o Bernardo Elis, que se localiza na mesma região, concluindo a 7ª série no referido ano. Já no ano seguinte, em 2018, no segundo semestre, foi morar em Palmas com o pai e não conseguindo vaga nas escolas, interrompeu os estudos.

Dona Luci atribui a ausência da filha na escola aos problemas de saúde vivenciado na família. Pelo fato de ter havido necessidade de fazer duas cirurgias na coluna, dado à “artrodese cervical” e por ter criança pequena, precisou de suporte em casa.

Segundo a mãe, a existência de uma creche no Jardim Curitiba II facilitaria muito a sua vida e a de sua família, principalmente no momento em que fez a cirurgia, motivo pelo qual precisou que a filha assumisse o compromisso de cuidar dos irmãos, resultando na sua impossibilidade intempestiva de frequentar às aulas.

Refere ainda que, pelo fato de ter mudado de endereço, Bruna, sua filha, estava saindo de casa muito cedo, indo a pé para a escola e, na maioria das vezes, estava escuro ainda. Então, preocupada com a violência, no ano de 2017, a mãe optou por transferir a filha do Centro de Ensino em período Integral para o Colégio Estadual Nossa Senhora de Lourdes, que se localiza no Jardim Curitiba II, mais próximo de sua atual residência.

Nesse caso, Bruna foi privilegiada por encontrar um colégio próximo à sua casa, o que não é comum para a maioria das famílias que moram nas periferias, até

porque, no momento atual, vem ocorrendo o fechamento de algumas escolas públicas, justificadas pelas atuais medidas econômicas de governo, as quais não têm levado em consideração as necessidades e consequências para os estudantes e famílias.

No caso da Luiza, matriculada no ano de 2017, a aluna deixou de estudar porque engravidou. Dona Vera afirma que, várias vezes, brigava com a filha e que o companheiro até a levava na escola, mas não teve jeito, desistiu e não quis mais voltar à escola. “Ela não quis, tentamos agradá-la de todo jeito, mas ela não quis ir mais. Aí tá, nós deixamos, desistiu”, contou a mãe.

Quando dona Vera descobriu que a filha estava gestante procurou dar apoio, mas, a filha não quis mais estudar. Frequentou três meses apenas após sua gravidez, depois não conseguiu frequentar mais as aulas, porque a barriga encontrava-se em fase de crescimento, significando um constrangimento diante dos colegas, já que essa é uma atitude reprovada pela sociedade em geral.

Assim, muitas adolescentes que engravidam, mesmo contando com o apoio dos pais para continuarem os estudos, se retraem por não terem estrutura material e emocional para enfrentarem a responsabilidade de uma maternidade precoce. Dessa forma, elas se veem obrigadas a interromper seus estudos. Mesmo sendo encorajadas a continuar estudando, muitos fatores pesam nessa travessia, levando-as a desistirem, como ocorreu com a estudante em questão.

A ocorrência da gravidez na adolescência, além de risco à saúde, contribui significativamente para a defasagem escolar, levando a existência de inúmeros problemas, tais como o aumento do número de adolescentes que não retomam o estudo posteriormente, morte de jovens e adolescentes, devido a enfermidades geradas durante o período de gestação, e outros problemas.

Luiza engravidou aos 14 anos de idade e hoje encontra-se em situação de aluna evadida. Segundo a mãe, a filha não podia ter estresse e o médico deu o diagnóstico de pré-eclâmpsia, então estava difícil continuar estudando. No ano de 2017, Luiza não concluiu a 7ª série, e no ano de 2018 também não retornou à escola e aos estudos, mas tem a intenção de voltar a estudar em 2019, assim esclareceu a mãe.

No que diz respeito às faltas e a realidade estudantil de Selma, a mãe expõe a situação dizendo o seguinte:

[...] é como eu já falei, as vezes, ela tem que ficar olhando os meninos pra *mim podê* resolver alguma coisa fora mesmo, trabalhar vendendo os tapetes e, muitas vezes, é porque ela não quer mesmo, e eu já falei que sem estudo a gente não faz nada. Olha eu aqui ó, com essa peleja na vida.

O contexto familiar, social, cultural e político em que alguns estudantes estão inseridos, tende a fragilizá-los, conferindo a esses alunos o peso do “fracasso escolar”, uma vez que o atendimento às necessidades primárias os obrigam a deixarem a escola. Não havendo como sair dessa condição, os estudantes das camadas mais baixas e da classe trabalhadora se afastam da escola, perpetuando-se, dessa forma, o círculo de transmissão da pobreza nessas famílias, passando de geração em geração.

A Selma, aluna do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, em 2017 transferiu para outro colégio, devido à distância entre escola e residência. Em agosto, a família mudou-se de endereço, moravam no JK 2 e se mudaram para o Morada do Sol, então ficou mais longe para ela estudar no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus. A mãe disse que no ano de 2018 a filha está estudando, mas, como está pretendendo casar, tem medo que ela não continue seus estudos. Fato comum com famílias de baixa renda ocorre quando os filhos constituem outra família, esses jovens, normalmente, deixam seus estudos, as dificuldades aumentam, e sem ter condições de saírem dessa situação, o ciclo da pobreza e da miséria vão se reproduzindo.

3.7 Necessidades apontadas para enfrentar a evasão na perspectiva dos familiares

Os aspectos mais apontados para a diminuição da evasão escolar, conforme os familiares de alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus foram: necessidades de obtenção de ajuda financeira pelo poder público através do Bolsa Família ou outros benefícios sociais, investimento nas políticas educacionais, garantia do acesso ao transporte coletivo e lazer.

De acordo com a opinião de uma outra mãe, a senhora Romilda, deveria haver uma política de assistência mais ampla para as famílias de baixa renda, seja na ampliação do Bolsa Família ou de outros benefícios, para que seus filhos possam se tornar alguém na vida mais tarde, tendo melhores oportunidades de empregos. Desse modo, pode-se dizer que, as medidas paliativas do governo, as quais

consistem em atenções focalizadas e insuficientes, não têm resultado em garantia de permanência na escola.

As políticas educacionais envolvendo programas, tais como: aceleração, aprovação com dependência de disciplinas, supletivos e outros, não têm auxiliado adequadamente esses estudantes a superarem a defasagem escolar, a retenção e a evasão. Antes, ao contrário, muitos programas de educação por não contribuírem com uma formação crítica, contribuem para a manutenção da lógica que perpetua a sociedade burguesa.

Para os filhos da classe trabalhadora, esse processo no qual encontram-se inseridos, tende a se perpetuar, uma vez que a negação de uma escola igualitária e unificada os impedem ao avanço na busca dos direitos e conquistas sociais. Com isso, percebe-se que a educação focada na formação técnica e profissional, tem contribuído como instrumento de perpetuação e manutenção da exploração da força de trabalho na sociedade capitalista. Para Meszáros (2008):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...] (MESZÁROS, 2008, p. 35).

Dona Socorro, mãe de uma aluna matriculada na unidade de ensino, contribui com sua opinião dizendo que deveria haver mais incentivo dentro da instituição de ensino, por exemplo, aula de informática, teatro, cinema, atividades que fogem das disciplinas curriculares. Assim expõe:

[...] quantas crianças nunca foram ao cinema, meus filhos mesmo, acho que conto às vezes que eu tive tempo e dinheiro pra leva-los ao cinema. Isso seria interessante, como se fosse um cinema dentro da escola, um filme para as crianças, isso seria um incentivo porque no dia que eles pensar 'hoje eu vou falta', eles lembrarão e pensarão assim: 'Nossa! Hoje tem uma aula diferente, hoje eu não posso faltar porque hoje eu tenho uma aula diferente, pra fugir um pouco da matemática, do português, não que isso não seja bom né, mais pra criança isso seria um motivo a mais.

A opinião dessa mãe revela o fato de ela não poder oferecer ao filho uma atividade diferente e a importância para o vínculo desta com a escola, pelo prazer e pelo interesse que isso desperta. É, nos seus dizeres, uma estratégia que a escola deve desenvolver. A exclusão social dessas famílias é grande e, muitas vezes, estas

crianças só encontram na escola formas de satisfação, parte de suas necessidades humanas. Porém, o mínimo que o Estado garante está longe de ser o básico de que necessitam essas pessoas. Sobre isso, recorre-se à contribuição de Pereira (2011, p.26):

Enquanto o mínimo pressupõe supressões e cortes do atendimento, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o mínimo nega o ótimo de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo. (PEREIRA, 2011, p. 26).

Refletindo a respeito da contribuição de Pereira para análise do problema em tese, é correto afirmar que, para garantir o direito à educação, as crianças e jovens, bem como o combate à prevenção e erradicação do trabalho precoce e evasão escolar devem ser assegurados pelo Estado, no mínimo, o básico em investimentos sociais, para que se possa valer das leis e prerrogativas legais, garantido, assim, a proteção jurídica e integral às crianças e famílias carentes.

A entrevistada Florinda, enfatiza a necessidade de haver um acompanhamento com visitas periódicas no bairro e assistência aos mais pobres. Investimento público na área social é o que sempre esperam do governo, mas o que se percebe é seu crescente encolhimento, sob o argumento de que a crise econômica não permite garantir o que se tem hoje, conquistado ao longo da história, com muita luta e conflito de interesses entre as classes sociais.

Recentemente, se deu o corte no orçamento da Assistência Social, redução e suspensão de reajuste do Bolsa Família, sendo que para cumprir a meta de ajuste fiscal, o governo está sempre realizando um “pente fino” nas políticas públicas e de assistência social.

A entrevistada também sugere investimento em creches para que as mães possam trabalhar. Ressalta a importância de os filhos estarem na escola por haver muitas crianças que não têm nem o que comer em casa. E, na escola, garante-se, em parte, esse alimento. A percepção da função da creche como instituição que apenas abriga o filho enquanto a mãe vai trabalhar tem sido superada, pois, desde os primeiros anos de vida, a criança tem direito à educação. Assim, quanto maior o investimento nos anos iniciais, maior será a qualidade do trajeto escolar nos anos seguintes.

Isso posto, faz-se oportuno analisar a importância do serviço social como profissão para mediar, por meio de um trabalho social de qualidade, a relação das

famílias e crianças com as instituições escolares, desde a pré-escola, principalmente, àquelas em situações de pobreza. Por essa razão, faz-se importante a presença do profissional Assistente Social, posto que sua atuação pode alcançar conhecimentos que vão além de outras áreas, como história, sociologia, economia, psicologia, entre outras.

O assistente social é o profissional que contribui com a intermediação para o acesso às políticas setoriais no atendimento às crianças, adolescentes e jovens, para o direito à proteção social e, sobretudo, à educação. Resgatando o depoimento de dona Socorro, a mãe segue dizendo:

[...] por isso que nós precisamos do poder público, nós precisamos das autoridades para nos socorrer, enviar-nos um transporte para ocupar os nossos filhos e depois os filhos também ter condições de viver, né?! Ter algum trabalho, para as mães também manter os filhos, pros filhos não serem obrigados a pegar no que é a lei, porque não tem o que comer mesmo.

Assim entendendo, pode-se depreender que a ação do Estado perante as necessidades sociais básicas e humanas e, em especial, à educação, limita-se ao mínimo, a quase reparações emergenciais, com respostas fragmentadas. Para Pereira (2009) *apud* França e Teles (2015, p. 5):

[...] a política pública, sobretudo, deve garantir a ação e soberania popular, afirmar os direitos e serviços sociais, satisfazer as necessidades sociais – ao invés de promover a necessidades do capital deve salvaguardar o princípio de igualdade.

Dona Rosa acha que, para que seu filho permaneça na escola, o ensino deve se tornar uma coisa mais agradável. Assim diz a mãe de Lucas:

[...] eu acho que tinha que estudar uma coisa mais prazerosa, sem se tornar monótono. Eu acho que tinha que estudar uma coisa mais esportiva pra adolescente. Adolescente não gosta daquela chatice de todos os dias, adolescente gosta de... vamos ensinar uma aula cantando, então vamos, vamos ensinar uma aula hoje lá na quadra de esporte? Então vamos! Vamos jogar bola, sei lá ou outro tipo de coisa. Eu acho que a mesmice de todos os dias na sala de aula... ficar umas oito horas numa sala de aula ouvindo o professor falar, eu acho que isso é muito cansativo, entendeu?

Acredita-se que a inovação das atividades educacionais pode gerar bons frutos, e que nos tempos presentes é preciso criatividade e modernização no ensino, pois as crianças, adolescentes e jovens estão imersos no mundo digital. Tornar

aulas atraentes e atrair a atenção dos alunos não é tarefa fácil para os professores, até porque, o cansaço e a falta de tempo provocada pela jornada árdua de trabalho, podem afetar a criatividade do docente. No ideário neoliberal, o problema da educação é creditado na conta dos profissionais, por isso, tendem a culpar os professores e sua atuação, ignorando os fatores associados à realidade do trabalho docente. A sobrecarga no trabalho, o cansaço diante das atividades que requer a função, o comportamento resultante do sistema de ensino extremamente burocrático, excesso de tarefas que são levados para a casa, o baixo salário, etc. Certamente, estes fatores afetam a qualidade do trabalho do professor, principalmente o da rede pública básica, que tem os piores rendimentos.

As atividades extraclasse como: plano de aula, fichas avaliativas, formulários, provas, trabalhos, correções de atividades, podem exercer grande influência na qualidade de vida e no trabalho docente, porém, mais que apontar o problema e o culpado, é preciso verificar o que tem provocado as limitações profissionais.

Comparando o salário de professores brasileiros com o restante do mundo, pode-se dizer que a categoria docente no país está entre as que recebem os piores salários, com uma remuneração inferior, inclusive, quando comparada aos docentes de países em piores condições socioeconômicas (SAMPAIO; MARIN, 2004).

A falta de inclusão social que acometem crianças, jovens e adolescentes de baixa renda, tem criado expectativas dentro do espaço educacional, quanto ao lazer, o que pode provocar constantes implicâncias no processo de ensino e aprendizagem, bem como na atuação do profissional. Importante se faz ressaltar que o atendimento às carências e necessidades, no que tange ao entretenimento e diversão nessa fase de vida, se torna imprescindível e fundamental ao equilíbrio do “ser”.

Para dona Luci, uma das mães, a questão do transporte apresenta-se como um fator determinante para que os alunos frequentem a escola assiduamente, devido ao fato de muitas crianças morarem em bairros distantes e não haver nenhum colégio próximo ao setor onde moram. Por essa razão, muitas vezes, são obrigadas a se matricularem em uma unidade de ensino distante de sua casa. Esse é o motivo de sua filha faltar muitas vezes às aulas. A mãe acredita que, pelo mesmo motivo, algumas crianças deixam de ir à escola, desistindo, devido à dificuldade de locomoção, por isso, sugere a criação de instituições educacionais nos bairros mais afastados, isto é, mais acessíveis às crianças dessa periferia.

Também atribui o problema à questão financeira, assim diz a mãe:

Às vezes, é questão financeira né. Às vezes, a pessoa não tem condições de tá pagando uma van, de tá pagando uma passagem de ônibus também. eu não tenho. Tem pessoas que têm muitos filhos igual eu, e não tem muita condição, aí eu acho que isso dificulta muito né, o 'x' da questão é esse também.

Como já demonstrado, a dependência do transporte escolar para que alunos matriculados no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus frequente as aulas é grande, sendo, dessa forma, o transporte, imprescindível para que esses alunos possam chegar à instituição educacional, haja vista que, para a maioria, esse se torna o único meio de chegar ao destino, considerando que suas realidades econômicas não lhes proporcionam outras alternativas. A senhora Lucí tem 4 filhos e a filha mais velha, ajuda a mãe nos afazeres de casa e a cuidar dos irmãos.

Sugere-se que o governo invista mais em cursos profissionalizantes nos bairros mais afastados e aumente o número de vagas para estes cursos. De acordo com a dona Luci, mãe de Bruna, residente no Jardim Curitiba II, há muita gente solicitando esse tipo de curso, inclusive a filha, e o pedido nunca é atendido pelo poder público. Acreditam que curso profissionalizante ajudará muito na região. A expectativa dessa mãe relaciona-se à necessidade imediata de trabalho e renda. Isso sobrepõe qualquer necessidade a longo prazo de garantir educação escolar regular aos filhos. As carências mais prementes tomam lugar no cotidiano e o retorno com a escola, nesse contexto, só faz sentido se for imediato.

Bruna tem muita vontade de fazer um curso de profissionalização e não consegue, assim a mãe da aluna diz:

[...] sabe, já tem dois anos que ela tá no meu pé querendo trabalhar, querendo que coloca ela num curso para encaminhar para o trabalho. Só que a gente não tem opção né. A gente vai num lugar não tem vaga, vai no outro não tem, aí quando acontece de sair, igual foi o caso dela que saiu lá na Paranaíba, lá no centro, não teve como ir, porque tem que arcar com a passagem, tem lanche, tem essas despesas básicas né! Aí eu optei por esperar, com a esperança de encontrar aqui mais próximo. Mas é difícil, e pra esse lado aqui quando tem é pago e a gente também não tem condição de tá pagando esses cursos, são caros, aí fica na esperança de sair uma vaga aqui mais próximo.

É premência a necessidade de um trabalho para aumentar a renda familiar, os proventos e benefícios, tendo em vista a satisfação das necessidades básicas dessa família. Ao constatar a urgência e a precisão de Bruna, percebe-se que a condição social, a qual estão submetidos apresenta-se como fator determinante para

a jovem deixar a escola regular em busca de trabalho, repetindo o que comumente ocorre com os adolescentes no Brasil quando entram no mercado de trabalho precocemente, comprometendo sua vida estudantil, definitivamente.

Dona Vera, mãe da Bruna, ex-aluna do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, acha que o fato de os pais não participarem do processo de ensino-aprendizagem, acaba comprometendo o rendimento acadêmico deles. Assim, sugere que a escola deve incentivar a presença dos pais na vida escolar dos filhos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), toda escola deve elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, com base na participação dos pais, objetivando a elaboração de proposta educacional e fortalecimento de laços entre escola e família.

Embora o Projeto Político Pedagógico possibilite aos membros da escola, inclusive aos pais, participarem no envolvimento dos assuntos acadêmicos, ainda assim, pode ocorrer de não haver a esperada inclusão de famílias na escola e nos assuntos estudantis dos filhos. Fato este que pode estar relacionado com a falta de tempo dos pais ou outros fatores que impeçam a interação da família com a escola, aspecto este, não abrangido na pesquisa.

A mãe de Bruna, alega que alguns professores, mesmo sendo qualificados, não demonstram ter aptidão para o exercício da profissão. Eles não têm paciência o suficiente com alguns alunos, embora reconheça que isso ocorra devido ao acúmulo de serviços e sobrecarga, uma vez que seus salários não são atrativos e pelo fato de a maioria deles, serem 'obrigados' a trabalhar em várias unidades de ensino. De acordo com esta mãe, muitos alunos faltam à escola, devido aos conflitos existentes entre professor e aluno. Acha que deve haver mais respeito e compreensão entre ambos.

As dificuldades de relacionamento existentes entre professor e aluno não são o único fator gerador dos problemas educacionais, mas também a insuficiência de infraestrutura, recursos humanos, materiais e outros recursos que devem ser garantidos pelo sistema e não são.

Para mediar e reduzir conflitos entre professor/aluno, é importante a adoção de políticas públicas que fortaleçam e desenvolvam a atuação na docência. Presume-se que a oferta de melhores condições para o exercício da profissão e políticas de vivência no ambiente escolar pode influenciar positivamente na diminuição do descompasso existente entre a contemporaneidade e a realidade vivenciada em sala de aula.

Sobre o entendimento a respeito das transformações societárias que houve no âmbito educacional e nas relações entre professor/aluno, Fernandes e Souza (2016, p. 1) comenta o seguinte:

[...] o papel do educador vem passando por um intenso processo de modificação nas últimas décadas, reflexo de constantes mudanças nas sociedades, gerando novos desafios, demandas, instrumentos facilitadores e também inúmeros obstáculos [...] Problemas no estabelecimento e na manutenção da disciplina, aumento de atitudes agressivas, atos violentos, transgressão de regras, violação de direitos alheios, entre outras manifestações anti-sociais no ambiente escolar, evidenciam importantes desajustes na relação educador/aluno.

A relação entre educador/aluno tem sido uma das grandes preocupações e inquietações no contexto das discussões sobre a convivência no ambiente escolar. Justifica-se a importância de se estabelecer uma reflexão aprofundada sobre o assunto, considerando a relevância dos aspectos que caracterizam as relações sociais.

Diante da atual conjuntura, faz-se importante ressaltar que o professor atualmente tem recebido outras atribuições às quais não se restringe apenas em instruir e ensinar, mas na amplitude de educar. Os papéis e funções sociais atribuídos ao professor no mundo globalizado tem trazido desgastes à profissão, que antes não eram comuns.

A senhora Divina traz como quesito de permanência do aluno na escola a necessidade do aumento do valor do Programa Bolsa Família. Diz ser importante ter uma profissão e um trabalho formal, apesar de nunca ter tido essa condição de trabalho. As expectativas quanto à obtenção de um trabalho formal para famílias socialmente excluídas do mercado tornam-se cada vez mais distantes, diante das dificuldades originadas pela crise econômica e baixo grau de escolaridade das famílias desses alunos. Sem registro, sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas, vão se virando do jeito que podem, com atividades informais e subempregos, prestação de serviços temporários, bicos, vendas ambulantes, etc. e, dessa forma, vão sobrevivendo.

Conforme disse a senhora Divina, a sua filha Selma já está querendo arrumar um serviço, e mesmo não tendo condições de ajudar a filha em suas necessidades, não concorda com a decisão dizendo o seguinte: “mas eu digo, não tem estudo, como é que faz? Não vai arrumar emprego que presta não, tem que estudar!”.

Como se pode perceber, as necessidades básicas não atendidas fazem com que alguns estudantes sejam pressionados a abandonar a escola, e pelo que foi constatado, a estudante Selma pode apresentar implicações para se manter em condições favoráveis para continuar os estudos.

Com base nas palavras de Kaloustian e Ferrai (1994), é possível afirmar que por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial.

Ao abordar essa questão, se faz pertinente a análise do Brasil Mec (2014, p. 1) certificando de que:

[...]. Devemos lembrar, mais uma vez, que as pessoas em estado de extrema pobreza são as mais vulneráveis, as mais expostas a não possui nenhuma possibilidade de se autonomizar, mesmo nos sentidos mais primários, como o de fazer escolhas mínimas relativas ao tipo de vida que gostariam de levar, por exemplo: escolher o companheiro de vida, decidir o número de filho que se quer ter, desenvolver uma vontade própria em relação à família e à vida, em geral.

As pessoas pobres, ao se encontrarem à margem da sociedade e em processo de exclusão social, carência de bens e serviços essenciais, poderão se deparar com impedimentos quanto a autonomia familiar e à própria vida, e quanto mais intenso for essa realidade, mais dificuldades terão para estudar.

3.8 Tempo Livre: o que acontece?

Quanto ao tempo livre na vida das famílias com as quais se desenvolveu a pesquisa, constatou-se que elas não praticam nenhum tipo de atividade voltada para a diversão, por não possuírem condições financeiras.

Conforme descreveram as mães, as expectativas quanto ao lazer são poucas e, pelo que foi demonstrado, não há investimentos nessa área que possam ser impactantes para mudar a realidade dos moradores da região Noroeste de Goiânia.

A senhora Romilda alega ser envolvida com a igreja. Trabalha muito e o tempo livre é mais dispensado à religião. Assim diz:

[...] a gente se envolve muito na obra de Deus né! Então tudo que envolve na obra nós estamos dentro. Então assim, não somos muito assim de... quando nós praticamos é uma saída, uma chácara, é mais ou menos essas coisas assim, mas é uma vida mais envolvida na obra de Deus.

Para a mãe de Thiago, ter dinheiro para o lazer é quase impossível, se refere a não ter nenhuma instituição que ofereça possibilidade de recreação para as crianças se divertirem no bairro, e para levá-los ao cinema ou em outro lugar nunca tem dinheiro. Assim, explica a entrevistada:

[...] é difícil pra gente levar em algum lugar, porque hoje em dia tudo é caro, tudo depende de dinheiro e pra mim aqui em casa, não dá porque eu tenho problema de saúde, eu não posso trabalhá, só meu marido trabalha, então é difícil pra leva-los pra passear. Eles ficam em casa mesmo, assim... não sobra não, não tem um setor, nada pra eles ir perto daqui, não tem uma atividade pra eles divertirem assim... não tem nada.

O investimento do Estado em opções de lazer é insignificante e tem sido alvo de críticas dos moradores da região, principalmente dos bairros mais afastados. É importante ressaltar que as áreas de atuação do poder público demandam diferentes tipos de políticas, o que significa dizer que a expansão das políticas públicas deve abranger também o investimento no campo do entretenimento e lazer. Considerando que o lazer é um direito Constitucional, o poder público tem por obrigação criar programas e atividades relacionadas à promoção de crianças e famílias socialmente excluídas, sendo que a criação desses programas deve ser, inclusive, estimada como forma de promoção social.

O acesso às políticas de lazer e as demais políticas à população de baixa renda promove uma melhoria na qualidade de vida dos que não tem condições de acessar esse direito. Conforme explica a assistente social Marilene Maia, coordenadora do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos *apud* Fritzen (2018, p. 01):

[...] essas políticas são importantes por mediar o desenvolvimento da sociedade e das capacidades humanas. Elas são mediações garantidoras dos direitos humanos e de cidadania, de acesso universal, construídas na relação do Estado com a Sociedade.

Neste sentido, a autora complementa:

Para conseguir compreender os benefícios atribuídos para a sociedade e as responsabilidades do Estado para com a população, é preciso também entender e analisar as políticas públicas do país. Muitas vezes confundidas ou até mesmo ignoradas, elas são essenciais para o desenvolvimento humano, formação da cidadania e promoção de igualdades. (IBIDEM, 2018, p. 01).

Refletindo mais sobre a questão, pode-se dizer que é possível tornar a realidade das famílias menos limitada no acesso a esses bens e serviços, por meio de projetos e políticas públicas voltadas para promoção do lazer, melhoria das condições de convivência no bairro, com praças, parques, centros comunitários, projetos sociais e outros, próprios da condição do poder público em oferecer.

Analisando a condição de vida de cada indivíduo, relacionada às carências estudantis, fracasso escolar e exclusão social, Sposati (2000, p. 1) observa que:

Exclusão social e fracasso escolar configuram duas situações negativas e o resultado da relação entre ambas é a precariedade. Pensado desta forma, em um parágrafo estaria encerrado o debate: quanto mais exclusão social, mais fracasso escolar e vice-versa. Considero, porém, que essa leitura causal, e que não deixa de ter razão, mecaniza a análise, cria a justificativa e com isso retira a questão da dinâmica da vida e do viver. Em outras palavras, a leitura causal, ainda que concreta, leva à naturalização da questão: há fracasso porque há exclusão, ou vice-versa. Aliás, já ouvimos de várias autoridades essa consideração. Essa naturalização tem seu registro de nascimento abonado pelas teses neoliberais. Afinal, como dizia Adam Smith, se os dedos das mãos são desiguais, por que os homens não o serão?

A tentativa de provar a verdadeira causa da evasão, tem se tornado um desafio para os pesquisadores, pelo fato de opor a retórica ideológica burguesa do mérito e do esforço, pois, como assevera Sposati, as teses neoliberais têm tratado o fracasso escolar, como sendo natural à própria condição de classe e de exclusão.

A evasão escolar não é um fenômeno natural, são as próprias condições de vida e de desigualdade social que a determinam. Para reverter seus índices, a primeira coisa é entender que ela é passível de mudança e reversão. Que há uma série de fatores, mas o principal, de início, é o investimento nas condições de acesso e permanência na escola, desde a vaga disponível, ao transporte e aos diversos carecimentos que precisam da intervenção da política social.

A realidade vivenciada por dona Florinda expõe uma situação de privação comum entre essas famílias:

Nós não praticamos nenhuma atividade, nosso bairro não tem um campinho para as crianças brincarem, nosso bairro não tem uma praça, aqui nós não temos nada, e aonde tem nós não podemos ir, porque nós não temos dinheiro pra levar nossas crianças. Nós chegamos lá, eles querem tomar um sorvete, nós não temos dinheiro pra pagar, quer uma pipoca nós não temos um dinheiro pra comprar e, até mesmo, as vezes, não temos dinheiro nem para a entrada no parque para as crianças brincarem. Então passa o ano novo, passa o natal, passa o dia das crianças em casa mesmo, não temos condições.

As dificuldades apresentadas pelas famílias dos alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus permitem concluir que a falta de condições financeiras, o não acesso às políticas públicas de transporte e as diversas precariedades e privações porque passam as famílias e seus filhos, são determinantes para o baixo desempenho escolar e para o risco iminente e recorrente de evasão.

A evasão, portanto, não é um ato deliberado e pessoal, de vontade própria, ao contrário, compõe a lógica de exclusão social, no âmbito da educação,

[...] sem que esses elementos estejam presentes, pode transformar-se numa posição política extremamente conservadora na medida em que desvia a atenção dos problemas que estão na raiz da miséria, da fome e da morte de tantas crianças no Brasil. (TOMAZI, 1997, p. 167)

Dona Luci não pratica nenhuma atividade diferente com a família, estando este fato relacionado com a falta de opção. Descreve a respeito das condições em que vivem no bairro da seguinte forma:

[...] aqui próximo de casa não tem um campo de futebol, não tem uma praça, o que tem tá todo aterrado e é próximo de matagal, de morro, mas a gente não costuma praticar nada não, por falta de opção, porque não tem opção e dinheiro.

O direito ao lazer, é garantido pela Constituição referenciados nos artigos 6º, Caput, artigo 7º, IV, artigo 217, parágrafo 3º, e artigo 227. Desse modo, o Poder Público é obrigado a fornecer meios para que os indivíduos, trabalhadores ou não, possam gozar e usufruir do lazer.

Nas camadas sociais de baixa renda, os indivíduos normalmente não dispõem de mecanismos para garantir o lazer, e mesmo sendo obrigação do Estado proporcioná-los em todos os níveis da federação, esse direito é denegado pelo poder público. Como se percebe, as dificuldades dessas famílias para terem acesso ao divertimento é grande, levando em conta os aspectos financeiros e a falta de projeto e políticas para o entretenimento e lazer.

Pelo fato de a violência acometer em altos índices no Jardim Floresta e apresentar ameaças constantes, para a família de dona Vera, nos finais de semana, ficar em casa é rotina. Ao explicar que a renda familiar mal dá para o sustento da própria família e que em casa só o marido trabalha, diz não ter condições financeiras

para proporcionar lazer para os filhos, sendo que a distração da família é assistir televisão, frequentar a casa da mãe e, às vezes, a do vizinho.

Ao tratar dos aspectos que envolvem distração e divertimento das famílias entrevistadas nessa pesquisa, pode-se dizer que são dois os maiores obstáculos: a falta de dinheiro e o descaso do poder público para com a oferta de serviços e espaços adequados.

Estes espaços, de responsabilidade do Estado, são de fundamental importância para a qualidade de vida das pessoas, principalmente as de menor poder aquisitivo, pois, pelo fato de se tratar de espaços livres e abertos, tais como ruas, praças, quadra de esporte e recreação, parques e outros, podem se tornar ricas opções de convivência e melhor qualidade de vida nas regiões.

Observando a importância desses espaços, Lima (2006) assegura que:

Enfatizar a importância social do lazer requer um entendimento dos espaços públicos como necessário ao convívio e ao encontro, e o despertar para consciência de que o espaço urbano equipado e conservado para o lazer é indispensável para vencer diferenças pela solidariedade, o que possibilita uma vida melhor para todos (LIMA, 2006, p. 88).

Assim sendo, o lazer deve-se fazer presente na vida de todos e proporcionar o bem-estar social, desenvolvimento físico, mental e integral. Apesar de fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, o lazer não é uma realidade comum a todos os indivíduos, como foi observado na pesquisa empírica através de relatos pelas famílias.

Mediante tal situação, constitui-se de grande relevância a materialização do lazer para as famílias carentes, visto que o Estado, os Municípios, em parceria com a União devem proporcionar aos trabalhadores e população em geral, o direito garantido por lei.

O quadro de pobreza que acomete as regiões mais vulneráveis, requer maiores investimentos e garantia dos espaços urbanos bem equipados e conservados, de forma que o entretenimento, atinja o maior número de cidadãos, assegurando às diversas camadas sociais, comunidades e, em especial, a Região Noroeste de Goiânia, esse importante benefício.

Conforme descrevem as mães, as condições financeiras são poucas e, pelo que foi demonstrado, não há investimento público, para que se tenham expectativas de mudanças quanto às oportunidades de lazer, aos moradores da região Noroeste de Goiânia.

A realidade quanto ao lazer dos moradores do setor Morada do Sol não é diferente dos moradores dos demais setores da região: “Aqui necessitava ter, pelo menos, um parque para as crianças brincarem, mas não tem é nada, nem rua asfaltada tem, e como é que a gente sai se nem dinheiro para pagar ônibus a gente tem?!”, expõe uma mãe.

Diante do que foi colocado pelas famílias de alunos e ex-alunos matriculados no Centro de Ensino em Período Ismael Silva de Jesus, percebe-se que a pobreza significa uma barreira no sentido de materializar a educação, saúde, habitação, alimentação, lazer e outros direitos.

Entende-se que, para haver uma educação de qualidade, com menor risco de evasão escolar, as políticas sociais direcionadas à região analisada precisam ser discutidas com veemência, compromisso e resolutividade pelos governantes, devido a origem desse problema estar associado às questões de ordem econômica, política e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreensão do processo de reprodução do fenômeno da evasão escolar no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, se deu, fundamentalmente, com a contribuição das pessoas que vivem as condições da região, dos bairros, da escola e, sobretudo, a realidade dura de um cotidiano de desemprego, subemprego, falta de recursos financeiros, sociais, culturais e públicos para viver a vida em padrões de dignidade minimamente aceitáveis.

Assim, o esclarecimento das condições de existência e de vida das famílias dos alunos matriculados na referida unidade de ensino foi fundamental para compreender as circunstâncias onde se desenvolvem a relação desses estudantes com a escola. A evasão, como fenômeno, é socialmente determinada na vida dessas pessoas. São vários e articulados motivos, intrinsecamente relacionados ao caráter estrutural do modo de produção capitalista, em realidades como no Brasil, que confinam classes sociais num círculo geracional de transmissão dessa condição, impedindo o acesso aos direitos sociais fundamentais como trabalho, saúde, lazer e educação, dentre outros direitos básicos não assegurados.

A presente conformação do processo de produção capitalista, propulsora de acumulação máxima do capital, que no Brasil alia-se aos efeitos deletérios da recente reforma trabalhista, esta retira direitos da classe trabalhadora e favorece os donos do capital, vem diminuindo, dia a dia, os postos de trabalho, com maior exigência de mão-de-obra qualificada, com menos tempo livre, piores condições, maior informalidade e menores rendimentos. Essa configuração histórica e contemporânea é perversa e determinante para agravar a realidade de vida dessas famílias que apresentam trajetórias muito excludentes e já muito difícil de reverter com o Estado capitalista brasileiro.

As condições de aprendizado desses alunos tangenciam-se com a situação de uma grande parcela da população no Brasil e se relaciona ao processo de desqualificação social, com pauperismo e miséria no âmbito das relações sociais capitalistas.

Atingidas pelo desemprego e subemprego estrutural, muitas famílias necessitam contar com a ajuda de seus filhos no sentido de recorrerem às várias estratégias de sobrevivência para o atendimento das necessidades imediatas, especialmente pelo fato de não disporem de apoio público adequado para atenderem às suas necessidades.

Nesse sentido, Gomes e Pereira (2005) colaboram ao dizer que há que se buscar a justa distribuição de renda, ante um quadro de pobreza e miséria, que seja capaz de garantir aquele mínimo de dignidade sem o qual o indivíduo será considerado em situação de indignidade. Assim sendo, para superar o problema da evasão, quando intrínseco à condição de pobreza, torna-se fundamental desenvolver ações, serviços e políticas que melhorem a distribuição de riqueza, garantam estratégias indutoras de garantia de acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e proteção integral às crianças e adolescentes de todo o país.

A realidade de vida dos alunos conhecida nessa pesquisa, revela uma intensa degradação das condições de sobrevivência destes e de suas famílias, em padrões inaceitáveis desde um ponto de vista ético-moral de civilidade, o que demonstra a incapacidade do Estado em mudar a situação educacional do país, sem adequados investimentos públicos. A continuar como estão, esses alunos têm muito menos probabilidade de obterem êxito escolar e chegar a uma universidade, rompendo com o ciclo de muita pobreza e baixa escolaridade dos seus ascendentes.

As condições de vida impostas às famílias dos alunos do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, tangidas pelas carências materiais, se justapõem aos fatores de ordem econômica e social, visto que o Estado brasileiro não toma para si a efetiva responsabilidade de gerar mecanismos de inclusão dessas famílias no circuito de oportunidades, potencializam as ameaças para a evasão escolar na região.

Os investimentos públicos voltados para a qualidade de vida dos moradores do Bairro da Vitória e bairros adjacentes são poucos, haja vista que a evasão escolar também encontra fundamento nas precárias condições de estrutura desses bairros, justificada pelas incertas e, até mesmo, ausência de transporte urbano e estudantil.

Para além do desemprego, subemprego, renda insuficiente, informalidade e incertezas que desdobram nos meandros da luta pela sobrevivência, dificultando o acesso à educação para os filhos das famílias desta pesquisa, faz-se necessário ressaltar alguns aspectos observados e relatados durante à exposição das mães, podendo, assim, serem sintetizados:

- mudanças de endereço, atribuídas às próprias condições de vida das famílias;
- dificuldades no aprendizado, supostamente agravadas pelas condições socioculturais dos alunos;

- ausência de creches, pois na falta de acesso a esse importante equipamento para as famílias de baixa renda, os filhos mais velhos tendem a ficar em casa para cuidar dos irmãos, ausentando-se da escola;
- desinteresse pelos estudos, podendo ser ocasionado pela falta de condições de igualdade de aprendizagem;
- instabilidade financeira e severa insuficiência de renda, originadas nas condições de trabalho dos pais;
- ausência de políticas públicas voltadas para as necessidades da região;
- carência de infraestrutura urbana;
- problemas de saúde em família;
- conflitos entre professor/aluno;
- gravidez na adolescência, com constrangimento social e dificuldade de conciliar estudos e maternidade;
- violência na região;
- ausência e precariedade de transporte público;
- dificuldades de acesso à unidade de ensino;
- baixo grau de escolaridade dos pais e pouca valorização da educação para os filhos;
- ausência de lazer e convivência social e comunitária, afetando a qualidade de vida coletiva e as possibilidades de organização da população.

Os fatores acima descritos, condicionantes da evasão escolar, tem como principal causa as privações materiais, as quais afetam os estudos, tendo em vista as situações de vidas das famílias dos alunos em questão.

Tomando por base a pesquisa empírica realizada no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, é correto afirmar que as condições socioeconômicas, socioculturais e sociopolíticas, às quais os alunos estão submetidos interferem na evolução de seus estudos.

Diante das novas nuances às quais tem submetido o processo de ensino, no contexto das relações que envolve escola e trabalho e, sobretudo, diante da existência da Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os gastos públicos, sendo estes insatisfatórios e ineficientes, com o agravante dos cortes ocorridos no atual governo do País, sob o comando do Poder Executivo Federal, o Presidente Jair Bolsonaro, presume-se que a esfera pública educacional não oportunizará e nem

promoverá um ensino de iguais condições para todos. Ao contrário, se essa situação do financiamento público não se reverter, o país terá aprofundada a já tão abismal distância de condições de educação entre as classes sociais, gerando ainda mais pobreza, desigualdade, esgarçamento do tecido social e violência.

Além disso, continua o projeto de saber elaborado na concepção de reprodução capitalista, que traduz a percepção de uma determinada classe social e será utilizada em seu benefício, nesse caso, em benefício da classe burguesa, sempre, e em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Os alunos que enfrentam os desafios da falta de qualidade de vida internalizam, desde os anos iniciais de estudos, a condição de trabalhadores-estudantes. Essas condições se perpetuam constantemente nos meandros entre o capital e trabalho, garantido o exército de mão de obra, mesmo sendo ela desqualificada, para que se afiance o lucro para os capitalistas.

O modo de reprodução capitalista está diretamente relacionado com as desigualdades sociais, as quais tem causado a evasão escolar, donde pode-se apreender que as políticas públicas planejadas pela ideologia liberal nunca vão conseguir, até porque não constitui seu objetivo, assegurar aos alunos/estudantes o direito à educação.

Experimentar uma realidade nada agradável nas escolas, quanto ao elevado índice de evasão que se constata ao final de cada ano, leva-se à indignação, como demonstra Freire (1999, p. 35):

Em primeiro lugar, eu gostaria de recusar o conceito de evasão. As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares são expulsas da escola – não, obviamente, porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa este ou aquele aluno ou os reprove. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de empasses e de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito.

A agenda neoliberal, constituída pelo conceito de renda mínima e privatização dos programas sociais, tem direcionado minimamente no campo social. Tanto assim, que o Programa Bolsa Família, tão citado pelas famílias entrevistadas, não alcança a todos que precisam e nem paga valores significativos para reverter a realidade de extrema privação de quem o recebe. Sobre esses apontamentos, Viana (2006, p. 102), assinala que:

[...] o fundamento das políticas públicas são os interesses gerais do capital e as necessidades de acumulação capitalista. Desse modo, o Estado Neoliberal realiza medidas paliativas visando apenas conter os conflitos sociais, se legitimando e incorporando medidas ínfimas de políticas públicas.

Diante da constatação da falta de acesso às políticas sociais, pelos estudantes do Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, conclui-se que esses estudantes e suas famílias necessitam urgentemente de apoio concreto, materializado em direitos sociais, os quais poderão fazer a diferença de fato na vida estudantil, uma vez que, segundo Rego e Pinzani (2013, p. 35):

A pobreza é estigmatizada como uma situação humilhante que - quaisquer que sejam suas causas impõe silêncio e vergonha aos que nela se encontram. Tudo isso torna praticamente impossível aos pobres levantar sua voz, pois para tanto precisariam de um nível mínimo de autoestima que lhes é negado, de várias maneiras, pela imagem negativa mencionada e que os mesmos tendem a interiorizar.

A impotência dessas famílias para enfrentar individualmente os seus problemas sociais e educacionais, tendo em vista a desumanização e degradação das condições de vidas, vem de encontro aos desafios e necessidades que o Estado tem de adotar, medidas de implementação da distribuição de riquezas, com respaldo em projetos sociais verdadeiramente voltados às reais necessidades da população. Porém, a atual conjuntura do país não é nada animadora nessa direção, pois o governo vem aprofundando, a passos largos, a direção neoliberal do Estado capitalista, com graves consequências para o Estado (anti) Social.

O percurso realizado nessa pesquisa permite dizer que a evasão escolar no Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus trata-se de um fenômeno educacional/social complexo, o qual necessita de urgente política de enfrentamento, com ênfase nas diversidades dos sujeitos que se matriculam na escola, com o risco de abandono escolar.

Entende-se que as famílias abrangidas no estudo, por se encontrarem em condição de classe trabalhadora de baixa renda, apresentam imensos obstáculos para garantirem a presença qualificada dos filhos na escola, e mesmo diante da pretensa universalização do ensino na raia constitucional, muitos ainda não conseguem estudar se tornando vítima do trabalho infantil, do preconceito e do afastamento definitivo do ambiente escolar. A pobreza obriga a menina a cuidar dos

irmãos mais novos, a não frequentar a escola, dada a condição de trabalho dos pais e a falta de recursos financeiros para chegar até à unidade de ensino, e outros reais motivos.

Enfim, conclui-se nesta pesquisa, que o problema “evasão escolar” existe, de fato. Dos quatro alunos investigados no ano de 2017 que deixaram de frequentar o Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, ainda que consta sua transferência no ano de 2017, como demonstrou o documento oficial da unidade escolar no ano seguinte, em 2018, dois desses alunos já não frequentavam mais nenhuma instituição de ensino. Em relação aos quatro mais faltosos matriculados no primeiro semestre de 2018, a pesquisa aponta que existe probabilidade e risco iminente de se tornarem evadidos.

Em uma sociedade onde a pobreza e as desigualdade são muito evidentes, preocupa não só a injustiça social, mas também as consequências e perdas que essas desigualdades irão trazer aos indivíduos no processo do ciclo reprodutivo dessa mesma sociedade, se perpetuando essa mesma condição de vida, ou seja, crianças e jovens nascidos nesse círculo de pobreza têm a maior probabilidade de se tornarem evadidos da escola, excluídos da educação, e se tornarem as unidades familiares mais pobres de amanhã.

A condição de pobre faz com que crianças e jovens não frequentem adequadamente a escola. Admite-se que o processo de escolarização pública no Brasil, como desafio de assegurar uma educação de qualidade para todos, precisa estar articulado com a questão do enfrentamento das desigualdades sociais, e que a concepção de pobreza somente compreendida pelo viés educacional pode mascarar toda sua complexidade enquanto questão social, política e econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. (Org.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para as políticas públicas. Brasília: Unesco; BID, 2002.

ALMEIDA, M. A. **Programa Bolsa Escola**. Instituto Polis, Dicas, São Paulo, n. 75, p. 1-2, 1996. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/programa-bolsa-escola>. Acesso em: 15 abr. 2016. Acesso em: 1º março 2019.

ALMEIDA, N. L. T. de. **Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais hoje**. In: CAMPOS, E. B. et al. **Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação. Conselho Federal de Serviço Social – Grupo de Trabalho de Educação**. Brasília, 2011.

ALMEIDA, N. L. T. **O Serviço Social na educação**. Revista Inscrita. n. 6. Brasília: CEFESS, 2000. p. 19-24.

ALVES, D. J; ONITSUKA, R. K. **A Pedagogia Histórico-Crítica como caminho para uma educação emancipatória** (2006). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/5/artigo_simposio_5_63_dalton2006@gmail.com.pdf. Acesso em: 08 abril 2019.

AMMA. **Parques e Bosques. Prefeitura de Goiânia**, (2015) p. 1-17. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.asp?s=2&tt=con&cd=1265> Acesso em: 24 fev 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ANTUNES, R. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal**. In: DOURADO, Luiz Fernando; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas públicas & educação básica**. São Pualo: Xamã, 2001. p. 13-27.

APEOESP. **Conversas sobre a carreira**. São Paulo, [2012]. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/carreira-do-magisterio/conversas-sobre-a-carreirado-magisterio/>. Acesso em: 03 fevereiro 2019.

ARAÚJO, I. M de. **Trabalho, Desenvolvimento, Educação**: Processos sociais e ação docente: Fascículo 2 – Desenvolvimento: Uma proposta para emancipação social. Fortaleza. Expressão Gráfica e Editora LTDA, 2009.

ARAÚJO. V. FLORES. P. **Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil**. Revista de Sociologia e Política. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n63/0104-4478-rsocp-25-63-0159.pdf>. Acesso em: 18 janeiro 2019.

BELVING, E. R e BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca Básica de Serviço Social; V. 2).

BEZERRA, M e MARTINS, L. **Escolarização dos pais é decisiva no nível educacional dos filhos, diz IBGE**. Do UOL, em São Paulo (2017). Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2017/12/15/so-46-dos-filhos-de-pais-sem-ensino-fundamental-tem-diploma-no-brasil.htm>. Acesso em: 30 Out 2019.

BRASIL. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**, p. 1. Disponível em: <https://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/234>. Acesso em: 01 março 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM. Acesso em: 16 set 2019.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (1990). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 16 Nov 2019.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 24 Out 2019.

BRASIL. **O índice de pobreza no Brasil aumentou 11%: entenda o que isso representa!**. s.d. Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/ indice-de-pobreza-no-brasil/>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 1º março 2019.

CALÇADE, P, *et al.* **Médias mundiais e diferenças entre municípios**. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11890/quanto-custa-um-aluno-no-brasil>. Acesso em: 1º março 2019.

CAMINI, L (coord.) *et al.* **Educação Pública de qualidade social: conquistas e desafios** / Lucia Camini. – Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMINI, L **A priorização da família na agenda da política social**. (pp. 93-108). *In* KALOUSTIAN, S. M. (Org). **Família brasileira: a base de tudo**. 7. Ed. São Paulo: Cortez. Brasília. Unicef, 2005.

CARVALHO, M. C. B. de. **Família e Políticas Públicas**. *In*: ACOSTA, A. R.; VITALES, M. A. F. (orgs). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

CASSINI, L. A. **Concepção de pobreza subjacente ao programa Bolsa Família nos governos Lula: rumo à construção da cidadania?** *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 7, p. 69-86, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/966/705>. Acesso em: 10 fevereiro 2019.

CFESS. **Serviço Social na educação**. Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS na Educacao \(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS na Educacao (2001).pdf) Acesso em: 24 fevereiro 2018.

COÊLHO, I. M. **Escritos sobre o sentido da Escola**. Mercado das Letras. Campinas. São Paulo. 2012.

CRUZ, R. C. da. **A Região Noroeste de Goiânia: De Grande Bolsão de Pobreza à Nova Classe Trabalhadora**. 2015. (Dissertação). Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5019/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Renatha%20C%C3%A2ndida%20da%20Cruz%20-%202015.pdf>. Acesso em: 24 janeiro 2019.

CRUZ, R. C. *et al.* **Da Esperança ao Triunfo: o estudo da formação de uma nova classe trabalhadora de Goiânia (GO)**. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Documents/EDUCA%C3%87%C3%83O/Entre%202009%20e%202010,%20quase%20dobrou%20a%20quantidade%20de%20condom%C3%ADnios%20horizontais%20em%20Goi%C3%A2nia.pdf> Acesso em: 12 março 2019.

CUNHA, L. A. **Ensino Médio e Ensino Profissional: da fusão à exclusão**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 20., 1997, Caxambu.

DAVIES. N. **A Conferência Nacional de Educação (CONAE) e suas fragilidades**. Revista HISTEDBR On-line. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/39/doc02_39.pdf Acesso em: 21 dezembro 2018.

DOURADO, L. F. **Elaboração de políticas estratégicas para a prevenção do fracasso escolar**. Documento Regional BRASIL: Fracasso Escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar, 2005. Acesso em: 06 setembro 2018. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwip3P7MofPfAhVPgK0KHVTfB3sQFjAAeqQICRAC&url=https%3A%2F%2Fwww.oei.es%2Fhistorico%2Fquipu%2Fbrasil%2Fsistema_nacional_formacion_profesores.pdf&usq=AOvVaw2Uie9dqgbSGJnrNoSuhCmV. Acesso em: 05 de janeiro 2019.

DUARTE, C. S. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

FALCKE, D. & WAGNER, A. **A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos** (2005). In WAGNER. A. (Org), **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares (pp. 107-121). Porto Alegre: EDIPUCRS.

FALEIROS, V de P. **O que é Política Social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FERNANDES, C. D; SOUZA, M. F. **O papel do educador diante da agressividade, violência e comportamento anti-social**. 2016. Disponível em: <http://fundacao telefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/colunistas/o-papel-do-educador-diante-da>

-agressividade-violencia-e-comportamento-anti-social/. Acesso em: 20 fevereiro 2019.

FERNANDES, Daniela. **Educação: Brasil está entre os que menos gastam com ensino primário, mas tem investimento 'europeu' em universidade, diz OCDE** (2017) Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41236052> Acesso em: 05 de janeiro 2019.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRA FILHO. M. G. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e Evasão Escolar**. 2013. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientação-escolar/fracasso-evasão-escolar.htm>. Acesso em: 08 setembro 2018.

FRAGA, C. K. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 101, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/04.pdf>>. Acesso em 10 novembro 2018.

FRANÇA. K. M; TELES. M. A. P. **ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS: leituras e perspectivas na era contemporânea**. VII Jornada Internacional Políticas públicas. (2015). Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo8/estado-politicas-publicas-e-sociais-leituras-e-perspectivas-na-era-contemporanea.pdf>. Acesso em: 08 setembro 2018.

FREIRE, P. **A Educação na cidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. Rio de Janeiro: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, Out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>. Acesso em: 08 julho. 2018.

FRITZEN, N. **Para entender a importância das políticas públicas** (2018). Disponível em: <https://medium.com/betaredacao/para-entender-a-import%C3%A2ncia-das-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-e54810540669>. Acesso em: 05 de janeiro 2019.

GENTILLI, P. **Neoliberalismo e educação: Manual do usuário**. In: GENTILI, P. e SILVA, T.T. Escola S.A. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.

GOIÁS. **Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE)**. Governadoria. Resolução. (2017). Disponível em: <https://www.cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Proposta-Resolu%C3%A7%C3%A3o-Educa%C3%A7%C3%A3o-B%C3%A1sica-1.pdf>. Acesso em: 19 janeiro 2018.

GOMES. Mônica Araújo; PEREIRA. Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas Socially vulnerable families: a public issue (2005). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>. Acesso em: 9 março 2019.

GOMES. Mônica Araújo; PEREIRA. Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social**: uma questão de políticas públicas. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>. Acesso em: 9 março 2019.

GOUVEIA. A. **Teto de gastos inviabiliza a implementação do plano nacional de educação (s.d)**. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/teto-de-gastos-inviabiliza-pne/>. Acesso em: 1º março 2019.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n. 3 (Jan. / Jun 2001).

IAMAMOTO, M. V. **O serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. Ed. – São Paulo: Cortez. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados - Censo Demográfico e Contagem da População. In: IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/senso-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em abril de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados - Censo Demográfico e Contagem da População**. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/senso-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em abril de 2019.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. Instituto Mauro Borges SEGPLAN Goiás. Gerencia de estudos socioeconômicos e especiais 2018. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/releases/censo-escolar-educacao-basica/censo-escolar-educacao-basica-2017.pdf> Acesso em: Acesso em: 05 de janeiro 2019.

KALOUSTIAN S. M. e FERRARI M. 1994. **Introdução**, p. 11-15. In SM Kaloustian (org.) Família brasileira a base de tudo. São Paulo: Cortez-Unicef. Brasília.

LEIJOTO e MELO. **Pais desocupam escola na região noroeste**. Jornal O Popular. Cidades (2016). Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/pais-desocupam-escola-na-região-noroeste-1.1027601>. Acesso em: 1º março 2019.

LEIJOTO e MELO. **Pais desocupam escola na região noroeste.** Jornal O Popular. Cidades (2016). Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/pais-desocupam-escola-na-região-noroeste-1.1027601>. Acesso em: 1º março 2019.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Teoria dos direitos fundamentais sociais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LENSKI, T. **Direito à permanência na escola:** a Lei, as políticas públicas e as práticas escolares. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRS, Porto Alegre, 2006.

LIMA, D. M. M. C de. **O espaço de todos, Cada um no seu lugar:** o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal. Natal, 2006.

LOPES, E. M. S. **Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. Serviço Social em Revista.** Londrina. Ano 2006. Volume 08. n. 02.

MACENO, T. E. **Educação e universalização no capitalismo.** São Paulo: Baraúna, 2011.

MARCENARO. A. **O Estado Social e a Evolução dos Direitos Sociais nas Constituições Brasileiras.** (2017). Disponível em <https://amandamarcenaro.jusbrasil.com.br/artigos/378045784/o-estado-social-e-a-evolucao-dos-direitos-sociais-nas-constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 26 Ago 2016.

MARCHESI, A. **O que será de nós, os maus alunos?** Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARIANO, R e MORENO, B. **Evasão escolar favorece a entrada de jovens no mundo do crime.** 2017. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/evas%C3%A3o-escolar-favorece-a-entrada-de-jovens-no-mundo-do-crime-1.492943>. Acesso em: 19 janeiro 2018.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em: Acesso em: 24 fevereiro 2018.

MARQUES, M. **O fantasma da evasão escolar.** 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=278155>. Acesso em: 1º março 2019.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Os assistentes sociais e a educação no estado de São Paulo: processo de construção da pesquisa. pp. 31-49.

MARX, K. **As crises econômicas do capitalismo.** São Paulo: Acadêmica, 1988.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro. Tomo 2. Editora Nova Cultura, 1996.

Mauro Borges/Segplan-GO/**Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais** - 2018.

MEC. 4. **Renda monetária e autonomia individual**. (2014). Disponível em <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/capitulo4.html>. Acesso em: 24 Out 2018.

MEDEIROS, L. **A Criança da Favela e a sua Visão do Mundo: uma contribuição para o repensar da escola**. São Paulo: Dois Pontos Editora Ltda., 1986.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZAROS, I. **A Educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed. 2003.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

MOVIMENTO ESTUDANTIL POPULAR REVOLUCIONÁRIO. **Goiânia: ocupação e resistência no residencial JK**. 25 de junho de 2012. Disponível em: <http://mepr.org.br/index.php/2012/06/29/goiania-ocupacao-e-resistencia-no-residencial-jk/>. Acesso em: 24 fevereiro 2018.

MOYSÉS, A. **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

NETO, J. P; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

NETO. J. P. **Histórico da Política de Assistência Social (1998)**. Disponível: em <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/4a46f022-05a3-4410-9627-6c9151ca6621.pdf>. Acesso em: 1º março 2019.

OLIVEIRA, M. K de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1999. p. 59-73. 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n12/n12a05.pdf>. Acesso em: 24 fevereiro 2019.

PARO, V. H. **Administração escolar**. São Paulo. Cortez, 2002.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo. T.A. Queiroz, 1996.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEREIRA, P. A. **Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais** – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Base cartográfica: MUBOG (2012)** Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em: 10 fevereiro 2019.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP. 2013.

REIS, E. M. **7 milhões de estudantes têm dois ou mais anos de atraso escolar**. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/7-milhoes-de-estudantes-tem-dois-ou-mais-anos-de-atraso-escolar>. Acesso em: 03 fevereiro 2019.

REMÍGIO, M.; MARTIN, I. **Transporte escolar ruim compromete segurança e aumenta evasão de alunos**. G1 Política, Rio de Janeiro, 4 nov. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/08/deficiencia-no-transporte-escolar-resulta-na-evacao-de-alunos-diz-seed.html>. Acesso em: 03 fevereiro 2019.

REVISTA VEJA. **Baixa escolaridade triplica chance de desemprego, diz OCDE**. Veja, Rio de Janeiro, jan. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/baixa-escolaridade-triplica-chancede-desemprego-diz-ocde/>. Acesso em: 19 fev 2018.

RUMBERGER, R.; LIMA, S. A. **Why students drop out: a review of 25 years of research**. California Drop out Research Project, Policy Brief 15, University of California, 2008. Acesso em 08 setembro 2018.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMPAIO, M. M. F; MARIN, A. J. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez., 2004.

SANTANA, V. **Alunos que protestam contra OSs deixam 4 escolas ocupadas, em GO**. Estudantes ainda continuam em outras 23 unidades de ensino. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/01/alunos-que-protestam-contr-oss-deixam-escolas-ocupadas-em-go.html>. Acesso em 26 ago. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgman. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 55.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 11.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SEDUCE. **Projeto Político Pedagógico**. Centro de Ensino em Período Integral Ismael Silva de Jesus, 2017.

SILVA, M. M da. **Condições de vida e estratégias de sobrevivência de famílias em situação de pobreza absoluta. (Dissertação)**. Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – DF, março de 2000.

SPOZATI, A. **Exclusão Social e Fracasso Escolar**. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/CLAUDETE/Documents/EDUCA%C3%87%C3%83O/EXCLUS%C3%83O%20SOCIAL%20E%20FRACASSO.pdf> Acesso em: 24 janeiro 2019.

TOMAZI, N. D. **Sociologia da Educação**: 3. ed. São Paulo, Atual: 1997.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. **Laboratório de demografia e estudos populacionais**. 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2013/03/15/brasil-tem-3%C2%AA-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud/> Acesso em: 03 março 2019.

UOL. Educação.uol.com.br. **Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>. Acesso em: 22 dezembro 2018.

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VELASCO, M(a). **Após anúncio de fechamento de escolas em Goiás, quase 500 mil alunos voltam às aulas na rede estadual de ensino**. 2019a, disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/01/21/mais-de-100-mil-alunos-voltam-as-aulas-nas-escolas-municipais-de-goiania.ghtml> Acesso em 29 janeiro 2019.

VELASCO, M(b). **Para economizar recursos, governo vai fechar 18 escolas estaduais em Goiás, diz secretária**. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/01/19/para-economizar-recursos-governo-vai-fechar-18-escolas-estaduais-em-goias-diz-secretaria.ghtml>. Acesso em 29 janeiro 2019.

VIANA, N. **Neoliberalismo**, Afinal o que é? Revista Sociologia, Ciência e Vida. V. 1, n. 1. São Paulo, Editora Escala, 2006.

VICENTE, C. M. **O Direito à convivência familiar e comunitária**: uma política de manutenção do vínculo. (pp. 47-59). In KALOUSTIAN, S. M. (Org). Família brasileira: a base de tudo. 7. Ed. são Paulo: Cortez. Brasília. Unicef, 2005.

VIEIRA, L. **Salários de professores melhoram, mas magistério atrai menos jovens**. G1 Educação, Rio de Janeiro, 9 set. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/salarios-de-professores-melhoram-mas-magisterio-atrai-menosjovens-11210310>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4. ed. Ed. Cortez, São Paulo, 2003.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ANEXO

Anexo 1

Perguntas para Entrevista / Pesquisa de Campo

Diretor e Professores

- 1) O que o sr(a) supõe levar os alunos a faltarem às atividades escolares? Quais os motivos que você identifica?
- 2) Como gestor/professor, quais as razões que o sr(a) atribui à evasão escolar? Como o sr(a) observa esse processo no cotidiano da sala de aula? Por que isso ocorre?

Pais de alunos ou responsáveis

- 1) Qual a escolaridade dos pais e/ou responsáveis
- 2) Que profissão exercem?
- 3) Quais as dificuldades enfrentadas na vida escolar dos filhos?
- 4) Por que as crianças da casa faltam/faltaram à escola?
- 5) O que seria necessário fazer para as crianças não pararem de estudar?
- 6) Quais as atividades a família e as crianças praticam no tempo livre?